Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Marina Abreu Tôrres

Histórias de água e minério: os efeitos do Projeto Minas-Rio em Água Quente, Conceição do Mato Dentro

Belo Horizonte
Novembro/2014

Marina Abreu Tôrres

História de água e minério: os efeitos do Projeto Minas-Rio em Água Quente, Conceição do Mato Dentro

Monografia apresentada ao curso de graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial à obtenção do Título de Bacharel em Ciências Sociais.

Orientadora: Profª. Drª. Andréa Luisa Zhouri Laschefski

Belo Horizonte
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Novembro/2014

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aos meus pais, a quem tudo devo. A toda a minha família, em especial Alice, Natália e tia Fátima.

À Andréa pelos ensinamentos e por todas as palavras que de fato puderam me orientar. E, principalmente, pela oportunidade de fazer parte do GESTA, inserção que mais marcou o meu percurso acadêmico.

Agradeço à Profª Ana Flávia, pela participação na banca e por conversas e encontros fundamentais para a elaboração dessa monografia.

Também ofereço minha gratidão aos colegas do GESTA. Especialmente, Laurinha, Clarissa e Luciana.

Meus sinceros agradecimentos à Patrícia e ao Júnior pela prontidão, pela determinação em suas lutas e por sempre nos receberem de braços abertos.

E, finalmente, à Aparecida, Mateus, Nonora, Viviane e a todos os outros moradores de Água Quente que tão bem me acolheram e que comigo dividiram suas histórias. Esse trabalho é para vocês.

RESUMO

Em dezembro de 2009, o conglomerado britânico Anglo American iniciou, com o aval do Estado, a implementação do empreendimento minerário Minas-Rio. O projeto consiste na instalação de uma mina a céu aberto e estruturas adjacentes em Conceição do Mato Dentro e dois municípios vizinhos em Minas Gerais, além de um mineroduto de 525 km de extensão para o transporte do minério até o litoral do Rio de Janeiro no Porto de Açu, estrutura final do empreendimento. O mineroduto Minas-Rio será o maior do mundo e a previsão da produção é de 56 Mtpa de minério de ferro, cujo teor médio é 41,22%. A viabilidade socioambiental do empreendimento é amplamente questionada por comunidades atingidas pelo projeto e por ações do Ministério Público Federal e Estadual. Essa pesquisa visa compreender os impactos do Projeto Minas-Rio à comunidade rural de Água Quente. Localizada a 4 km da barragem de rejeitos, a comunidade sofre, desde 2010, com o assoreamento e poluição nos córregos Passa Sete e Pereira, o que tem inviabilizado atividades tradicionais, como banho, pesca, dessedentação de animais e consumo próprio. Entretanto, a comunidade não é considerada, nem pela Anglo American, nem pelos órgãos ambientais, atingida pelo empreendimento.

Palavras-chave: Conflitos Ambientais, Mineração, Justiça Ambiental; Conceição do Mato Dentro; Projeto Minas-Rio; Anglo American.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ADA – Área Diretamente Afetada

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

COPAM – Conselho de Política Ambiental

DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral

EIA – Estudo de Impacto Ambiental

GESTA – Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBRAM – Instituto Brasileiro de Mineração

INEA – Instituto Estadual do Meio Ambiente

LI – Licença de Instalação

LP – Licença Prévia

REASA – Rede de Acompanhamento Socioambiental

RIMA – Relatório de Impacto Ambiental

SEMAD – Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

SUPRAM - Superintendências Regionais de Regularização Ambiental

URC – Unidade Regional Colegiada

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa do Projeto Minas-Rio, traçado do mineroduto. Fonte: Relatório dos Impactos Socioambientais do Complexo Industrial-Portuário do Açu AGB Rio e Niterói, set. 2011. 15

Figura 2 - Comunidades localizadas na região de implementação da mina e estruturas adjacentes do Projeto Minas-Rio. Fonte: Diversus Meio Ambiente e Cultura, 2012 (adaptado). 19

Figura 3 - Representação esquemática da localização das comunidade visitadas durante trabalhos de campo. O contorno em preto indica a área de instalação da Mina e Barragem de Rejeitos. Em vermelho, a estrada MG-10 e amarelo estradas locais..... 46

Figura 4 - Vista parcial da parte baixa de Água Quente, onde vivem os filhos e netos de Geralda e Seu Juca, jul. 2013..... 49

Figura 5 - Parte alta de Água Quente, onde estão as casas de Saninha, de seus filhos e netos, jul. 2014..... 50

Figura 6 - Aparecida e Lisa, jan. 2014. 58

Figura 7 – Corá, jan. 2014..... 65

Figura 8 - Mateus, Totó, Aparecida e Leo, jul. 2014. 70

Figura 9 - Cida em seu quintal, jan. 2014. 72

Figura 10 - Quintal de Cida e José Lúcio, jan. 2014. 72

Figura 11 - Horta de Cida e José Lúcio, jan. 2014. 73

Figura 12 - D. Leonora, Cida e Tales na horta de Cida, jan. 2014..... 73

Figura 13 - Mandiocal de Dona Geralda, jul. 2013. 74

Figura 14 - Água Quente: à esquerda pasto comunitário. À direita, roças plantadas. Jan. 2014. 75

Figura 15 - Sr. José Vigia e criação de gado, jan. 2014. 75

Figura 16 - Aparecida preparando trato para porcos, jan. 2014. 76

Figura 17 - Aparecida fazendo limpeza do chiqueiro e leitões se alimentando, jan. 2014. 77

Figura 18 - Abate da porca de Dadá, jan. 2014. 77

Figura 19 - Leitões no quintal de Aparecida, jan. e jul. 2014. 79

Figura 22 - Casa na árvore de Mateus e Léo, jul. 2014..... 80

Figura 21 - Mateus e Totó carregam tábua para fazer carrinho, jul. 2014. 80

Figura 21 - Telhado do chiqueiro em construção, jul. 2014..... 80

Figura 23 - Cida. Ao fogo, preparo para criação. Jan. 2014..... 81

Figura 24 - Miguel e Geralda. Preparo de biscoitos, jul. 2014. 82

Figura 25 - Rapadura preparada por Sr. Zé Vigia, jan. 2014. 82

Figura 26 - Botas e quintal de Viviane, jul. 2014. 91

Figura 27 - Lapa, jul. 2014. 109

Figura 28 - Lapa, jul. 2014. 110

Figura 29 - Léo e Totó no Teodoro, jul. 2014. 110

Figura 30 - Córrego Passa Sete, ponto em que Aparecida, Lodi e Dadá lavavam roupa, jan. 2014. 112

Figura 31 - Mateus no caminho à casa de Chico de Mujico, jul. 2014. 132

Figura 32 - Solange lavando a louça, jul. 2014. 143

SUMÁRIO

Introdução 10

O Projeto Minas-Rio 13

Água Quente e o Licenciamento Ambiental 19

As questões e os métodos 22

Capítulo 1 – Extraindo minérios: contexto da mineração no Brasil e na América Latina 25

1.1. A volta da mineração 25

1.2. Neo-extrativismo e neodesenvolvimentismo: a reprimarização da economia .. 28

Neo-extrativismo 29

Neodesenvolvimentismo 30

1.3. A expansão do setor minerário na América Latina 33

Liberalização 33

Desenvolvimento 37

Desterritorialização 41

Capítulo 2 – Conhecendo o lugar: um olhar etnográfico em Água Quente 46

2.1. Ouvindo histórias 49

2.2. O convívio com Aparecida: reflexões metodológicas 54

2.3. Plantios e criações 65

2.4. Fazendas 85

2.5. “Hoje todo mundo é rico” e memórias do tempo dos antigos 89

Capítulo 3 – Histórias de água: analisando as perdas 105

3.1. Lazer e memória 106

3.2. O sistema de abastecimento 114

3.3. Diálogo (ou a falta dele) 118

3.4. Produção e as perdas em cadeia 122

3.5. Inseguranças: vivendo à sombra da barragem 126

3.6. Solange e Lenita - a complexidade do ser atingido 130

Considerações Finais 144

Referências Bibliográficas 149

Sabe quando você chora? É isso! Mas sem parar. A chuva cai na rachadura da terra, que filtra a água. Quando acumula muita água, ela sobe, formando tipo um "paraíso". (Mateus, explicando o que é uma nascente, jul. 2014).

Introdução

Desde o início de 2011, o GESTA, Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais, acompanha os conflitos socioambientais decorrentes do empreendimento minerário da Anglo American no município de Conceição do Mato Dentro, a 168 km de Belo Horizonte. Com o nome de "Minas-Rio", o projeto engloba a instalação de uma mina para extração de minério de ferro em Conceição, Alvorada de Minas e Dom Joaquim, estruturas adjacentes e um mineroduto de 525 km de extensão para o transporte do minério até o litoral do Rio de Janeiro, no Porto de Açu, estrutura final do empreendimento. Como ocorre com qualquer empreendimento desse porte – o orçamento inicial do projeto Minas-Rio foi de US$ 4 bilhões de dólares, mas o valor já chega a US$ 8,8 bilhões (O GLOBO, 2013) –, a sua viabilidade socioambiental é amplamente questionada. Denúncias de violação aos direitos das comunidades atingidas pela sua instalação foram feitas em instâncias institucionalizadas (órgãos licenciadores, Ministério Público, Defensoria Pública, Assembléias Legislativas) e em veículos de comunicação, como jornais, *blogs* e documentários em vídeo. O licenciamento ambiental da obra é cercado de obscuridades e a resistência popular levou a reiterados questionamentos, incluindo ações judiciais, exigências de novos estudos dos impactos, mais investimentos e atrasos nas obras (PEREIRA et al, 2013; SANTOS et al, 2013). O empreendimento pertence à Anglo American plc, um conglomerado mundial que atua na mineração desde 1917, tendo comprado o direito minerário da região da empresa brasileira MMX, em 2008 (ANGLO AMERICAN, 2012).

Quando entrei no GESTA como bolsista de extensão, em janeiro de 2013, pouco sabia sobre o campo ambiental ou a temática dos conflitos ambientais. Não conhecia ainda o Mapa dos Conflitos Ambientais de Minas Gerais[1], um dos principais produtos dos trabalhos de pesquisa e extensão do núcleo, nem os casos mais emblemáticos do estado. A minha trajetória no GESTA, acompanhada por aprendizados em disciplinas do curso, foi fundamental para que eu encontrasse na mineração um tema relevante a ser trabalhado. Relevante não apenas por ser uma atividade econômica em expansão e amplamente incentivada pelo poder público, mas também pelo constante não falar da mineração.

[1] O mapa, hoje incorporado ao Observatório dos Conflitos Ambientais de Minas Gerais, pode ser acessado em: www.conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br.

A expansão dessa atividade implica na reprodução de injustiças ambientais (ACSELRAD, 2004; LEROY, 2011) sem que as vozes de resistência, dilaceradas no processo, encontrem espaço para repercutir de maneira incisiva na esfera pública. Na medida em que me aprofundava na temática, compartilhava experiências com outros pesquisadores e compreendia melhor os conflitos que cercam a mineração, causava-me espanto o meu desconhecimento anterior e o silêncio geral quanto à questão. Para Leroy (2011), "os direitos humanos e sua inscrição em leis somente avançam quando setores sociais oprimidos ou explorados conseguem fazer entender à sociedade, pela persuasão e até pela violência, a profunda injustiça que eles estão sofrendo" (LEROY, 2011). De alguma forma, minha imersão no campo me despertou para essas injustiças, tendo também me sensibilizado para a urgência de discutir e repercutir a mineração e suas conseqüências para além daqueles já familiarizados com a idéia de justiça ambiental. Esse princípio, que serve de base às concepções articuladas nesse trabalho, questiona a situação corrente de desigualdade social na exposição dos riscos e danos ambientais. O movimento por justiça ambiental, que remete a lutas por direitos civis nos Estados Unidos desde o final da década de 1960, reuniu "embates contra as condições inadequadas de saneamento, de contaminação química de locais de moradia e trabalho e disposição indevida de lixo tóxico e perigoso" (ACSELRAD, 2004). Essa visão se mostra contra-hegemônica ao proclamar que a crise ambiental não afeta todas as populações de maneira homogênea e que os riscos gerados por empreendimentos para o desenvolvimento não são globais, mas localizados e distribuídos desigualmente. Assim, "as vítimas das injustiças ambientais não só são verdadeiramente excluídas do chamado desenvolvimento, mas assumem todo o ônus dele resultante" (ZHOURI et al, 2005, p. 18).

A insensibilidade que impulsiona políticas e discursos desenvolvimentistas desencadeia conflitos, inseguranças e perdas que não têm ganhado o devido destaque nos debates públicos e acadêmicos. Os processos de licenciamento ambiental são regidos por corpos técnicos e políticos que muitas vezes negam aos moradores locais o direito de dizer sobre o processo que os afetará. No geral, são essas as mesmas populações historicamente excluídas no processo de reconhecimento de direitos, a quem a condição de cidadania plena parece nunca chegar. São sujeitos "subalternos" que, conforme descreve Spivak, pertencem às "camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação

política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante" (SPIVAK apud ALMEIDA, 2010, p. 12). Povos indígenas, comunidades camponesas, populações descendentes de escravos, a quem o acesso à terra tem sido negado ou dificultado desde os tempos coloniais, continuam vendo desafiada a possibilidade de viver segundo seus próprios valores. Essas populações têm sido negligenciadas pelo poder público e passam a ser reféns de projetos desenvolvimentistas que se justificam classificando seus territórios enquanto estagnados economicamente. No entanto, como argumenta Sachs (2010),

> o crescimento econômico tem uma natureza canibal; ele é alimentado pela natureza e por comunidades, deslocando seu ônus de volta a eles. O lado luminoso do desenvolvimento é normalmente acompanhado por um lado obscuro de deslocamento e desapropriação; essa é a razão pela qual o crescimento econômico tem repetidamente produzido empobrecimento ao lado do enriquecimento (SACHS, 2010: xi, tradução própria).

Esses debates se mostram urgentes justamente por serem raros e subsumidos diante da lógica hegemônica do desenvolvimento.

As páginas da internet da Anglo American, por exemplo, combinam inúmeras estratégias discursivas que reproduzem um paradigma dominante apoiado na concepção de desenvolvimento sustentável, em detrimento de outras formas de se pensar a relação com o ambiente. No seu *site* internacional, a página inicial exibe os dizeres: "**Nosso mundo**, nossa função – Do *smartphone* que te mantém conectado ao trem que te leva ao trabalho, os produtos da mineração têm um papel vital na vida moderna" [2]. Abaixo desses dizeres, um *link* indicado pela frase "Descubra como a mineração ajuda o mundo moderno a funcionar" e uma imagem de uma cidade, com edifícios, uma indústria, um trem e um navio. É evidente que o texto se dirige a um interlocutor muito específico, que não representa todas as formas de viver e perceber o mundo. O *nosso* mundo é, na realidade, o mundo que a Anglo escolheu representar e promover, em uma imagem que mostra serras desabitadas e a natureza como entidade separada da vida social. Essa fala não se dirige àqueles que não estão (e, possivelmente, não querem estar) conectados por um celular de alta tecnologia ou inseridos no mercado de trabalho formal. São dizeres que não se aplicam àqueles que desenvolvem outras práticas para sua reprodução social. Nesse sentido, o texto se mostra "mono-tópico" e "uni-versal" e, ao contrário de

[2] Original: "Our world, our role – From the smart phone that keeps you connected, to the train you take to work, products from mining play a vital role in modern life", grifos acrescidos. Disponível em: www.angloamerican.com. Acesso em: 22/09/2014.

matrizes plurais, incorpora um único caminho para a construção dos discursos (MIGNOLO, 2008).

É preciso, portanto, ir além do universo urbano e ocidental apresentado pela Anglo American para incorporar aos espaços de fala as vozes presentes nas comunidades localizadas nas áreas onde se encontram os produtos explorados pela empresa. Excluídas da "vida moderna", a elas são atribuídas as condições de estagnação, atraso e pobreza. Para Mignolo, tomar uma perspectiva descolonial significa "pensar a partir da exterioridade e em uma posição epistêmica subalterna vis-à-vis à hegemonia epistêmica que cria, constrói, erege um exterior a fim de assegurar sua interioridade" (MINGOLO, 2008, p. 304). A opção descolonial, portanto, implica pensar a partir das línguas e das categorias de pensamento não incluídas nos fundamentos dos pensamentos ocidentais. Assim, o que falta à página da Anglo American? O que não aparece nos seus estudos de impacto? O que não é considerado nas discussões sobre mineração no mundo urbano, nos centros de poder, nas instâncias de decisão política? O que não aparece, mas faz parte dessa mineração que "ajuda o mundo moderno funcionar"? A pertinência dessas discussões, pensadas no contexto da mineração e, em especial do Projeto Minas-Rio, me parece evidente. E é por isso que me dispus a contar, ou melhor, recontar histórias que pudessem lançar luz a alguns desses pontos.

O Projeto Minas-Rio

O licenciamento do projeto Minas-Rio foi iniciado em 2006 com a solicitação da Licença Prévia ao IBAMA para um dos componentes do empreendimento: um mineroduto de 525 km de extensão. O plano inicial foi concebido pela empresa brasileira MMX, e segundo o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) do mineroduto previa

> a implantação, em futuro próximo, de um conjunto de minas na microrregião de Conceição do Mato Dentro, no Estado de Minas Gerais, para produção de 50 mtpa de minério de ferro ROM (...), cujo transporte ocorrerá por meio de um mineroduto com cerca de 525 km de extensão, a ser implantado entre Alvorada de Minas (MG) e São João da Barra (RJ) (BRANDT MEIO AMBIENTE, 2006, p. 2).

Essa monografia é escrita oito anos após a formulação do relatório. O "futuro próximo" chegou e as Licenças de Operação para a extração do minério, em Conceição do Mato

Dentro, e para o funcionamento do mineroduto foram concedidas. Desde julho de 2006, o projeto tem ganhado visibilidade, tanto pelas suas dimensões (o mineroduto implantado será o maior existente para o transporte de minério de ferro e o projeto será o mais lucrativo entre as atuais operações da Anglo American), quanto pelas inúmeras denúncias feitas sobre suas irregularidades e impactos.

Desde a sua concepção, portanto, o projeto previa a "extração e beneficiamento a úmido do minério de ferro, a céu aberto" (BRANDT MEIO AMBIENTE, 2007), nos municípios de Conceição do Mato Dentro, Alvorada de Minas e Dom Joaquim. O beneficiamento é o processo de tratamento do minério, que exige uma planta industrial específica instalada, normalmente, nas proximidades da mina para reduzir custos com transporta do material extraído (MILANEZ e SANTOS, 2013b). Em termos "objetivos", o projeto Minas-Rio pode ser descrito a partir de uma análise dos Relatórios de Impacto Ambiental requeridos para a obtenção de licenças ambientais. As operações de lavra do minério se dão nos municípios de Conceição do Mato Dentro, Alvorada de Minas e Dom Joaquim e envolvem beneficiamento com flotação. Trata-se de processo que transforma o minério "pobre", com teor médio de 41,22%, conforme as prospecções na região, em um alto concentrado de minério de ferro que pode ser dissolvido em água e transportado pelo mineroduto. O produto a ser transportado se chama *pellet-feed*, ou finos de minério, e possui um teor de 68,5% de ferro (BRANDT MEIO AMBIENTE, 2007). Assim, o empreendimento foi projetado para produzir 56 milhões de tonelada de minério de ferro por ano que, após beneficiamento, geraria 26,6 milhões de toneladas de concentrado.

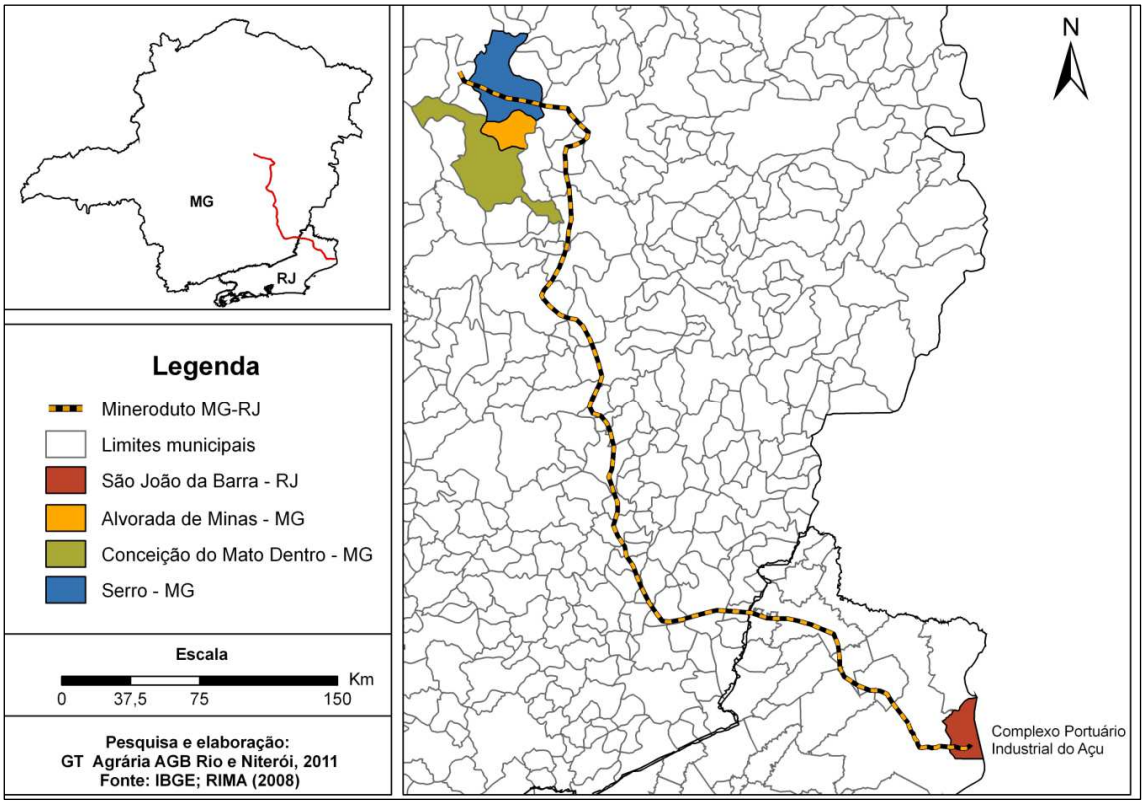

Figura 1 - Mapa do Projeto Minas-Rio, traçado do mineroduto. Fonte: Relatório dos Impactos Socioambientais do Complexo Industrial-Portuário do Açu AGB Rio e Niterói, set. 2011.

O projeto Minas-Rio tem sido objeto de estudo de outros trabalhos acadêmicos (BACELAR, 2014; PRATES, 2014; SANTOS, 2014; ZHOURI, 2014; PEREIRA et al, 2013), que trazem, dentre outras, análises do processo de licenciamento ambiental do empreendimento. Zhouri (2014) destaca as conseqüências da fragmentação administrativa do projeto: as licenças são concedidas por três órgãos diferentes. Enquanto a Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Minas Gerais (SEMAD) avalia a viabilidade socioambiental da mina e suas estruturas adjacentes nos municípios de Conceição do Mato Dentro, Alvorada de Minas e Dom Joaquim, o Instituto Estadual do Meio Ambiente do Rio de Janeiro (INEA) realiza o licenciamento do complexo portuário. O IBAMA, por sua vez, é responsável pela análise do mineroduto. O projeto é concebido como um conjunto e só pode funcionar com todos os elementos. A complementaridade das diferentes partes do projeto é evidenciada no RIMA das estruturas licenciadas em Minas Gerais, onde se afirma que “a operacionalização do Projeto Minas-Rio estará associada a empreendimentos outros de cunho logístico de transporte que permitirão a chegada do produto final da mina até o mercado consumidor” (BRANDT MEIO AMBIENTE, 2007, p. 2). Da mesma forma, os

impactos do projeto incidem em conjunto sobre as populações locais – as fontes de recursos hídricos na região, por exemplo, serão afetadas tanto pela extração e beneficiamento do minério, quanto pelo transporte através do mineroduto. Os impactos sobre os recursos hídricos da região são, portanto, integrados. Para fins administrativos, no entanto, as estruturas são analisadas de forma fragmentada, o que inviabiliza um devido dimensionamento dos efeitos do projeto. Da mesma forma, as possibilidades de resistência das populações locais são dificultadas, de modo que muitos dos grupos que lutam contra irregularidades da instalação da mina, pouco sabem dos procedimentos que se passam em relação ao mineroduto e ao porto.

Em 2008, o controle acionário do projeto foi assumido pela Anglo American. A nova companhia adquire os direitos sobre a quase totalidade do projeto, que passa a ser denominado Anglo Ferrous Minas-Rio Mineração, em uma negociação que gerou aproximadamente R$5,5 bilhões de reais de lucro para a MMX (GESTA, 2014). À MMX permanece o controle majoritário sobre o complexo portuário a ser construído, o Porto de Açu, no Rio de Janeiro. Assim, a Licença Prévia (LP) para a cava da mina e suas estruturas adjacentes é requerida pela Anglo American e concedida em dezembro de 2008. A licença foi emitida pelo Conselho Estadual de Meio Ambiente (COPAM) em reunião da Unidade Regional Colegiada do Jequitinhonha (URC – Jequitinhonha) em dezembro de 2008. Bacelar (2014) analisa esse encontro, afirmando que "a reunião expressa com clareza o choque entre as diferentes narrativas em jogo" (p. 73). Para ele, os atores ali presentes se apropriavam das questões discutidas de formas e através de estratégias diferentes, evidenciando divergentes "sentimentos e concepções de mundo sobre os significados do empreendimento" (id. ibid). Assim, os principais posicionamentos da reunião mostravam "a representação dicotômica dos aspectos positivos e negativos do empreendimento, a promessa de desenvolvimento regional e a preocupação com a destruição socioambiental" (BACELAR, 2014, p. 74). Esses embates, já em 2008, traziam muitos dos elementos que reapareceriam em outras reuniões da URC, na Rede de Acompanhamento Socioambiental (REASA), criada por iniciativa do Ministério Público de Minas Gerais, em Audiências Públicas e nas demais instâncias formais ou informais.

Dentre as críticas e questionamentos feitos por atingidos pelo empreendimento, destaca-se o fracionamento da Licença de Instalação em Fase I e Fase II. A concessão da Licença Prévia foi vinculada a 105 condicionantes elaboradas pela Superintendência

Regional de Regularização Ambiental (SUPRAM-Jequitinhonha) e aprovadas na URC, que deveriam ser cumpridas para que a próxima licença, de instalação, pudesse ser emitida. No entanto, ao solicitar a Licença de Instalação (LI), em março de 2009, muitas das exigências não haviam sido cumpridas pela Anglo American, que já pretendia iniciar as obras de instalação do projeto. Assim, em abril do mesmo ano, a LI é desmembrada em duas fases, com a vinculação das condicionantes já cumpridas à primeira licença e as demais, à segunda. Zhouri (2014) argumenta que a operação consistiu em uma "estratégia de fracionamento", que "possibilitou o avanço do licenciamento com a concessão da LI", permitindo que "a empresa iniciasse a instalação do empreendimento mesmo sem ter cumprido todas as condicionantes da LP" (p. 125). Da mesma forma, Becker e Pereira (2011) apontam que

> esse procedimento foi interpretado [pelas comunidades atingidas] como uma forma de postergar o cumprimento de condicionantes essenciais para a qualidade de suas vidas e, ao mesmo tempo, adiantar e garantir as medidas ligadas à implantação das estruturas necessárias à instalação da mina (p. 246).

Para Zhouri, essa estratégia se configurou como uma nova fragmentação, um "fracionamento casuístico" que deixa claro as limitações dos instrumentos jurídicos e administrativos nos processos de licenciamento ambiental. O licenciamento do projeto Minas-Rio é apontado como um exemplo de como "a flexibilização das normas ambientais permite a concessão de licenças a despeito do descumprimento das obrigações ambientais interpostas às empresas pelos próprios técnicos das agências reguladoras" (ZHOURI, 2014, p. 126).

Um terceiro aspecto a ser destacado sobre o licenciamento do projeto Minas-Rio diz respeito à definição dos territórios atingidos pelo empreendimento e, portanto, do universo sociocultural a ser ouvido e incluído no processo. No Estudo de Impacto Ambiental (EIA) das estruturas concentradas em Minas Gerais, esse universo é representado pela chamada ADA, a Área Diretamente Afetada pelo empreendimento:

> A ADA corresponde à área sujeita aos impactos diretos das fases de instalação e operação do empreendimento, como as áreas destinadas à cava a ser minerada, canteiros de obras, vias de acesso; alojamentos, planta de beneficiamento, pilhas de estéril, barragem de rejeitos, adutora de água nova, estações de bombeamento, cortes e aterros, empréstimos e bota-foras (BRANDT MEIO AMBIENTE, 2007, p. 183).

Por essa definição, as áreas diretamente atingidas correspondem aos espaços que coincidem exatamente com os locais previstos para a instalação das estruturas do empreendimento, seja ela a cava da mina, a barragem de rejeitos ou a usina de

beneficiamento. Ou seja, são consideradas afetadas pelo projeto as populações que obrigatoriamente têm que sair de seus territórios para que a atividade ocorra.

No entanto, deixadas de lado por uma definição administrativa e arbitrária, comunidades localizadas no entorno dessas estruturas são também afetadas de modo direto, tendo a sua reprodução socioambiental inviabilizada. Para Santos (2014), "a geografia típica dos empreendimentos (...) passou a compor uma nova zona de sombra e não informação" (p. 149). Assim, as definições de "ADA" ou "Área de Influência" pouco dizem sobre a realidade local – de fato, cada uma dessas denominações corresponde a uma área diferente quando se trata dos meios "físico", "biótico" ou "antrópico". Parte-se do pressuposto de que essas três "dimensões" estariam separadas, operando uma divisão entre natureza e cultura. Tendo suas diretrizes guiadas por definições padrão, o EIA negligencia o contexto específico do projeto e os efeitos do empreendimento de maneira conjunta e independente de fronteiras. Tratando-se de um estudo de *impactos*, um conhecimento aprofundado da realidade local é o mínimo necessário – só assim podem ser conjecturadas as formas pelas quais famílias e seus ambientes serão afetados por um projeto que traz transformações de todas as ordens.

Desde 2007, portanto, sujeitos que se vêm atingidos pelo empreendimento lutam pelo reconhecimento formal enquanto tais. O EIA-RIMA do projeto Minas-Rio descreve com minúcias elementos da constituição geológica e hídrica da região, mencionando espécies que conformam a biodiversidade de uma região admirada pelas qualidades ecológicas. No entanto, nada é dito sobre as *pessoas* que ali viveram ou vivem, sua história, seus desejos, suas trajetórias, as relações que estabelecem entre si e com o ambiente. Moradores de Água Quente, Jassém, Sapo, Turco, Cachoeira, Teodoro, Mumbuca, Ferrugem são invisibilizados e traduzidos em uma genérica "área de influência" que, abstratamente, será afetada pelo projeto de maneira direta ou indireta. As localidades são subsumidas dos mapas e as descrições dos meios físico, biótico e antrópico nem mesmo trazem seus nomes. Os municípios são considerados estagnados economicamente, a partir de uma visão evolucionista que atribui à técnica ocidental e aos critérios de produtividade uma valoração intrínseca:

> Observou-se que há, localmente, uma relativa estagnação das atividades econômicas, pautadas na pecuária e desenvolvidas de modo conservador, com a utilização limitada de técnicas agropecuárias, o que é reflexo, em parte, da própria evolução histórica do processo de ocupação da região (BRANDT MEIO AMBIENTE, 2007, p. 339).

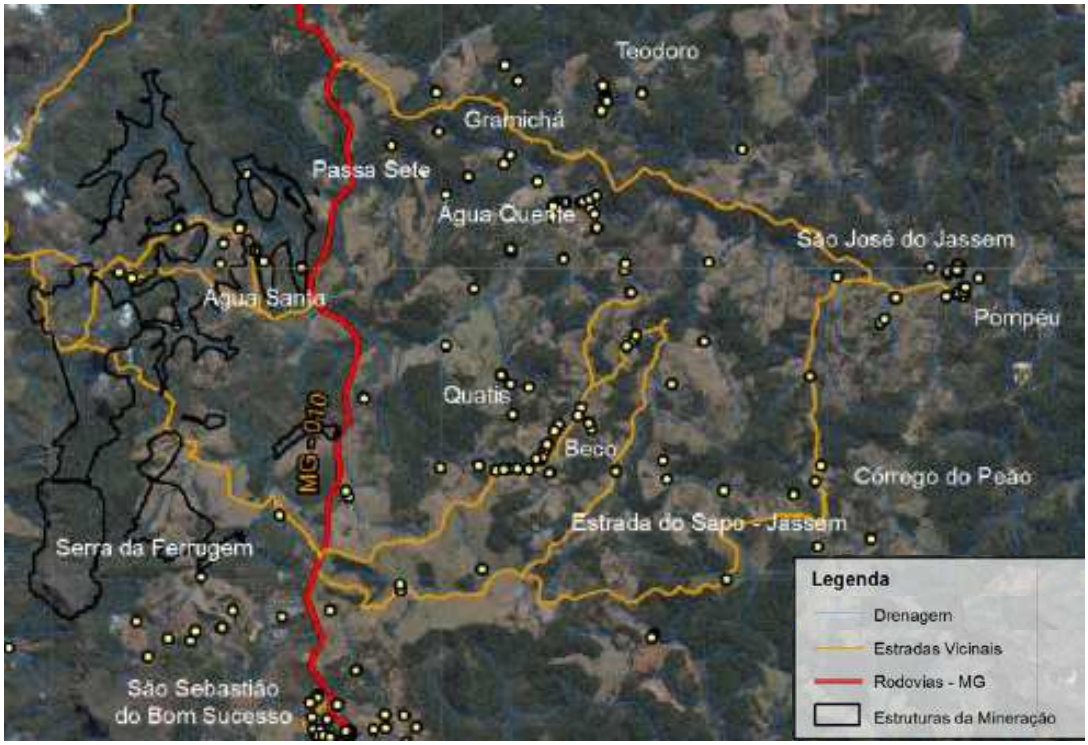

Figura 2 - Comunidades localizadas na região de implementação da mina e estruturas adjacentes do Projeto Minas-Rio. Fonte: Diversus Meio Ambiente e Cultura, 2012 (adaptado).

Não é surpreendente que estudos de impactos contratados pelo próprio empreendedor deixem de incluir as vivências e as localidades da região, atribuindo a elas uma condição de estagnação, atraso e subdesenvolvimento. O EIA, em última instância, visa confirmar a viabilidade socioambiental de um projeto que incide sobre essas territorialidades e incompatível a elas.

Água Quente e o Licenciamento Ambiental

A insuficiência do EIA em descrever a realidade socioeconômica da região culmina na elaboração de um novo estudo, a ser incorporado às análises técnicas dos órgãos licenciadores, que caracterizasse o universo dos atingidos em Minas Gerais. O pedido foi feito em reunião da URC em 2010, na qual foi deliberado que a escolha da empresa que faria o estudo seria feita a partir de três indicações feitas *pelos próprios atingidos*. Essa definição teria constituído importante vitória para aqueles que sofriam

os prejuízos causados pela implementação do projeto, não fossem continuadas apelações e manobras feitas pela empresa. O estudo contemplou um universo de 22 comunidades (para além das duas indicadas no EIA), incluindo a comunidade de Água Quente, avaliando os impactos decorrentes da mineração para as populações locais e dando voz aos moradores que, até então, vinham sendo preteridos pela Anglo American e órgãos ambientais. Os embates políticos, a luta pelo reconhecimento enquanto "atingidos", e as disputas sociotécnicas que aparecem durante todo o processo de licenciamento do projeto Minas-Rio evidenciam lógicas inteiramente antagônicas de exploração e uso do ambiente.

O caso de Água Quente, localizada a 4 km da barragem de rejeitos do empreendimento, parece emblemático. Às margens dos córregos Pereira e Passa Sete, seus moradores apontavam que as atividades de instalação do empreendimento Minas-Rio haviam causado assoreamento e a poluição desses cursos d'água, que eram fundamentais para atividades tradicionais, como banho, pesca, dessedentação de animais, consumo próprio, e outras. Após inúmeras denúncias (através de boletins de ocorrência e ofícios ao Ministério Público), os grupos mobilizados conseguiram evidenciar para os órgãos públicos a situação precária em que vivia a comunidade. A falta de água afetava o cotidiano das famílias de maneira drástica e inquestionável. Assim, em 2010, a Anglo American reconheceu que a comunidade sofria com os efeitos negativos de suas atividades. No entanto, a empresa enfatizou que a comunidade era "afetada por impactos locais mitigáveis e temporários", também considerados "ocasionais e reversíveis" (ANGLO AMERICAN, 2010).

Água Quente foi então incluída no cadastro de Atingidos Emergenciais da Anglo que, até então, contava apenas com as duas comunidades (Mumbuca e Ferrugem), cujos territórios correspondiam exatamente à localização prevista para a mina e a barragem de rejeitos a serem instaladas para o projeto. Os atingidos em situação emergencial eram considerados aqueles que "necessitam de relocação, entrar no programa de negociação fundiária. Reassentamento" (idem). Na lógica da empresa, acolhida pelos órgãos ambientais, e contestada pelos atingidos, precisam sair de sua terra aqueles que estão localizados exatamente nas áreas em que estruturas do empreendimento serão instaladas. Propriedades que estão no "entorno", podem, supostamente, permanecer ali, sendo amparadas por programas de mitigação e compensação dos impactos. A realocação de comunidades corresponde a elevações de

custos para o projeto e negligenciar os impactos àqueles localizados no “entorno” do empreendimento parece estratégico.

Assim, apesar de incluir moradores da Água Quente no cadastro de atingidos emergenciais, a empresa os diferenciou da situação de Mumbuca e Ferrugem. Água Quente era atingida emergencial *em relação à água*. As famílias permaneceriam ali, pois bastava a instalação de caixas d’água para que o problema do abastecimento fosse resolvido. A manobra soou como se a empresa dissesse: “sim, erramos em não reconhecer que eram atingidos. Mas não erramos *tanto* assim”. A situação da comunidade foi aceita e ganhou visibilidade, mas apenas de modo parcial. A empresa enfatizou que a situação poderia ser reparada e que os moradores “não precisariam ser reassentados”. Medidas seriam tomadas para o abastecimento imediato da água, enquanto, progressivamente, o *rio voltaria a ser o que era*. Uma das frases que mais ouvia nas minhas conversas em Água Quente, onde conduzi meus trabalhos de campo, foi “essa firma promete, promete e não cumpre”. *O rio voltaria a ser o que era* certamente faz parte da lista de promessas não cumpridas.

Em 2011, a Anglo American construiu um poço artesiano, quatro caixas d’água na comunidade e instalou fossas sépticas e banheiros externos em quase todas as casas. Entretanto, ainda hoje os moradores reclamam da precariedade de todos esses “serviços”. As caixas já falharam em diversas ocasiões, deixando a comunidade sem água por vários dias seguidos. Freqüentemente os moradores avistam caminhões pipa que, segundo eles, não são propriamente fiscalizados, abastecendo as caixas. As fossas sépticas e os banheiros não foram bem projetados e os moradores afirmam que, além de atrair insetos, exalam mau cheiro. Ao contrário da afirmação categórica da empresa, o rio nunca voltou a ser o que era. Recentemente, em agosto de 2014, novas denúncias foram feitas por moradores da comunidade, onde relatavam a mortandade de peixes no Córrego Passa Sete. As mulheres não mais se encontram para conversar e contar casos em uma pedra localizada em uma área bela e bem cuidada para lavar roupas; as crianças não passam suas horas de lazer nadando ou pescando; os animais não consomem águas do córrego e as hortas têm que ser regadas com água da torneira. Os moradores devem observar regras e cuidados no uso da água, para evitar que ela falte aos vizinhos. Para aAnglo American, no entanto, todos os problemas foram resolvidos.

As questões e os métodos

Sem compreender as dinâmicas locais, os modos de ser nessas localidades, torna-se impossível definir, com o mínimo de clareza, quais são as populações atingidas ou não por um empreendimento desse porte. No entanto, caracterizações demográficas baseadas em dados secundários compõem as seções do EIA-RIMA que dizem respeito às áreas de entorno do empreendimento, deixando de fora análises sobre os usos tradicionais da terra, as relações com o ambiente e a dependência do meio natural para reprodução dos modos de vida nas comunidades. O não reconhecimento da impossibilidade de utilização tradicional do rio em Água Quente e, consequentemente, da alteração dos modos de vida do local, são resultados de estudos socioeconômicos burocráticos e insuficientes. As relações estabelecidas com o território são múltiplas e complexas, construídas processualmente em práticas e significados. Compreender as formas pelas quais os sujeitos são atingidos por empreendimentos de mega-mineração implica em percorrer essas relações. Para Santos (2014), o trabalho etnográfico pode trazer importantes contribuições para esse campo de análise,

> seja pelo instrumental fornecido pelo saber antropológico para a compreensão dos processos que envolvem esses usos (costumes e tradições) e suas afirmações, seja pela capacidade da narrativa etnográfica de capturar e registrar o plano das informalidades e das práticas cotidianas (p. 162).

Bebbington (2011) também reconhece a importância do trabalho etnográfico para o estudo da mineração e seus efeitos. Para ele, os debates sobre conflitos mineiros tendem a focar em atores formais, visíveis e organizados, deixando de lado o cotidiano na análise da transformação capitalista nos territórios. A ação social não se concretiza apenas em grandes protestos, mobilizações sociais ou negociações políticas. Aliás, “o cotidiano se caracteriza muito mais pelas rotinas de subsistência do que as de resistência” (BEBBINGTON, 2011, p. 66). Assim, “para entender como os atores vão produzindo territórios no dia a dia, com seus conteúdos, significados e paisagens distintas, a análise tem que se dar de maneira detalhada e seguindo enfoques etnográficos” (idem, p. 67).

Ballard e Banks (2003) afirmam que “histórias contingentes e engajamento ao redor de projetos de mineração criam formas específicas de comunidades locais, que são elas mesmas submetidas a processos contínuos de transformação durante a vida do projeto” (p. 297). Assim, fui a Água Quente com a intenção de me fazer sensível ao entrelaçamento dos discursos oficiais da empresa em contraposição às vivências e

histórias dos moradores da comunidade. Quais foram suas interações com funcionários da Anglo? Quais foram as apresentações feitas, as informações prestadas, os esclarecimentos dados acerca do projeto? Quando os moradores me dizem que a empresa "promete muito e cumpre pouco", quais histórias querem contar, quais desejos deixam implícitos? Quais são os sonhos implantados em jovens e adultos, com histórias de vida de luta e sofrimento, a partir das promessas salvadoras do desenvolvimento? O que realmente se perdeu com o assoreamento e poluição dos córregos Passa Sete e Pereira? Fui a campo com esses questionamentos, procurando fazer um registro etnográfico mais aprofundado sobre os efeitos na produção do lugar em Água Quente.

Assim, o objetivo desse trabalho foi, em primeiro lugar, conhecer as pessoas e os processos que constituem a localidade conhecida como Água Quente e, ainda que de forma incipiente, dar visibilidade às suas histórias. A permanência em campo – curta devido aos constrangimentos circunstanciais –, o engajamento em suas atividades através de observação participante e as entrevistas em profundidade visaram compreender como essa localidade se produz (APPADURAI, 2004), a história das famílias e sua relação com o lugar (ESCOBAR, 2001). Desse objetivo, nasce o Capítulo 2 dessa monografia, "Conhecendo o lugar: um olhar etnográfico em Água Quente". As estruturas espaciais, as localidades e os territórios são processos contingentes e socialmente produzidos (APPADURAI, 2004; MASSEY, 2000; BEBBINGTON, 2011) e não entidades monolíticas e objetificáveis. São, portanto, "produtos das dinâmicas capitalistas, das histórias locais e das formas nas quais distintos atores sociais (locais ou não) trabalham, negociam e dão sentido a esses processos" (BEBBINGTON, 2011, p. 63). O trabalho etnográfico possui um papel importante na análise dos processos sociais desencadeados por projetos de mineração. Como bem coloca Biehl (2008):

> pesquisas etnográficas atentas a pessoas de carne e osso movimentam-se entre infra-estruturas concretas e em tempo real, registrando as particularidades de cada situação. Indo além de pressupostos universalizadores, a etnografia pode trazer a público os cálculos e interações por meio dos quais as possibilidades da vida são limitadas, além de iluminar rumos alternativos abertos por novos desejos (BIEHL, 2008, p. 423).

Esses aspectos não foram analisados enquanto estáticos, mas como processos dinâmicos que, especialmente após a chegada do empreendimento Minas-Rio à região, encontram-se em transformação. Nesse sentido, o segundo questionamento que guia esse trabalho foi, em que medida, e com quais conseqüências, a instalação do projeto de mineração na região altera as dinâmicas socioambientais locais. Para compreender,

portanto, as dinâmicas sociais da comunidade de Água Quente, foi preciso pensá-la não enquanto um grupo social coerente e de identidade estática e auto-contida, mas através de uma concepção progressiva de lugar (MASSEY, 2000). Afinal, "o que dá a um lugar sua especificidade não é uma história longa e internalizada, mas o fato de que ele se constrói a partir de uma constelação particular de relações sociais, que se encontram e se entrelaçam num *lócus* particular" (MASSEY, 2000, p. 184). Durante minhas visitas a campo, procurei me perguntar como essa constelação é construída e qual o papel das dinâmicas socioeconômicas impostas pela chegada de uma empresa multinacional a essas relações. Como a instalação do Projeto Minas-Rio alterava as construções e significados atribuídos ao lugar? Os efeitos do projeto, muitas vezes traduzidos em perdas para os moradores locais, são registrados no Capítulo 3, "Histórias de água: analisando as perdas".

Assim, esse trabalho está dividido em três partes. No capítulo 1, "Extraindo minérios", apresento o panorama geral da atividade minerária no Brasil, que volta a ter um grande peso para a economia a partir da década de 1990. Analiso as diretrizes centrais do novo desenvolvimentismo brasileiro e, em um contexto mais amplo, das estratégias neo-extrativistas presentes em outros países na América Latina. Finalmente, resgato algumas das abordagens interdisciplinares sobre a expansão da mineração, discutindo o processo a partir da liberalização do setor, das idéias-força que o sustentam e dos seus efeitos territoriais.

Nos capítulos 2 e 3, as análises se concentram no lugar (ESCOBAR, 2001). Inicialmente, apresento experiências e narrativas dos trabalhos de campo em Água Quente, destacando as dinâmicas socioambientais, as relações com o ambiente e as memórias que fazem parte das vivências cotidianas na comunidade. Em seguida, no capítulo 3, procuro registrar as formas como essas dinâmicas são alteradas após a chegada do empreendimento minerário e os efeitos do empreendimento na produção do lugar em Água Quente.

Finalmente, concluo o trabalho resgatando as principais discussões apresentadas e enfatizando a importância do fazer antropológico em um contexto de sistemática invisibilização dos sujeitos atingidos por projetos de desenvolvimento.

Capítulo 1 – Extraindo minérios: contexto da mineração no Brasil e na América Latina

1.1. A volta da mineração

A mineração faz parte da história do Brasil desde os tempos de sua colonização. A narrativa conhecida sobre a trajetória econômica do país até o século XX é marcada pela exploração de recursos naturais e exportação dessas *commodities* para a metrópole, e desta para toda a Europa. Com a descoberta de jazidas de ouro em meados do século XVIII, a economia açucareira, baseada na *plantation* da cana-de-açúcar, foi vendo a atividade mineradora assumir um protagonismo cada vez maior na produção econômica – uma exploração que não contava com tecnologia de ponta e sustentada por uma mão-de-obra escrava.

Esse cenário faz parte do pano de fundo de muitos municípios do interior de Minas Gerais, desde os mais conhecidos, por terem sido grandes centros auríferos, como Ouro Preto e Mariana, mas também de centros urbanos menores que se viram em decadência com o declínio do ciclo do ouro. Assim, o povoamento do estado esteve intrinsecamente relacionado aos achados auríferos na região. O contexto da exploração das minas de ouro no século XVIII, quando os achados já não eram tão abundantes, foi marcado por um trânsito volumoso de pessoas e mercadorias, levando à ocupação de novas terras mineiras. Resende e Villalta destacam que, "no Brasil, imensa corrente de pessoas, de todas as condições sociais, originárias tanto de outras regiões da colônia quanto da Metrópole e de seu Ultramar, se mobiliza na expectativa de um novo Eldorado" (RESENDE e VILLALTA, 2007, p. 29). Assim, muitas expedições passaram pela região em que hoje se insere o município de Conceição do Mato Dentro. A fundação do arraial, segundo Barbosa (1995), ocorre após a descoberta das minas do Serro-Frio, com novos sertanistas que desbravavam a região em busca de mais. Destaca-se a importância histórica do Serro, principal foco de mineração no norte de Minas, desde o final do século XVI, até o princípio do século XVIII. O arraial foi um centro de exploração do ouro, núcleo de bandeirantismo e de povoadores. Foi elevado a vila, a Vila do Príncipe, em 1720, tornando-se a sede da comarca do Serro-Frio, desmembrada da do Rio das Velhas.

Em 1702, uma bandeira segue para o sul do Serro-Frio, descobrindo Itapanhoacanga e, em seguida, encontrando ouro. Essa descoberta fez surgir os arraiais de Tapera, Córregos, Morro do Pilar e Conceição (COSTA, 1975, p. 31). Morais (1942) constata que as lavras encontradas em Conceição foram repartidas entre os descobridores e, "com o ouro em abundância sempre encontrado, foi crescendo a população" (MORAIS, 1942, p. 36). No entanto, destaca Costa, "Conceição, como todas as comunidades surgidas por efeito da mineração, sofreu as conseqüências do colapso que se foi verificando na exploração das minas" (COSTA, 1975, p. 181). Ela se constitui enquanto sede municipal em 1842, tendo sido a 37ª vila da província de Minas Gerais. Nesse ano, as minas já haviam se enfraquecido, e a vila contava com pouco de mais de 200 casas, muitas abandonadas ou em ruína.

Quase dois séculos depois, a mineração volta a fazer parte da história de Conceição do Mato Dentro, compondo uma nova guinada da exploração mineral brasileira, estimada a 43 bilhões de dólares para o ano de 2014. No lugar dos achados auríferos do tempo colonial, a maior receita da exploração mineral brasileira é proveniente das exportações de minério de ferro, que ocorrem principalmente no Pará (29,3% da produção) e em Minas Gerais (67%), conforme relatório do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM) para o ano de 2012. A projeção para 2014 traz um valor quase nove vezes maior do que a receita mineral do país no início do novo milênio e corresponde a aproximadamente 16% das exportações brasileiras. Em 2001, a produção mineral anual do país era de 5 bilhões de dólares. Esse valor começa a aumentar gradativamente a partir de 2005, ultrapassando 10 bilhões de dólares e chegando a quase 30 bilhões em 2008. Em 2011, a produção anual chega ao ápice de 52 bilhões de dólares, representando um crescimento de 550% em uma década e, desde então, tem se mantido acima de 40 bilhões anuais (IBRAM, 2014).

É importante destacar, no entanto, que "as estatísticas (...) são tecno-representações imbricadas em complexas histórias políticas e culturais" (ESCOBAR, 1995, p. 213). A ordem de grandeza dos números relacionados à exportação de mercadorias minerais nos mostra que a mineração voltou a ser um pilar de relevância para a economia brasileira, ancorada no projeto neodesenvolvimentista impulsionado a partir dos anos 2000. Entretanto, as estatísticas não nos permitem ter uma clara concretude das implicações desse novo *boom* mineiro, em suas conseqüências territoriais e sociais. As dinâmicas macroeconômicas nos passam como números

grandiosos e deixam invisível o que há de concreto, material e humano nas suas bases. O mesmo ocorre no sentido inverso. Quando faço uma ligação no celular, utilizo transporte público, caminho sobre asfaltos, entro em um edifício – não percebo as relações de produção ou as dinâmicas macroeconômicas que coordenam a extração e a transformação do minério na matéria base desses produtos.

Contudo, para compreender algumas das implicações de um mega empreendimento minerário, a partir dos discursos e dos impactos sobre quem de fato pode ver a concretude do processo, é necessário desvendar minimamente essa cadeia e os significados atribuídos a esses números. Assim, é preciso reconhecer que a atividade mineral vem crescendo no país, assim como em toda a América Latina. Em especial, destaca-se a exploração do minério de ferro, produto em alta demanda internacional em razão da ampliação do mercado chinês. O minério de ferro corresponde a 80% da produção mineral do país, sendo o produto a ser explorado pelo projeto Minas-Rio, em Conceição do Mato Dentro. Segundo a agência de pesquisa geológica dos Estados Unidos, United States Geological Survey, o Ferro é o quarto elemento mais abundante na formação das rochas do planeta, compondo aproximadamente 5% da crosta terrestre (KUCK, s.d.). Processos geológicos concentraram uma pequena porção do ferro da crosta em depósitos que chegam a conter 70% do elemento, com em jazidas encontradas na Austrália. Estima-se que 98% do minério comercializado no mundo seja utilizado pela indústria siderúrgica, que tem, portanto, forte influência sobre a sua demanda no mercado internacional e na constituição do preço do produto.

A substituição do aço por outros produtos na atividade industrial a partir dos anos 1970 levou a uma retração na demanda por minério de ferro, que se manteve estável e em baixa nas duas décadas seguintes (MILANEZ e SANTOS, 2013a). No entanto, a partir dos anos 1990, o panorama é drasticamente alterado com a ampliação do mercado chinês e sua demanda por bens ferrosos, especialmente de suas empresas siderúrgicas. Em 2012, a China foi responsável pela compra de 45,78% do minério de ferro exportado pelo Brasil (IBRAM, 2012). O segundo importador do produto é o Japão, destino de 9,71% das exportações de minério de ferro brasileiro. Há uma estimativa de que o mercado chinês ainda importe ao menos 400 milhões de tonelada de minério de ferro por ano, dos quais 30% seriam supridos pelo Brasil (MILANEZ e SANTOS, 2013a). Assim, o alto investimento no setor mineral é considerado

economicamente viável pelos especialistas, que avaliam a continuidade da demanda chinesa pela *commodity* e estabilidade dos altos preços pelo produto.

A possibilidade de extração ferrífera na região do Serro já era percebida pelos viajantes naturalistas do século XIX, na época de decadência da exploração do ouro. Em 1838, Saint-Hilaire afirmou que "o ferro das montanhas de Minas Gerais pode de certo modo se considerar inesgotável" (p. 249). O viajante francês não poderia prever a intensidade da expansão capitalista, a força dos mercados na demanda por recursos naturais e a prontidão dos governos em atendê-la. As jazidas de minério de ferro no Brasil são, ao menos comparativamente ao restante do mundo, de fato consideráveis. O Brasil é apontado como o segundo país com a maior reserva de minério de ferro do mundo: possui 29 bilhões de toneladas das 180 bilhões estimadas para todo o mundo. Assim como o australiano, o minério de ferro brasileiro é conhecido pela sua qualidade, ou seja, pelo alto teor de ferro. No entanto, as jazidas com alto teor, localizadas principalmente no Quadrilátero Ferrífero estão ficando cada vez mais escassas e novos projetos são criados em locais onde o minério é mais pobre, como em Conceição do Mato Dentro. A guinada da exploração do minério de ferro no Brasil e, em particular, em Minas Gerais tem sido representada pela projeção de mega empreendimentos minerários por todo o estado, que visam à exploração de milhões de toneladas do produto por ano, a serem escoados em novas estruturas portuárias a partir de minerodutos que atravessam dezenas de cidades. São empreendimentos mais caros, cujos impactos possuem maior magnitude. Ainda assim, o minério de ferro é o principal produto mineral exportado pelo Brasil, e também o que recebe mais investimentos. Para os anos 2014 a 2018, o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) prevê investimentos de 32,874 bilhões de dólares no setor.

1.2. Neo-extrativismo e neodesenvolvimentismo: a reprimarização da economia

A expansão da mineração de ferro no Brasil e do setor mineral de maneira geral faz parte do que alguns economistas classificam como "reprimarização" da economia brasileira (MATTEI, 2012; MILANEZ e SANTOS, 2013b). Esse fenômeno, avaliado como primazia pela exportação de produtos com baixos índices tecnológicos, as chamadas *commodities*, tem sido impulsionado por governos de todo o continente latino-americano. O setor mineiro cresce especialmente a partir da última década do século XX, com o aumento da demanda asiática por produtos minerais. Essa demanda

permanece alta nos anos 2000, impulsionando o chamado *boom* mineiro e o setor extrativista em vários países da América Latina.

Neo-extrativismo

Em suas "Dez teses urgentes sobre o novo extrativismo", Gudynas (2009) lembra o papel central que o extrativismo tem desempenhado historicamente na América Latina. Essas atividades têm sustentado as exportações no continente, desempenhando papéis chave nas economias nacionais, mas também têm sido alvo de críticas acerca dos seus impactos econômicos, sociais e ambientais.

Conforme apontado em relatório da CEPAL (2006), intitulado "Minería e Competitividade internacional na América Latina", o setor extrativista nas décadas de 1980 e 1990 era caracterizado por uma maior autonomia dos mercados na marcha dos empreendimentos e das interações entre atores. Nesse contexto, predominou uma forte pressão pela privatização de empresas e a liberação dos mercados comerciais e financeiros, que vinha desde os anos oitenta. Orientados pelo paradigma neoliberal, considerava-se que o patrimônio dos recursos naturais deveria ser de livre disponibilidade, sob o predomínio das regras do mercado. Analisando esse período, Gudynas faz uma avaliação semelhante:

> As empresas mineradoras e petroleiras desfrutavam de um contexto de liberalização de fluxos de capital (...), flexibilização ou redução das regulamentações trabalhistas, ambientais e territoriais. Como conseqüência, as corporações transnacionais, em especial, se expandiram nesses países (GUDYNAS, 2009, pp. 194 e 195, tradução própria).

Bebbington (2011) também avalia que o mais recente *boom* mineiro na América Latina se iniciou a partir de incentivos aos investimentos estrangeiros promovidos por governos neoliberais a partir de reformas orientadas a liberalizar o setor mineiro.

Essas reformas estavam ancoradas na concepção de livre jogo de oferta e demanda. Vigorava entre os governos uma tentativa de abertura econômica, a partir da ideia de que o patrimônio dos recursos naturais deveria ser de livre disponibilidade e oferecido conforme as regras do mercado. Essa tendência levou a uma redução da atividade empresarial do Estado e das políticas nacionalistas defensivas frente à intervenção estrangeira, além do abandono da exclusividade do Estado na exploração dos recursos minerais. Foi construído um consenso a favor dos investimentos estrangeiros, "baseado nas necessidades capitais de explorar novos recursos, de ampliar

e modernizar as explorações existentes e diversificar os mercados, e para absorver os frutos do progresso técnico" (SÁNCHEZ-ALBAVERA e LARDÉ, 2006, p. 12).

No entanto, a ascensão de governos considerados de esquerda e comumente chamados de progressistas ao poder parece não ter alterado o quadro em que empreendimentos extrativistas são incentivados pelos Estados (GUDYNAS, 2009; 2013). Dentre as continuidades com o modelo clássico, Gudynas (2013, p. 63) destaca que os países neo-extrativistas mantêm uma inserção comercial internacional subordinada à globalização. Os países são "tomadores de preços" e defendem a liberalização do comércio global. Essa permanência se deve ao contexto de preços altos de várias *commodities* e a contínua demanda por elas, o que reforça os incentivos para promover o extrativismo. Esse cenário implica em uma subordinação aos acordos comerciais internacionais e aos preços impostos pelo mercado financeiro global, fazendo com que as decisões domésticas dependam das oportunidades comerciais. Gudynas (2009, p. 197) chama atenção para as conseqüências dessa subordinação comercial, que implica em uma aceitação das regras de liberalização de capital, o que acirra a competitividade entre os países latino-americanos para atrair investimentos estrangeiros.

Ainda que os impactos sociais e ambientais negativos prevaleçam, essas atividades são justificadas sob o argumento de geração de riqueza, sem a qual políticas públicas de caráter social não seriam possíveis. É o caso da indústria petrolífera no Brasil, freqüentemente aclamada diante da promessa de destinação de *royalties* para investimentos em serviços públicos, como saúde e educação. Assim, os danos provocados por essas atividades são tidos como males necessários diante da urgência em aumentar a receita pública.

Neodesenvolvimentismo

No contexto brasileiro, estratégias neo-extrativistas são encontradas no paradigma econômico vigente a partir dos anos 2000, o chamado neodesenvolvimentismo. Apesar de ser proclamado enquanto um programa alternativo ao neoliberalismo e às políticas econômicas do governo FHC, muitos economistas argumentam que as bases dos dois paradigmas ideopolíticos (MILANEZ e SANTOS, 2013b) permanecem a mesma. Gonçalves (2012) defende a tese de que o novo desenvolvimentismo é uma versão do "liberalismo enraizado". Esse conceito remete ao

> compromisso entre, de um lado, o livre comércio de produtos, a livre circulação de capitais no sistema econômico internacional (...) e, de outro, a intervenção do Estado na suas funções alocativa, distributiva, reguladora e, principalmente, estabilizadora (GONÇALVEZ, 2012, p. 640).

Segundo ele, no novo desenvolvimentismo permanece uma visão liberal do desenvolvimento, pautada em diretrizes como liberalização comercial e ausência de restrições ao investimento estrangeiro direto. Como destacam Milanez e Santos (2013b), a premissa básica dos dois paradigmas – neoliberal e neodesenvolvimentista – permanece a mesma: a crença no crescimento ilimitado como via única de promoção do bem-estar social. A idéia de progresso estaria associada à noção de crescimento infinito e Estado e mercado seriam vistos como complementares. Para Gudynas (2013, p. 72), o desenvolvimentismo brasileiro se mostra como "uma estratégia capitalista, liberal e útil para o mercado". O governo volta a investir na infra-estrutura e a tomar medidas que influenciem a entrada de capital, o que demonstra continuidade com aspectos econômicos do modelo liberal.

A partir dos anos 2000, após duas décadas de medidas econômicas guiadas pelo neoliberalismo, o modelo desenvolvimentista é resgatado. Assim como nos governos extrativistas atuais, o aumento das exportações de *commodities* é visto como um êxito e amplamente defendido. Dessa forma, no final de 2011, no Brasil, as autoridades do governo comemoram a superação das importações pelas exportações em mais de 30 bilhões de dólares. O superávit da balança nesse ano foi alcançado pelo aumento das exportações de produtos com baixos índices tecnológicos. A participação das matérias-primas básicas aumentou, representando 52% do total das vendas no ano (MATTEI, 2012). Dos 256 bilhões de dólares provenientes das exportações em 2011, 132 bilhões vieram do setor de *commodities* de uso intensivo dos recursos naturais, com destaque para o minério de ferro, que correspondeu a 13% das exportações do país. Portanto, as semelhanças do neodesenvolvimentismo brasileiro com o fenômeno neo-extrativista no restante do continente são evidentes, de modo que, mesmo aqui, os setores minerais extrativos ampliaram seus papéis no cenário político e econômico – contribuindo positivamente para o saldo da balança comercial nacional.

Paralelamente, políticas sociais de transferência de renda e o superávit da balança comercial brasileira propiciaram índices aclamados de crescimento econômico, dando ao Brasil a imagem de "campeão" na comunidade internacional (BARTELT, 2012). Ainda assim, várias críticas têm sido feitas ao o neodesenvolvimentismo brasileiro. Para Gonçalves (2012),

> o que se constata claramente é: desindustrialização, dessubstituição de importações; reprimarização das exportações; maior dependência tecnológica; maior desnacionalização; perda de competitividade internacional, crescente vulnerabilidade externa estrutural em função do aumento do passivo externo financeiro; maior concentração de capital; e crescente dominação financeira, que expressa a subordinação da política de desenvolvimento à política monetária focada no controle da inflação (GONÇALVES, 2012, p. 638).

Assim, apesar do clamor internacional que exalta a emergência do Brasil enquanto uma potência mundial empenhada na redução das desigualdades sociais, Bartelt (2012) enfatiza que, "a partir da perspectiva da justiça social e ambiental, movimentos sociais e ONGs estão descobrindo um paradigma de desenvolvimento conhecido em muitas de suas facetas e que vem ressuscitando mega-projetos dos tempos da ditadura militar" (p. 8). O projeto econômico se baseia na expansão da fronteira de *commodities*, que inevitavelmente se choca com a territorialidade de diversos grupos sociais e deixa danos irreparáveis através de fluxos espaciais, gerando inúmeros conflitos ambientais (ZHOURI e LASCHEFSKI, 2010).

A abordagem econômica baseada na exportação de matérias-primas, como o minério de ferro, e produtos agrícolas deixa o país vulnerável a oscilações de preços segundo a demanda internacional, sem minimizar os danos e custos ambientais e, portanto, sociais. Milanez e Santos (2013b) também apontam que, ao invés de uma economia diversificada, complexa e integrada, centrada no dinamismo do setor secundário, "observa-se um movimento de insulamento de setores econômicos e redes ou cadeias de produção de alta competitividade – intensivo em recursos naturais – e o desaparecimento de outras" (p. 19). Nesse sentido, o neodesenvolvimentismo, assim como o modelo neoliberal, estaria cumprindo sua função de reprodução das relações sociais capitalistas, a despeito dos conflitos ambientais decorrentes das atividades econômicas preconizadas. O que se produz, portanto, é a simplificação da dinâmica econômica e a configuração de um modelo que se traduz a exportar *commodities* primárias.

Assim, é possível encontrar paralelos entre o neodesenvolvimentismo brasileiro e o neoextrativismo verificado no contexto mais amplo da América Latina. Os dois fenômenos estão ligados à ampliação da participação de bens primários e semi-elaborados na estrutura do comércio exterior no continente por governos que clamam utilizar parcela das receitas geradas na redução da pobreza e da desigualdade. Apesar das crescentes evidências de que as atividades extrativistas não contribuem para o

chamado “desenvolvimento nacional”, o setor se encontra em franca expansão, sendo impulsionado pelos governos centrais e regionais em todo o continente.

1.3. A expansão do setor minerário na América Latina

No que tange os impactos e conseqüências da expansão dos setores extrativistas, há uma ampla discussão no espaço acadêmico latino-americano, da qual trago uma visão geral. Seria impossível resgatar e esgotar toda a riqueza do debate proposto por autores como Eduardo Gudynas, Anthony Bebbington, Ana Laura Berardi, Cláudia Feregrino e Mirta Antonelli. Ainda assim, penso ser imprescindível o esforço intelectual de compreender alguns dos conceitos e conclusões elaborados por esses autores em seus respectivos contextos, com suas devidas especificidades. A expansão das atividades extrativistas e, em particular, da mineração, é vivida em países como Peru, Equador, Chile e Argentina. Considerando o fenômeno como conseqüência de um modo econômico globalizado ancorado na atuação de empresas multinacionais, é de se esperar que desencadeiem dinâmicas sociais semelhantes ainda que em contextos particulares. Uma breve revisão dessa literatura será a porta de entrada para compreender o *modus operandi* da Anglo American no Brasil e os inevitáveis processos de desterritorialização gerados pelo empreendimento Minas-Rio.

Algumas das principais discussões teóricas dos autores envolvem análises dos contextos políticos discutidos brevemente nas seções anteriores. Assim, pretendo ampliar essas referências com foco no setor minerário a partir de três eixos argumentativos: 1) o contexto institucional e global no qual se insere o *boom* mineiro; 2) os discursos e idéias-força que legitimam a expansão da mineração e 3) os efeitos territoriais causados por essas atividades. É possível perceber uma convergência entre os autores analisados no que diz respeito a esses três eixos, cuja apreciação fornece as principais bases teóricas articuladas nesse trabalho.

Liberalização

Para Bebbington (2011), “as dinâmicas da economia política do capitalismo moderno explicam grande parte das transformações ambientais e territoriais que estão sendo vivenciadas na America Latina” (2011, p. 44). Assim, não se pode negligenciar o efeito das dinâmicas político-economicas sobre os processos locais. Nessas dinâmicas, vários autores analisam o que chamo, de forma genérica, de “liberalização” do setor minerário.

Na tentativa de compreender o recente *boom* da mineração, Bebbington e Valencia (2011) argumentam que essa expansão se deu de uma forma mais planificada que as anteriores, envolvendo reformas institucionais pensadas e dirigidas por um conjunto de atores nacionais e internacionais. Esses projetos estariam voltados a liberalizar o setor mineiro para facilitar os investimentos estrangeiros. Os autores chamam de *neoliberalização* o processo que corresponderia às "relações entre neoliberalismo, reforma institucional e mudanças nos direitos de acesso e de controle dos recursos naturais" (BEBBINGTON e VALENCIA, 2011, p. 312, tradução própria). Analisando o contexto latino-americano de modo geral, eles avaliam que se trata de "um conjunto de investimentos cujo fim não é outro senão facilitar a expansão massiva de certos setores (hidrocarburos, mineiro, produção de soja) e integrá-los a mercados internacionais, sobretudo asiáticos" (idem, p. 317). A liberalização do movimento de capitais, a reforma dos códigos legais que regulam a atividade mineira e a flexibilização de normas ambientais e de controle social estariam incluídas nesse processo.

As reformas institucionais incluem modificações nos marcos legais da mineração que, segundo a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe - CEPAL (2006), ocorreram em todos os países da América Latina durante a década de 1990 e no Chile em 1983. Foram mudanças substantivas nas legislações mineiras que, sem exceção, determinaram que o Estado teria domínio absoluto, inalienável e imprescritível sobre as os bens minerais. Em relatório sobre a mineração, a comissão aponta que todas as legislações consideram a mineração uma atividade de "interesse público", de "utilidade pública" ou de "interesse social" (SÁNCHEZ-ALBAVERA e LARDÉ, 2006). Essas diretrizes normativas fazem parte do processo de liberalizalização do setor, uma vez que determinam direitos sobre os direitos à propriedade, subdividindo os recursos do subsolo dos superficiais. Ao atribuir ao Estado a propriedade dos bens minerais, os chamados "superficiários" passam a ser coadjuvantes no processo de expansão da indústria mineira, muitas vezes simplesmente invisibilizados. Da mesma forma, considerar legalmente a mineração como uma atividade de utilidade pública, como no caso do Brasil, atribui *a priori* uma denotação positiva ao setor, negligenciando seus impactos e efeitos negativos às vidas de todos aqueles afetados pela atividade. No cerne da legislação, portanto, está presente um dispositivo de incentivo à mineração.

Uma análise do relatório evidencia que o modelo econômico baseado na exportação de bens primários não é visto como uma decisão política, mas como uma *necessidade*, um processo inevitável diante da demanda global por *commodities*. Segundo a avaliação da comissão, a mineração é uma indústria que *deve* crescer "para fora", para mercados extra-regionais, uma vez que os países latino-americanos não teriam condições de "absorver a oferta exportável", o que seria "contraproducente" (SÁNCHEZ-ALBAVERA e LARDÉ, 2006, p. 44). A lógica do mercado também fica explícita na discussão sobre as atividades econômicas mais recomendadas para a região. Pensando na cadeia produtiva do minério, o relatório refuta a idéia de que governos deveriam focar investimentos em indústrias com "alto grau de elaboração". Dependendo da situação de mercado, as economias se beneficiariam mais da exportação do mineral bruto, sem refinamento. A recomendação da comissão não é para a elaboração de um projeto político amplo, pautado em um modelo econômico planejado pelo Estado a partir de uma perspectiva de longo prazo. O relatório, ao contrário, transparece uma visão de que os governos devem ser reféns do jogo de mercado e guiados pelas oportunidades do momento. No entanto, a CEPAL omite considerações sobre a magnitude e a diversidade de vítimas dessa atividade, assim como dos custos sociais, ambientais, econômicos e culturais gerados por ela.

São vários os autores que reconhecem o processo de liberalização do setor mineiro, evidente no relatório da CEPAL. Araóz (2010) afirma que:

> Uma ecologia política do *boom* mineiro dos anos noventa leva a analisar esse fenômeno não como fato isolado, nem 'casual', mas à luz da geopolítica do Neoliberalismo, entendido, por sua vez, como estratégia deliberadamente impulsionada desde os centros de poder mundial com o objetivo de afrontar, superar e recompor suas posições de dominação (ARAÓZ, 2010, p. 62, tradução própria).

Antonelli (2009), por sua vez, chama de "aliança hegemônica" o dispositivo que enlaça as relações do capital transnacional, em redes de operadores e mediadores, com o Estado, incluindo as diferentes instituições que o compõem e por meio das quais institucionaliza o paradigma extrativista.

Analisando o contexto brasileiro e, em particular, o caso do empreendimento Minas-Rio, Zhouri (2014) fala de *desregulação ambiental.* Casos como o projeto Minas-Rio, no qual a licença de instalação (LI) foi, casuisticamente, fracionada em LI-fase 1 e LI-fase 2 são exemplos desse processo, uma vez que demonstram a flexibilização de instrumentos normativos considerados como "entraves ao

desenvolvimento". Empreendimentos minerários demandam a instalação de grandes minas a céu aberto, além de estruturas para o transporte e escoamento dos produtos extraídos. Entretanto, os processos de licenciamento ambiental avaliam cada uma dessas estruturas separadamente, operando uma fragmentação que, por si só, "já é reveladora da lógica de apropriação territorial que promove uma *di-visão* instrumental ao controle do meio ambiente e à fragmentação dos sujeitos e de suas eventuais resistências" (ZHOURI, 2014, p. 125). Além disso, Zhouri et al (2005) também analisam as estratégias dos órgãos ambientais licenciadores que, orientados por uma crença na modernização ecológica, viabilizam a instalação de mega empreendimentos, sem possuir um quadro técnico mínimo que possa aferir um real dimensionamento dos seus impactos.

Nesse contexto, as licenças ambientais são atreladas a inúmeras condicionantes de caráter mitigador e compensatório, cuja implementação é pouco fiscalizada e a eficiência pouco questionada. É o caso do empreendimento Minas-Rio, para o qual, até 2012, haviam sido conferidas 362 condicionantes anteriores à Licença de Operação – número superior ao da controversa hidrelétrica de Belo Monte. Gudynas faz uma constatação semelhante ao afirmar que as normatizações utilizadas para conferir outorgas às empresas são instrumentos supostamente objetivos e independentes que operam como "uma tentativa de oferecer medidas despolitizadas que consigam evitar conflitos na arena política" (GUDYNAS, 2013, p. 67). Assim, as exigências feitas nas avaliações de impacto ambiental seriam instrumentos de eficácia reduzida na América do Sul "devido à forma que é feita a fiscalização e à fraqueza da estrutura jurídica" (GUDYNAS, 2013, p. 67).

Essas práticas apostam na modernização ecológica como forma de solucionar futuros "colapsos ambientais" (ZHOURI et al, 2005). Assim, conformam o que Zhouri aponta como o paradigma da adequação ambiental,

> destinado a viabilizar o projeto técnico, incorporando-lhe algumas 'externalidades' ambientais e sociais na forma de medidas mitigadoras a compensatórias, desde que essas, obviamente, não inviabilizem o projeto do ponto de vista econômico-orçamentário (ZHOURI, 2008, p. 4).

Assim, ainda que legislações ambientais tenham sido consolidadas nos países da América Latina desde a década de 1980, mecanismos extrajurídicos são inseridos nos processos de concessão de licenças, facilitando a expansão do setor. A liberalização implica também no entrelaçamento de normas consolidados, em uma hierarquia de

direitos que faz da territorialidade mineira uma prioridade. Quando as regulamentações vigentes não são suficientes para viabilizar os empreendimentos, mecanismos *ad hoc* são acionados de modo a permitir a entrada dos projetos, reafirmando um plano político de liberalização do setor.

Desenvolvimento

Na análise sobre o processo de expansão das indústrias mineiras, outra base teórica amplamente articulada pelos autores diz respeito às idéias-força que legitimam esse processo. Afinal, os movimentos sociais de resistência e as contestações aos empreendimentos minerários também crescem de forma acelerada e não cessam de aparecer conflitos em todos os países nos quais a indústria se faz presente. Quais são as idéias base que alimentaram e continuam alimentando esse processo de liberalização? Como dinâmicas violentas e expropriatórias são legitimadas por governos e grande parte da população desses países?

Os argumentos em defesa das atividades extrativistas passam pelo que chamarei de "discurso do desenvolvimento", no qual termos como progresso, crescimento e desenvolvimento são acionados com uma carga inquestionavelmente positiva e, portanto, desejáveis. É importante pensar em discurso não como "uma expressão do pensamento, mas uma prática, com condicionamento, regras e transformações históricas" (ESCOBAR, 1995, p. 216, tradução própria). Nesse sentido, Antonelli (2009) argumenta que o modelo extrativista e, consequentemente a mega-mineração são impostos com uma finalidade projetada para o futuro a partir da retórica do desenvolvimento sustentável. Segundo a autora, essa retórica "produz fortíssimas intervenções na cultura, intervenções em expansão que colonizam as representações sociais e suas legitimidades, produzem verossimilhanças, suscitam e incitam desejos" (ANTONELLI, 2009, p. 53). A eficácia dessa retórica seria proveniente do funcionamento de um dispositivo global na dinâmica contemporânea, cujos discursos e práticas significantes são produzidos por redes transnacionais e em marcos interinstitucionais, inscritos por atores hegemônicos com capacidade para a institucionalização e naturalização do modelo extrativista da megamineração. Assim,

> promovem-se políticas e planos de intervenção comunitária e comunicativa, estratégias, modos e meios para conseguir a permissão das comunidades afetadas ou ameaçadas por empreendimentos minerários. Simultaneamente, é construída uma imagem positiva da megamineração e seu crédito social – na

> ordem das crenças, da confiança, dos valores (ANTONELLI, 2009, p 56, tradução própria)

São muitos os que apontam os efeitos simbólicos desse dispositivo. Para Antonelli, as disputas pelo desenvolvimento compreendem "todas as práticas significantes, não só as verbais" (id. ibid).

Em *Encountering development – the making and unmaking of the Third World* (1995), Escobar constrói críticas às políticas adotadas em nome do desenvolvimento que teriam se tornado mecanismos de controle tão perversos e efetivos quanto o aparato colonial. Esses mecanismos estariam baseados em contos de pobreza, crescimento, fome e numa visão de mundo que separa os desenvolvidos daqueles que lá querem chegar, os subdesenvolvidos. Para ele, o "desenvolvimento tem sido vinculado a uma economia de produção e desejo, mas também de fronteira, diferença e violência" (ESCOBAR, 1995, p. 214, tradução própria). A divisão clássica entre um Primeiro Mundo, rico, civilizado e desenvolvido, e o Terceiro Mundo, pobre, bárbaro e subdesenvolvido teria permitido a legitimação de práticas violentas e nocivas.

Muitos economistas teriam se empenhado em apontar esses obstáculos ao desenvolvimento, assim como encontrar os ingredientes que faltavam para que ele se concretizasse nos países do chamado Terceiro Mundo. Entre eles, estaria Lewis, cujo modelo da economia dual se baseava na divisão da economia de um país e sua vida social em dois setores: um moderno, outro tradicional. Assim, "o desenvolvimento consistiria na progressiva invasão do moderno sobre o tradicional, na extensão regular da economia monetária sobre o vasto mundo da subsistência ou quase subsistência" (ESCOBAR, 1995, p. 78). Escobar chama atenção para as conseqüências discursivas dessa construção dualística, uma vez que Lewis opera uma equivalência entre tradição e atraso, um peso a ser dispensado o mais rápido possível e uma parte da economia com nada a contribuir para o processo de desenvolvimento. O "subdesenvolvido" ou o "nativo" é freqüentemente associado a um tempo anterior ao moderno, de forma que uma relação de poder específica é criada. Na sua avaliação, o desenvolvimento se tornou tão importante para o terceiro mundo que passou a ser aceitável que os líderes sujeitassem suas populações a uma variedade infinita de intervenções, a formas mais abrangentes de poder e sistemas de controle:

> Tão importante que as elites do primeiro e terceiro mundos aceitaram como preço o empobrecimento massivo, a venda dos recursos do terceiro mundo para o ofertante mais conveniente, a degradação de suas ecologias físicas e humana, assassinatos e tortura, a condenação de suas populações indígenas à quase

> extinção; tão importante que muitos no terceiro mundo passaram a se pensar como inferiores, subdesenvolvidos e ignorantes, e a duvidar do valor de sua própria cultura, decidindo como alternativa jurar lealdade às bandeiras da razão e do progresso; tão importante, finalmente, que alcançar o desenvolvimento obscureceu a consciência da impossibilidade de preencher as promessas que o desenvolvimento parecia fazer (ESCOBAR, 1995, P. 52).

Na mesma linha, Sachs (2000) argumenta que o desenvolvimento forneceu um marco de referência fundamental para políticas dirigidas ao "Sul". Para ele, o desenvolvimento forma uma estrutura ou atitude mental, uma vez que é muito mais que um empreendimento socioeconômico, mas uma "percepção que molda a realidade, um mito que conforta sociedades, uma fantasia que desencadeia paixões" (SACHS, p. 12). Apesar de ocupar o centro de uma constelação semântica poderosa, seria uma das poucas palavras "tão ineficazes, tão frágeis e tão incapazes de dar substância e significado ao pensamento e ao comportamento" (ESTEVA, 2000, p. 61). Assim, o conceito teria se tornado algo sem forma, sem um significado preciso, mas que permite que intervenções sejam feitas em nome de um objetivo maior. É nesse sentido que se anuncia que o balanço das atividades extrativistas seria positivo, a despeito dos impactos sociais e negativos que, supostamente, podem ser compensados e mitigados tecnicamente. A expansão de indústrias como a mineira é defendida porque elas, supostamente, trazem um benefício geral para toda a nação.

Assim, o setor é visto como sendo de interesse público e aqueles que o questionam seriam entraves ao desenvolvimento e ao crescimento econômico. No Equador, o presidente Rafael Correa, eleito em 2007, destinou 20% do seu território, incluindo zonas naturais protegidas, para a atividade mineradora. Apesar do contexto de contestação social, o presidente qualificou os movimentos ambientalistas de "esquerdismo infantil" e "fundamentalismo ecológico" (DELGADO-RAMOS, 2010). García (2013) também afirma que os argumentos que postulam o extrativismo como motor do crescimento econômico fazem parte de um manejo estratégico dos governantes, que não apresentam visões alternativas de desenvolvimento local. Assim, os que se opõem a essa agenda "são simplesmente criminalizados e restringidos a uma esfera de apelativos que os qualificam de infantis ou perigosos para o progresso nacional" (GARCIA, 2013, p. 242, tradução própria).

Na sua discussão sobre o neo-extrativismo, Gudynas (2009) argumenta que em vários países da América Latina, atividades como a mineração são defendidas por governos como necessárias para a implementação de programas de transferência de renda. Esses programas conferem um valor simbólico que opera em favor do novo

extrativismo e deixa em segundo plano os efeitos devastadores da atividade. Com isso, muitas das discussões sobre o extrativismo e a mineração giram em torno de como usar as rendas provenientes do setor. Os governos locais clamam por porcentagens maiores e as disputas políticas se dão para a definição do destino dos recursos arrecadados. Analisando o contexto argentino, Berardi (2013) faz um diagnóstico semelhante:

> A necessidade de obter divisas se coloca como estratégia fundamental para sustentar os planos sociais que contenham a crise social, legitimem os processos políticos e desativem as resistências de conflitos ambientais derivados dessas atividades (BERARDI, 2013, p. 255)

Assim, esse modelo estaria baseado em uma noção de desenvolvimento essencialmente mercantilista. Ela argumenta que os impostos pagos são uma pequena porcentagem perto dos incentivos fiscais fornecidos, os trabalhos são temporários para as fases de instalação dos projetos. Embora "palavras como crescimento e progresso tem sido associadas sistematicamente à mineração", a realidade mostra uma atividade com inúmeros passivos ambientais, como o consumo de milhões de litros de água diários e energia. Em sua avaliação, é também o discurso do crescimento econômico que avaliza a expansão do setor na Argentina:

> Com a exploração dos bens comuns, o capital transnacional, com anuência do Estado, tem encontrado uma veia para se apropriar de uma renda extraordinária e isso se difundiu como um verdadeiro êxito para o país. No entanto, todo empreendimento econômico, toda medida política tem seu custo. No caso da atividade mineira, a idéia parece ser a de declarar 'zonas sacrificáveis' em prol de um crescimento produtivo da nação (BERARDI, 2013, p. 265).

Santos (2014) afirma que a "idéia-força da inexorabilidade" é "intrínseca ao campo semântico que envolve termos como desenvolvimento e progresso" (p. 154), emoldurando o que chama de encurralamento. O encurralado é aquele que se encontra nas "zonas sacrificáveis", como chamadas por Berardi, ou "zonas de sombra", tal qual nomeadas por Santos. Para ela, "a inexorabilidade abstrata do desenvolvimento se constrói, passo a passo, na concretude das violências que sofre o encurralado" (SANTOS, 2014, p. 154). No caso de projetos de mineração são utilizadas peças de reforço em justificativas assentadas na idéia da necessidade do empreendimento, gerando efeitos que estreitam possibilidades e alternativas ao modelo extrativista.

Sachs (2010) também percebe os efeitos devastadores do desenvolvimento sobre populações vulneráveis a despeito dos possíveis benefícios distributivos advindos dos rendimentos do setor. Ele distingue a ideia de "justiça relativa", referente à distribuição de bens e serviços, da noção de "justiça absoluta", relacionada à

“disponibilidade de capacidades e liberdades fundamentais sem as quais uma vida plena seria impossível” (SACHS, 2010: x,). Segundo o autor, a demanda por justiça relativa acaba se colidindo com a luta por justiça absoluta. Assim,

> o esforço competitivo das classes médias mundiais por uma quota maior de renda e poder é freqüentemente sustentado à custa dos direitos fundamentais dos pobres e sem poder. Enquanto governantes, empreendedores, cidadãos urbanos e elites rurais se mobilizam para seguir em frente com o desenvolvimento, via de regra os lugares e tradições culturais de populações indígenas, pequenos agricultores e dos pobres urbanos são colocados sob pressão (SACHS, 2010: x e xi).

São as zonas de sacrifício e sombra, também evidenciadas por aqueles que denunciam os efeitos desse modelo de crescimento reivindicando princípios de justiça ambiental (ACSELRAD, 2004).

A idéia-força do desenvolvimento reproduz e reforça injustiças ambientais e determina que coletividades dotadas de visões distintas de usos do ambiente se adaptem à lógica de grandes empreendimentos, cuja implementação torna-se inexorável. Assim, a mineração em Conceição do Mato Dentro é vista como inevitável e, portanto, inquestionável, uma vez que trará desenvolvimento ao município, ao estado e, em última instância, ao país. No discurso do senso comum, incorporado pelos órgãos ambientais, não é desejável que sejam colocados entraves ao desenvolvimento. E, ao seguir essa trajetória, o próprio desenvolvimento passa sem qualquer qualificação ou problematização.

Desterritorialização

Além do reconhecimento de uma tendência de liberalização no setor mineiro e de análises que revelam os efeitos simbólicos do discurso do desenvolvimento, muitos autores descrevem os efeitos de desterritorialização desencadeados pela atividade mineira. Entendo a territorialidade como o processo de apropriação de um determinado espaço geográfico, que diz respeito tanto às práticas e usos do ambiente, quanto aos sentidos atribuídos a ele. Nesse sentido, a instalação de um projeto de mineração gera uma série de transformações nos usos e nas possibilidades de usos do território. São processos complexos e que perpassam dimensões materiais e simbólicas, muitas vezes simplificadas na noção de impactos socioambientais. Se a liberalização do setor, traduzida em incentivos econômicos, apoio do Estado, flexibilização de normas ambientais e estratégias desreguladoras, tem sido analisada enquanto um motor para essa expansão, as idéias-força de progresso, crescimento e desenvolvimento fornecem

as bases de legitimação para esse processo. No entanto, é preciso olhar também para o lugar (ESCOBAR, 2001), para as dinâmicas sociais e processos de produção da localidade (APPADURAI, 2004) e documentar as distintas dimensões de transformação territorial desencadeadas pela atividade (BEBBINGTON, 2011, p. 337).

Para Delgado-Ramos (2010), falar sobre mineração é discutir sobre um processo que se dá pela acumulação por desapropriação, ou seja, que tem "a desapropriação como mecanismo essencial para o acesso, gestão e usufruto privado dos recursos" (DELGADO-RAMOS, 2010, p. 10). A expansão do setor se dá na medida em que minas de alta ou média concentração vão se esgotando, sendo os investimentos transferidos para regiões de minério mais pobre, mas que pode ser explorada através do uso de alta tecnologia e processos químicos muitas vezes altamente tóxicos. Por isso, os impactos da mineração contemporânea seriam qualitativamente mais agressivos no tempo e no espaço. Para o autor, essas atividades,

> tipicamente, incluem a exacerbação dos processos de apropriação e despojo de terras, água e outros recursos naturais; se observam impactos em muitos casos irreversíveis ao meio ambiente e à saúde da população em meio e longo prazo, e não somente durante o tempo da atividade mineira. Agrava-se o descontentamento social e os cenários de violência e conflito, entre outros aspectos (DELGADO-RAMOS, 2010, p. 10, tradução própria).

Araóz (2010) argumenta no mesmo sentido. No seu artigo "A água vale mais que o ouro – grito de resistência descolonial contra os novos dispositivos expropriatórios" ele resgata uma frase emblemática das resistências ao avanço da mineração no território latino-americano. Além do seu potencial profético (a possibilidade de que o valor monetário da água realmente chegue a ser maior do que o do ouro), o autor chama atenção para a subversão de uma lógica invertida do olhar colonial trazida pela frase:

> O 'absurdo extremo', que para o sentido comum dominante (colonialidade) contém a expressão, desnuda, na realidade, o não-sentido radical da economia de capital que, cegada pelo valor de troca, se abstrai completamente dos valores de uso, ainda ao extremo de se tornar insensível às necessidades ecológicas mais elementares para a reprodução da vida (ARAÓZ, 2010, p. 59).

O grito de resistência, portanto, adverte sobre as dinâmicas invisíveis das novas modalidades do saque colonial e, mais profundamente, revela com uma lucidez decolonial "a crise civilizatória da ordem imperial do capital, cuja realização exige hoje o avanço predatório sobre os meios de vida" (idem, p. 60).

Para Feregrino (2013), a territorialidade não é uma resposta consensual, mas uma confrontação permanente que imprime a ela um sentido altamente relacional. Ela

destaca o caráter conflitivo da apropriação e valorização de um território, no qual estão configuradas dinâmicas e atores. A territorialidade está sustentada em um pertencimento e identificação com um determinado território. Assim, a expansão da mineração pode ser caracterizada pelas relações de poder e de conflito, uma vez que a apropriação não se refere somente ao pertencimento físico e material, mas também a uma apropriação simbólica e cultural dos sujeitos. Ela analisa conflitos socioambientais mineiros do estado de San Luis Potosí, no México, e argumenta que as lutas de resistência mostram que o modelo neoextrativista constitui projetos que se impõem sobre territorialidades existentes. A instalação desses empreendimentos não conta com a participação social dos grupos que se verão diretamente afetados e, muitas vezes, violam pactos estatais e os direitos dos povos a um ambiente são (p. 271). A análise de conflitos mineiros deixa evidente, segundo ela, como os atores que ali convergem (as empresas mineradoras, o governo em seus três níveis, as comunidades que de maneira local e regional estão sendo diretamente afetadas pela indústria mineradora), se apropriam e valoram um território de maneira antagônica. Assim, na medida em que grupos sociais vêm a reprodução de suas formas de fazer e viver ameaçadas por pretensões divergentes de uso do ambiente, configura-se uma relação conflitiva material e simbolicamente.

Em diálogo com essa perspectiva, Zhouri e Laschefski (2010) propõem uma tipologia de conflitos ambientais, diferenciando-os em distributivos, espaciais e territoriais. Os conflitos ambientais distributivos se referem a desigualdades no que tange as possibilidades de acesso e utilização dos recursos naturais. Já os conflitos espaciais abrangem processos causados por efeitos ou impactos ambientais que ultrapassam os limites entre os territórios de diversos agentes ou grupos sociais, tais como emissões gasosas e poluição da água. Finalmente, os conflitos ambientais territoriais marcam situações em que há uma sobreposição na reivindicações territorial por diferentes grupos sociais, portadores de identidades e lógicas culturais diferenciadas (ZHOURI e LASCHEFSKI, 2010, p.23). Esses conflitos expõem contradições e formas de injustiças ambientais desencadeadas por grandes empreendimentos, como barragens hidrelétricas, projetos minerários, monoculturas de eucalipto e cana-de-açúcar, uma vez que grupos específicos assumem todo o seu ônus ambiental e, portanto, social. Os projetos de desenvolvimento implicam em uma apropriação homogeneizadora do espaço, sustentada na exploração de territórios tradicionalmente habitados por camadas sociais vulneráveis, como povos indígenas, quilombolas, comunidades ribeirinhas,

populações camponesas, dentre outros. Dessa forma, levam a "mudanças territoriais drásticas, não bem entendidas pela população local e que trazem consigo uma combinação de maior risco e insegurança sob o argumento de promover a modernidade" (BEBBINGTON, 2011, p. 55).

Assim, "os grupos envolvidos apresentam modos distintos de produção dos seus territórios, o que se reflete nas variadas formas de apropriação daquilo que chamamos de natureza naqueles recortes espaciais" (ZHOURI e LASCHEFSKI, 2010, p. 23). Esses atores possuem projetos distintos de uso e apropriação do espaço, configurando conflitos territoriais. Nesse sentido, muitos conflitos ambientais são também conflitos sobre a produção do território. Está em disputa qual o tipo de relação entre sociedade e ambiente deve predominar em um território, qual significado esses espaços deveriam ter e quais os tipos de laço que esses territórios deveriam ter com outros. Portanto, a expansão da mineração implica em uma competição entre pelo menos dois projetos geográficos. Enquanto territorialidades tradicionais no campo permitem usos múltiplos do ambiente e uma ocupação plural do território, a mineração implica em um projeto que assegure a ocupação por um só ator. Assim,

> o primeiro implica mudanças territoriais sucessivas, cotidianas e marcadas por continuidades com significados históricos; o segundo implica mudanças territoriais drásticas, não bem entendidas pela população local e que trazem consigo uma combinação de maior risco e insegurança sob o argumento de promover a modernidade (BEBBINGTON e VALENCIA, 2011, pp. 54 e 55, tradução própria).

São encontros entre distintas geografias, entre distintas territorialidades, entre atores sociais que antes não se conheciam e entre distintos modelos de desenvolvimento e de vida (idem, p. 55). Para Santos (2014), a geografia do empreendimento é ficcional e oculta territorialidades locais. Como conseqüência, ela aponta a domesticação de uma existência cultural autônoma.

Além disso, os mega empreendimentos minerários são responsáveis pela transformação das *estruturas sociais locais*, acirrando disputas legais e tensões internas dentro dos territórios rurais envolvidos. O avanço do capital mineiro nessas regiões leva à aceleração da "implantação de uma economia de mercado improvisada e caótica" (BEBBINGTON e VALENCIA, 2011, p. 327). Com a expansão da mineração, muitas comunidades perdem acesso a zonas de produção ou têm o acesso drasticamente reduzido, levando ao que chamam de "descampenização". Estudos empíricos analisados pelos autores revelam que os fundos de compensação recebidos pelos membros das

comunidades reassentadas ou que venderam suas terras foram utilizados por pouco tempo ou tiveram pouco impacto no bem-estar familiar. Em muitas situações, regimes de propriedade individual substituem sistemas comunitários de propriedade à terra e aos ativos físicos e monetários derivados dos recursos comuns (idem, p. 329). Além disso, esses trabalhos mostram que a migração do campo para a cidade de pessoas afetadas pela mineração tem sido, em geral, um processo complicado e doloroso. Lutas internas são também exacerbadas diante da possibilidade de obter benefícios econômicos através da negociação com as empresas. Conflitos pessoais, comunais e intergeracionais se sucedem, reorganizando as estruturas locais, mas também as formas como diversas organizações da sociedade civil se interrelacionam, e como estas se vinculam ao Estado central e à grande empresa privada. O ambiente se torna mais movimentado, mais inseguro e as possibilidades de reprodução dos modos de vida tradicionais são constantemente desafiadas.

É dentro desse terceiro campo de análise que são construídos os capítulos seguintes. A partir da perspectiva do lugar, procuro apresentar as experiências e narrativas vividas nos trabalhos de campo em Água Quente, buscando compreender as dinâmicas socioambientais na comunidade atingida pela instalação do Projeto Minas-Rio e seus efeitos de desterritorialização.

Capítulo 2 – Conhecendo o lugar: um olhar etnográfico em Água Quente

A localidade conhecida como Água Quente é distrito do município de Conceição do Mato Dentro em sua área limítrofe com Alvorada de Minas. As vinte e duas casas que compõem o vilarejo estão localizadas próximas ao Córrego Passa Sete que, naquela altura, é chamado de Córrego da Água Quente. Vivem ali, aproximadamente, sessenta pessoas, todas elas interligadas por laços de parentesco e/ou casamento. "Aqui é tudo uma família só", repetem os moradores da comunidade, que conseguem traçar historicamente os laços entre seus pais, tios e avós. Água Quente é cercada por propriedades rurais particulares de grande e médio porte, cujas origens remetem às fazendas de grandes sobrados existentes ainda no período colonial.

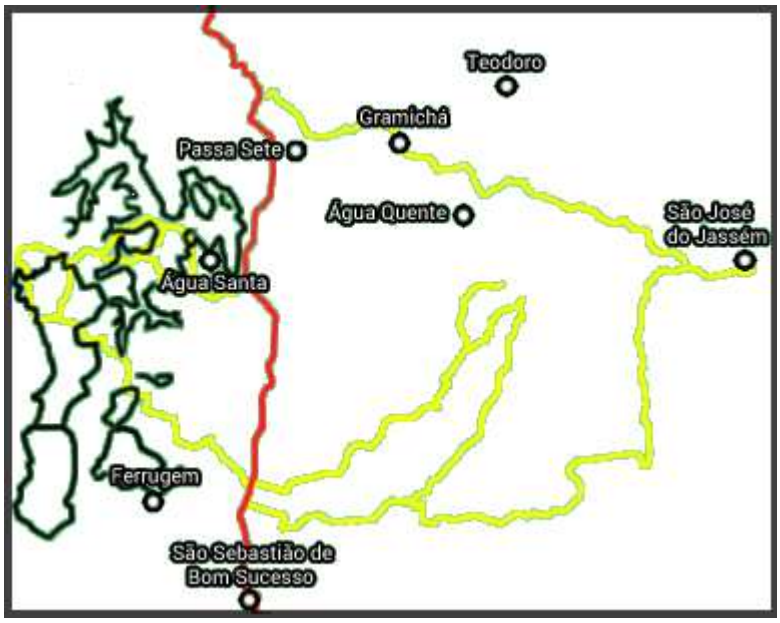

Figura 3 - Representação esquemática da localização das comunidade visitadas durante trabalhos de campo. O contorno em preto indica a área de instalação da Mina e Barragem de Rejeitos. Em vermelho, a estrada MG-10 e amarelo estradas locais.

Em janeiro de 2014, passei nove dias na casa de uma das moradoras da comunidade. No dia em que cheguei, conheci melhor a família que me hospedaria em Água Quente e aqueles que seriam meus principais interlocutores, além da referência sobre a minha localização a outros moradores da comunidade. Aparecida tem 45 anos e trabalha em um sítio próximo à sua casa, pertencente há 10 anos a um casal de Belo Horizonte. Foi através desse casal, que prontamente cedeu a sua casa para que realizássemos nossas refeições durante as primeiras visitas a Água Quente, em julho de 2013, que conheci Aparecida. Nascida na região, viveu a maior parte de sua infância em

um lugar conhecido como Córrego do Peão, próximo a São José do Jassém, distrito de Alvorada de Minas. Mudou-se para Água Quente há 25 anos, quando se casou com Milton, nascido na comunidade.

Acompanhei o despertar do dia em sua casa, a saída dos filhos e do marido para o trabalho, as brincadeiras do filho mais novo, o preparo do almoço, a limpeza do lar, o cuidado com a criação, as interações com os vizinhos, os pensamentos e desabafos sobre histórias e lugares vividos, dificuldades e sonhos. Foram dias de convivência intensa, de construção de amizades, trocas de cumplicidades, muitas perguntas e desafios. O objetivo do trabalho de campo era conhecer um pouco mais os moradores de Água Quente, na tentativa de compreender os efeitos da instalação do empreendimento minerário Minas-Rio em uma região de comunidades rurais de ocupação tradicional. Desde 2010, os moradores de Água Quente denunciam aos órgãos ambientais os efeitos das atividades da empresa para os rios da região. Assoreamento e poluição inviabilizaram atividades tradicionais, como banho, pesca, dessedentação de animais e consumo próprio.

Os dias que passei em janeiro, na casa de Aparecida, correspondem à minha segunda permanência na comunidade. Da primeira vez, em julho do ano anterior, havia visitado Água Quente e algumas outras localidades do entorno com outros pesquisadores do GESTA, do qual faço parte desde o início de 2013. Todos os dias acordávamos cedo pela manhã e saíamos para as comunidades no entorno do empreendimento Minas-Rio. Visitamos casas e entrevistamos, em grupos de duas ou três pessoas, moradores locais. Retornávamos para a pousada onde estávamos hospedados no fim da tarde, onde fazíamos reuniões e conversávamos sobre o dia de trabalho. Em um desses dias vivenciamos metaforicamente um dos problemas da comunidade, o que me permitiu refletir sobre algumas das pré-condições básicas desse tipo de pesquisa. Enquanto tomávamos banho, a água que vinha ao cano que fornecia água quente aos chuveiros acabou. Exatamente como víamos nas idas a campo, Água Quente estava sem água. A cada visita, conversávamos com os moradores do local que reconstruíam suas vidas sem a água dos córregos que atravessam a comunidade. O início das atividades de mineração em Conceição do Mato Dentro teve uma conseqüência rápida, devastadora e, para muitos, irreversível: a poluição e assoreamento dos córregos Pereira e Passa Sete.

Nosso problema, na pousada, foi resolvido prontamente. Bastou alterar o sistema de fornecimento da água, utilizando chuveiros elétricos, e pudemos retornar aos nossos banhos quentes. O inconveniente não seria tão temporário para os moradores da comunidade, que desde o início das obras de instalação do empreendimento não podem mais utilizar as águas dos rios como antigamente. E é aí que aparece o primeiro dilema ao propor essa pesquisa: conhecer os danos e prejuízos de uma atividade da qual eu sou uma beneficiária direta – a mineração. De alguma forma, sabia que refletir sobre as situações vividas em campo implicaria também em uma reflexão sobre os meus valores e modo de vida. Assim, pensar nas conseqüências da chegada do empreendimento da Anglo American para Água Quente, na negligência aos moradores da comunidade, na matriz assimétrica de poder que comanda quem pode ou não falar significa reconhecer a minha posição de privilégio e as ambigüidades e contradições inevitáveis a qualquer postura crítica. Meu trabalho de campo foi marcado por momentos em que eu respondia perguntas e trazia a tona meu universo cultural com suas explícitas diferenças. "Seu pai tem carro, Marina?", me perguntou o marido de Aparecida, no meio da cozinha, enquanto os outros que estavam ali escutavam atentos, curiosos com a resposta. "Na sua casa tem empregada doméstica?", perguntaram em outra oportunidade, em busca dos marcadores que definiam minhas origens já evidentes no meu *habitus*. Assim, no meu mundo, o problema da falta de água foi resolvido prontamente. Movemos o capital social e simbólico (BOURDIEU, 2002) necessário: acionamos os funcionários e donos da pousada, exigimos o nosso direito de maneira clara e efetiva.

Além disso, como a Anglo American aponta em um jogo interativo na sua página da internet sobre o empreendimento Minas-Rio, estamos cercados de derivados do minério de ferro, em produtos diversos e componentes da infra-estrutura que nos cerca. Lugares não são fechados, estáticos ou ligados a identidades únicas (MASSEY, 2000). Os lugares são processos (APPADURAI, 2004) e, por isso, faz sentido pensar nas maneiras em que Água Quente se constrói e reconstrói e por que estar ali me fez pensar tanto sobre o meu lugar. Essa consciência pode levar a uma compreensão binária e simplista da situação: "o meu mundo" vs. "a Água Quente", "privilegiados pela mineração vs. oprimidos pela mineração", "modernos" vs. "tradicionais". As reflexões aqui propostas vão em outra direção. Gostaria de quebrar dicotomias e tentar entender, nas suas complexidades e contradições, o contexto atual dos moradores da comunidade,

da Aparecida e sua família, diante da gigante coorporação que viu, naquela região, a chance de construir o seu negócio mais lucrativo.

2.1. Ouvindo histórias

As histórias mais antigas de Água Quente são contadas por Saninha, de 104 anos, e suas filhas Geralda (71) e Leonora (73). Elas contam que os pais de Saninha foram os primeiros a morar naquela área, que é hoje medida em 6 alqueires. Maria Rosa, Sá Branquinha, e José dos Reis, Zé do Ernesto, teriam se casado e se mudado para a localidade após uma troca de terras na região de Senhora do Porto. Ali, criaram seus dois filhos: Ana Rosa de Jesus, a Saninha, e José Reis dos Santos, o Seu Juca. A história do arraial, que recebeu o nome por se localizar à beira do Córrego Passa Sete, que naquela altura era conhecido por Córrego da Água Quente, um afluente do Rio do Peixe, se entrelaça com histórias de propriedades ao seu redor – fazendas que remetem ao período colonial.

Sá Branquinha e Zé do Ernesto criaram ali dois filhos, cujos descendentes ocupam hoje duas porções do terreno que forma Água Quente. O mais velho, José Reis, conhecido como Seu Juca, casou-se com Geralda Rosa, ambos já falecidos, e sua família habita a parte mais baixa das terras, chamada de grota funda. Estão próximos ao córrego e compartilham uma grande área em comum. A outra filha é Saninha, ainda viva, que, aos 104 anos, mora na parte mais alta do terreno, próxima às nascentes que abastecem a comunidade.

Figura 4 - Vista parcial da parte baixa de Água Quente, onde vivem os filhos e netos de Geralda e Seu Juca, jul. 2013.

Figura 5 - Parte alta de Água Quente, onde estão as casas de Saninha, de seus filhos e netos, jul. 2014.

Hoje vivem aproximadamente 60 pessoas nas 20 casas que compõem Água Quente. Tive a oportunidade de conhecer a maior parte delas e tomei café em muitas dessas casas. Em alguns momentos, os encontros foram naturais e as conversas eram abertas, amigáveis e confortáveis. Em outros, a insegurança e a desconfiança, ou simplesmente a timidez dos meus interlocutores, mostravam-se evidentes, o que era mais do que compreensível. A primeira vez que fui à Água Quente[3], acompanhada pelos outros pesquisadores do GESTA, meus contatos diretos com os moradores foram modestos, em sua maior parte sorrisos contidos e comentários de apreciação pela recepção e atenção que nos era dada. Não conduzia as entrevistas e atuava como uma ouvinte atenta, buscando registrar as histórias e os elementos marcantes do encontro de maneira precisa e eficiente. Foram seis dias de visitas à comunidade, algumas delas estendidas ao Teodoro e ao Jassém. Durante o almoço, toda a equipe de pesquisadores se encontrava no sítio de Bartolomeu e Flávia, localizado na proximidade.

Foi ali que conheci Aparecida. Com seus 45 anos de idade, ela transparece juventude e vivacidade. Aparecida possui a pele escura, os cabelos sempre escondidos por uma toca, como de costume a muitas moradoras do local e é conhecida por ser uma pessoa alegre e de brincadeiras. Com poucas exceções, os donos da casa não estavam presentes durante o período que íamos almoçar no sítio. Era Aparecida, portanto, quem nos aguardava quando chegávamos lá. Há dez anos ela trabalha ali, junto ao marido, cuidando da casa, das hortas, do pomar e exercendo tarefas domésticas. A caminhada da casa de Aparecida à propriedade de Flávia e Bartô, como o chamam, é de aproximadamente 25 minutos. O marido de Aparecida, Milton, cuida do gado e das

[3] Campo realizado por dez pesquisadores do GESTA entre os dias 15 a 21 de julho de 2013.

grandes plantações. A divisão de trabalho entre homens e mulheres, comum entre os moradores de Água Quente, é também reproduzida ali.

Nossos almoços eram sempre agradáveis e a comida de Aparecida recebia merecidos elogios de todos nós. Éramos aproximadamente 10 pesquisadores e, divididos em três grupos, aproveitávamos o período para compartilhar as reflexões e descansar. Foram nesses momentos que tive a oportunidade de conversar com Aparecida. Se durante as visitas eu era uma ouvinte que apenas acompanhava as conversas e entrevistas, ali eu permitia que minha curiosidade se manifestasse em perguntas e considerações. Aparecida me mostrou a horta de Flávia, as hortaliças e legumes que cuidava com gosto, as árvores do pomar e as galinhas que tratava. Colhemos algodão e sentamos no muro em frente à casa enquanto tirávamos dele as pequenas sementes pretas. Ela me contava sobre seus filhos, seus planos e sonhos. Ali já ouvia que Mirlane queria ser advogada, mas que os estudos na região eram muito difíceis; que Mateus adorava andar de bicicleta e fazia de tudo para ser reconhecido pelos professores e que ela lamentava pelo pai não ter deixado os filhos continuarem estudando. Que havia voltado à escola depois de adulta para aprender a ler e escrever, mas que o trabalho não permitiu que freqüentasse as aulas por muito tempo. Eu contava que tinha duas irmãs, falava dos meus pais e tios, explicava que meu pai também tinha crescido na roça, mas que eu sempre tinha vivido na cidade. Aparecida me deu inhame de rama para que ele plantasse, terminou de limpar o algodão e guardou-o com cuidado em um saco plástico ("para tirar maquiagem, esmalte de unha") e trouxe dezenas de coquinhos que haviam sido coletados e quebrados por um de seus filhos, a pedido dela. Quando nos despedimos, no último dia de trabalho, disse que sentiria saudades e que lembraria meu nome, o mais fácil entre nós. Como em todas as despedidas, deixamos promessas de que voltaríamos e agradecemos todo o seu zelo em nos receber.

Esses encontros ocorreram em julho de 2013. Alguns meses depois, decidia que queria aprofundar a pesquisa sobre mineração. Assim, alterei o meu projeto inicial de monografia, que em nada se relacionava ao tema, e considerei a possibilidade de voltar à comunidade. Dessa vez, sem estar acompanhada de um grande número de pesquisadores que inevitavelmente intimidavam e evidenciavam assimetrias de poder com os moradores. Queria acompanhar o cotidiano da comunidade mais de perto, com a pretensão de compreender as dinâmicas sociais e os efeitos da mineração sob uma perspectiva etnográfica. Minha inexperiência e a necessidade de cumprir tarefas em

Belo Horizonte fizeram com que uma estadia muito prolongada fosse inviável. Minha volta a Água Quente durou nove dias – um período curto, mas suficientemente intenso para suscitar inúmeros questionamentos e reflexões. Quando por fim estabeleci que o foco da minha análise seria na comunidade, Aparecida foi a primeira pessoa que me veio à mente. Sabia que tinha seis filhos e que seu marido era bastante reservado (havíamos também nos encontrado durante os almoços) e que a minha permanência em sua casa por alguns dias poderia causar transtornos à família. No entanto, quando a encontrei novamente, em uma reunião para discutir questões relacionadas ao licenciamento do Projeto Minas-Rio, ela parecia animada com a minha visita, assim como Mateus, seu filho mais novo[4].

Assim, voltei a Água Quente em janeiro de 2014 e tive a oportunidade de conhecer melhor os moradores, suas vivências e histórias, assim como esclarecer melhor quem eu era e quais eram os objetivos daquele trabalho. Outra visita curta foi realizada em abril do mesmo ano, para outra reunião e discussão sobre problemas com a Anglo American, em que eu acompanhava como ouvinte[5]. Na ocasião, o encontro com Aparecida e seus filhos foi rápido e conversamos pouco. Finalmente, voltei a me hospedar em sua casa em julho do mesmo ano, em uma nova visita de sete dias à comunidade.

No que diz respeito às implicações dessa monografia, tentei explicitar para os moradores da comunidade as limitações do trabalho. Apesar de ouvir relatos de dificuldades, perdas e prejuízos diante da chegada do empreendimento, assim como histórias de conflitos e desavenças entre os membros da comunidade – nunca me pensei como alguém com capacidade ou poder para alterar aquela situação e tentei expressar essas limitações aos moradores. Antes de mais nada, eu me oferecia enquanto uma ouvinte. Uma ouvinte que gostaria de poder ajudar, resolver problemas, exigir o reconhecimento da situação das famílias, mas que podia apenas registrar essas histórias[6]. Em última instância, o meu trabalho estava sendo feito para mim. Essa era

[4] Trata-se de reunião realizada no dia 8 de dezembro de 2013, em Água Quente, entre os moradores locais para esclarecimentos sobre estudo que seria realizado na região pela empresa Diversus Ambiente e Cultura, em cumprimento à decisão da URC-Jequitinhonha na 77ª Reunião Ordinária, no dia 18/09/2013. Acompanhei a reunião como ouvinte, representando o Gesta.

[5] Em abril de 2014, atingidos pelo empreendimento Minas-Rio se reuniram em Água Quente para discutir estratégias de mobilização e reivindicação perante a Anglo American e as autoridades locais. Acompanhei as discussões enquanto ouvinte, representando o GESTA.

[6] Olhando para trás, penso que poderia ter explicitado que, mais do que uma pesquisa ou um estudo em Água Quente, meu envolvimento com as comunidades através do GESTA também se fazia através da

uma constatação dos limites da ação do antropólogo, ou melhor, de uma estudante de graduação brevemente versada em princípios de antropologia. Era claro para mim que Aparecida, Milton, Leonora, Das Graças, Viviane e todos os outros tinham muito mais a contribuir para mim do que eu para eles. Isso não significava uma ausência de comprometimento ético, mas um compromisso em transmitir suas mensagens, suas histórias e suas lutas.

O meu convívio com os moradores de Água Quente, portanto, se deu por duas vias: através de três trabalhos de campo de cunho etnográfico e em recorrentes visitas curtas para a participação como ouvinte de reuniões entre os atingidos para a discussão de questões referentes ao licenciamento ambiental do projeto Minas-Rio no âmbito das ações de extensão do GESTA. Todas essas experiências foram relevantes para a construção do meu entendimento sobre as dinâmicas sociais que perpassam a comunidade. No entanto, o enfoque do trabalho exige descrições mais aprofundadas dos trabalhos de campo. Mencionarei de maneira mais extensa as minhas três visitas prolongadas à comunidade: o primeiro conjunto de visitas realizadas com outros pesquisadores do GESTA, em julho de 2013, nas quais tive um papel maior enquanto ouvinte e observadora, minha primeira estadia na casa de Aparecida, em janeiro de 2014 e minha segunda permanência na casa de Aparecida, em julho de 2014.

Foram três momentos diferentes e, em cada nova ida, eram perceptíveis mudanças na comunidade. Edgar se mudou da casa dos pais, Ciumara veio morar na comunidade, o filho de Ludmila nasceu, Geraldinho construiu sua casa e veio morar no terreno da avó, Viviane e Luciana começaram a trabalhar para a Anglo, Marcílio e Leandro deixaram de trabalhar para a Anglo, criações foram ampliadas, períodos de seca inviabilizaram plantações, a presença da empresa se fez mais marcante, consultores ambientais foram fazer estudos na comunidade, a aparência da água dos córregos se modificou, nascentes secaram. Ainda que minha permanência na comunidade tenha sido curta, a ida em momentos diferentes permitiu visualizar mudanças variadas e perceber que, nada do que vi e observei era estático ou fixo. A análise de situações sociais (GLUCKMAN, 2010) permitiu, assim, perceber os efeitos locais desses processos em uma rede complexa de relações sociais, em constante mudança.

---

extensão. Eu já havia participado de algumas reuniões na comunidade, de uma oficina em Belo Horizonte, Audiências Públicas e na elaboração de um Contra-Parecer de um estudo que fazia parte do processo de licenciamento do projeto Minas-Rio.

Os estudos subalternos trazem contribuições para dilemas de representação do outro. Segundo a leitura de Almeida (2013):

> Spivak alerta (...) para o perigo de se constituir o outro e o subalterno apenas como objetos de conhecimento por parte de intelectuais que almejam meramente falar pelo outro – um fenômeno que podemos identificar com o perigo de exotização e da fetichização da realidade social do outro subalterno (ALMEIDA, 2013, p. 145).

Assim, Água Quente de que falo não pode ser a mesma comunidade em que conduzi meus trabalhos de campo, nem tampouco a que habita o imaginário de seus moradores, ou os documentos oficiais de licenciamento ambiental. Água Quente é e deixa de ser a todo momento, reproduzindo sua existência nas relações, interações e significados a ela atribuída. De fato, a localidade só pode ser pensada enquanto um processo, enquanto trocas e sentidos aferidos por aqueles que a pensam ou atravessam. No entanto, ao argumentar que a cultura se assenta em lugares, Escobar afirma que "as pessoas continuam a construir algum tipo de fronteira ao redor dos seus lugares, ainda que permeáveis, e a se fundamentar em práticas sócio-naturais locais, a despeito de quão mutáveis e híbridos esses fundamentos e práticas possam acabar sendo" (ESCOBAR, 2001, p. 147, tradução própria). Assim, esses fluxos se encontram em um lócus específico, o qual pude conhecer no convívio com Aparecida, sua família e outros moradores da comunidade. Assim, a Água Quente desse trabalho é a minha Água Quente que, reinventada, traz elementos de todas as outras. E, na não pretensão de falar por uma comunidade ou de representar de forma objetiva o que pensam e sentem os seus moradores, reside o potencial do conhecimento antropológico e a possibilidade de aprofundamento do conhecimento sobre as formas de viver.

2.2. O convívio com Aparecida: reflexões metodológicas

Já na minha primeira estadia na casa de Aparecida pude conhecer mais sobre a sua família. Nascida na região, ela viveu a maior parte de sua infância em um lugar conhecido como Córrego do Peão, próximo ao Jassém, distrito de Alvorada de Minas. Mudou-se para Água Quente há 25 anos, quando se casou com Milton, nascido na comunidade. O casal teve seis filhos, quatro rapazes e duas moças. Na oportunidade, Edgar, de 25 anos, estava de casamento marcado, mas não pude conhecer a sua noiva, Ciumara, que estava morando ainda com os pais. Em breve Edgar se mudaria da casa de Aparecida para uma casa que estava sendo construída no mesmo terreno. Quando voltei

à comunidade, em julho, o casamento havia ocorrido e o casal estava morando na antiga casa dos pais de Milton enquanto a construção da casa própria não se concluía. Leandro é o segundo filho de Aparecida, também já casado. Com 22 anos de idade, ele mora em uma casa no terreno da bisavó Saninha. Havia se casado com Ludmila, filha de uma prima de primeiro grau de Milton, há pouco mais de um ano, e os dois construíram uma casa grande de alvenaria em uma parte alta da comunidade amplamente visível. Mirlane era a filha mais velha, com 21 anos e a primeira da família a concluir o Ensino Médio. Durante o meu primeiro campo, Mirlane passava a maioria dos dias da semana em São Sebastião do Bom Sucesso, o Sapo, uma comunidade maior próxima à região. Ela trabalhava em um restaurante e vinha para a casa dos pais durante os fins de semana. O mesmo fazia sua irmã mais nova, Fabíola, de 19 anos. A segunda filha de Milton e Aparecida também havia concluído o Ensino Médio e trabalhava no mesmo restaurante, no Sapo, vindo para casa nos fins de semana. O quinto filho se chama Henrique, um rapaz de 16 anos que enfrentava dificuldades para concluir o Ensino Fundamental. O caçula era Mateus, um menino de 11 anos que ainda não carregava a seriedade do resto da família. Mateus era leve e trazia curiosidades e entusiasmos de criança e, juntamente com Aparecida, foi o meu maior companheiro durante as minhas visitas.

Para os trabalhos de campo, foi importante retomar reflexões metodológicas sobre o fazer antropológico. Problemas de representação, os limites de um olhar singular para a compreensão de uma realidade multi-dimensional, a dificuldade de inclusão de vozes que compõem discursos culturais e a linha tênue que separa o fazer científico de uma literatura descritiva são algumas das questões frequentemente levantadas na disciplina. Em “O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever”, Roberto Cardoso de Oliveira (2000) traz essa reflexão abordando alguns aspectos metodológicos da antropologia. Para ele, a construção do trabalho etnográfico envolve atividades cognitivas que devem ser submetidos a uma reflexão crítica. É através de atos supostamente triviais que o antropólogo constrói o seu saber e, por isso, eles devem ser constantemente problematizados. Como o título do texto indica, é no olhar, no ouvir e no escrever que o ofício do antropólogo é traduzido, em um trabalho constante que trança as experiências empíricas com o conhecimento teórico. Uma pesquisa de campo envolve a entrada em um meio social, cujo contato é primeiramente estabelecido a partir da observação do etnógrafo. A observação participante rejeita a atitude passiva de um mero observador, levando o pesquisador a participar de fato do cotidiano em que se

inseriu. Para isso, ele deve buscar uma aceitação do grupo e uma imersão em suas atividades – sem que isso implique em uma crença ingênua de que sua presença pode deixar de ter uma influência nas dinâmicas que estuda. Assim, Aparecida e seus filhos foram aqueles com quem mais convivi e com quem mais pude conversar a fundo. O convívio diário em tarefas cotidianas, desde quando despertávamos até o momento em que nos sentávamos ao sofá para assistir televisão, ao fim do dia, foi essencial para a construção dessas relações.

Logo nos primeiros dias de campo, conheci Lodi, uma senhora já aposentada, viúva do primeiro filho de Geralda e Seu Juca, que se casou novamente com Matu, neto de Saninha. Lembro-me de achar Lodi muito direta, alguém que não tem muito receio de expressar o que pensa. Talvez pelo seu espírito e aparência jovem, assim como Aparecida, nunca me referi a Lodi como "dona". Encontramo-nos diversas vezes enquanto estive lá e visitei a sua casa em algumas ocasiões. O contexto urbano e privilegiado do qual eu vinha era evidente para todos, inevitavelmente marcado no meu modo de falar, vestir, nos meus óculos, no cabelo. Por isso, Lodi expressou a sua surpresa ao me ver ajudando Aparecida a ariar as panelas da casa e, segundo ela, a minha dedicação na atividade era demonstração de que, apesar das aparências, eu não era uma pessoa de "frescuras". Senti que a minha disposição para o trabalho, para o trabalho desgastante que fazia parte do cotidiano da roça, foi responsável por conquistar o respeito de Lodi, que, apesar da seriedade, sempre demonstrava admiração e alegria com a minha presença.

Assim, a cada dia reencontrava aqueles que já conhecia e tinha a oportunidade de conversar com novas pessoas. Fui também criando impressões sobre Dona Leonora, Geralda, Matu, José Lúcio, Maria das Graças, Viviane, Pedrolina, Dadá. Ao mesmo tempo, tentava ser aberta para que eles pudessem também criar suas impressões sobre mim. Remetia à minha primeira ida a campo, junto aos outros pesquisadores de Belo Horizonte, o pessoal da universidade. Explicava que estava passando uns dias na casa de Aparecida para aprender como era a vida ali, como era a rotina dos moradores da comunidade, como eram os seus trabalhos. Justificava dizendo que a vida na cidade era muito diferente e que tínhamos muito o quê aprender com quem morava na roça. Contei que eu era estudante, que já havia terminado o terceiro ano e que agora estava na faculdade. Eu sabia que esses esclarecimentos não eram suficientes para explicar em profundidade o significado da minha presença e do trabalho que eu fazia. Um dos filhos

de Aparecida me perguntou o que era faculdade; para dona Maria das Graças, expliquei que estudava Antropologia e que os antropólogos buscavam conhecer formas diferentes de trabalhar e conviver e que todos nós tínhamos muito o quê aprender uns com os outros. Muitas das perguntas mais diretas que recebi vieram das crianças. Perguntavam se eu recebia para fazer aquele trabalho, quanto eu recebia, se eu gostava do que fazia. Respondia de maneira sincera e, em algumas ocasiões, reservada.

Nesse momento, a presença da empresa e as conseqüências da mineração para a comunidade não ocupavam o centro das nossas conversas. E, de fato, a mineração não foi a minha maior preocupação durante a minha primeira visita. Queria conhecer quem eram os moradores, participar da rotina de Aparecida, vivenciar as trocas e as relações que estabeleciam entre si. Assim, a maior parte das minhas conversas durante esses nove dias eram informais e eu fazia perguntas gerais sobre a história da comunidade, as trajetórias de vida dos moradores e seus familiares, suas aspirações, trabalhos, usos da terra. Para isso, pedi para acompanhar a rotina de Aparecida, ajudar em suas tarefas, percorrer com ela os seus caminhos. Tentei me despertar no mesmo horário que sua família, vi os homens levantando tomando café e partindo para o trabalho em diferentes localidades na região, observei Aparecida fazer o trato para os porcos, ajudei com a limpeza da casa, o preparo das refeições, colhemos milho, fizemos mingau, visitamos seus parentes para que me conhecessem. Disse que queria aprender tudo o que podia com ela, ao que ela respondia, timidamente, que pouco tinha para ensinar. Ainda assim, mostrava-me como fazer o trato para os porcos, a banha utilizada para refogar a comida, a maneira certa de descascar o alho, colher o milho, acender o fogão a lenha. Contava-me sobre sua família, sobre os moradores de Água Quente, sobre o seu trabalho no sítio de Flávia e Bartolomeu, sobre a igreja. E, nos intervalos entre suas atividades, levava-me às casas daqueles com quem tinha mais proximidade na comunidade, onde tomávamos café e tínhamos conversas divertidas. Aparecida é uma pessoa animada, que sempre faz brincadeiras, e parece ser muito querida por aqueles com quem convive. No entanto, ela também me contou histórias de conflitos e desavenças com moradores da comunidade e parentes. No final de cada dia, fazia registro das experiências, conversas e impressões vividas em um caderno de campo.

Caderno de campo: 23 de janeiro

Nesse dia acordei cedo, por volta das 7 da manhã. Todos já estavam de pé. Edgar havia ido fazer cerca para Bartô junto com Leandro e seu tio Valdete. Encontramos Valdete

pela manhã, ele veio e tomou café. Todos falavam em tom casual. Muitos meninos e rapazes também vieram aqui hoje durante o dia. À tarde, eu e Aparecida pegamos milho na roça para fazer mingau e cozinhar para a salada e assar. Subimos um morro sob o sol alto, mas com a promessa de que em outro dia veríamos a verdadeira roça de Aparecida. Essa era apenas a pequena, próxima à sua casa. Esse foi um dos momentos em que os saberes e habilidades de Aparecida desabrochavam diante do meu desajeito. Era um ato simples: abrir as folhas da espiga, checar se a hora era certa, e retirar o milho. Um ato simples que Aparecida fazia com destreza e naturalidade. Para cada 10 espigas que ela colheu, peguei uma.

Figura 6 - Aparecida e Lisa, jan. 2014.

Também no meu segundo dia na casa de Aparecida, ela disse que mataria um de seus frangos para fazer frango com quiabo no almoço. Fiquei animada com o prato anunciado e perguntei, ingenuamente, se faziam aquilo com freqüência. Ela disse que sim e repetiu que nunca compravam frangos, já que criavam suas galinhas. No entanto, alguns dias depois, eu e Mateus estávamos andando até a venda de Joãozinho para comprar um frango para fritar, a pedido dela. Percebi que frango com quiabo era uma iguaria, um prato especial para me agradar, para mostrar as coisas boas da roça. Situações assim aconteciam com freqüência e mostravam o quanto minha presença condicionava falas, afirmativas, ações. Em meio a falas de "a comida hoje não tá boa não", sempre acompanhadas de um sorriso, Aparecida fazia um esforço constante para me agradar e levava a sério meu pedido de me ensinar suas habilidades, costumes – as coisas da roça que eu não tinha acesso na cidade. Assim, eu fazia um esforço constante para entender as formas com as quais todos jogavam com a minha presença, mediam palavras, tentavam me impressionar ou disfarçavam gestos. No primeiro dia em que

jantei na casa de Aparecida, por exemplo, os homens da casa pareciam constrangidos em se servir e jantar conosco. Foi Aparecida que serviu o prato do marido e filhos, levando para eles na sala de televisão. Enquanto isso, nós duas fizemos a refeição na cozinha, sentadas próximo ao fogão. Os membros da família pareciam se tratar com uma cordialidade maior que a natural, evitando gestos e palavras de ofensa que pudessem me impressionar. Situações assim parecem ter relação direta com a minha presença e os constrangimentos de dividir o espaço íntimo familiar com alguém de fora.

Nos momentos em que Aparecida estava muito ocupada, como nos dias em que teve que ir para a propriedade de Bartolomeu, Mateus, o filho mais novo, foi meu principal interlocutor. Mateus era o mais aberto entre os filhos de Aparecida e se mostrava uma criança alegre e comunicativa. Durante os dois períodos em que me hospedei na casa de Aparecida, ele estava em suas férias escolares. Assim, passava a maior parte do tempo vendo televisão ou brincando com os amigos. Com ele desci várias vezes para a parte mais baixa da comunidade, fui até o Teodoro, às casas de Lenita e Solange, ao retiro de Joãozinho comprar frango, ao sítio de Bartolomeu levar marmita para o pai. Além disso, passávamos muito tempo juntos em sua casa: pela manhã, enquanto tomávamos café, na hora do almoço, nas tardes em que Aparecida estava fora, à noite, quando todos sentavam na sala para assistir televisão.

A proximidade com Aparecida e Mateus se manteve na minha segunda visita prolongada à comunidade. No entanto, devido à familiaridade com a maior parte dos moradores, acabei me sentindo mais livre para circular sozinha pela comunidade e visitar aqueles que já conhecia. No segundo campo, portanto, acompanhei menos as tarefas cotidianas de Aparecida e passei a fazer visitas direcionadas. Penso que foi apenas na segunda ida à comunidade que consegui explicar melhor a minha presença. Aos muitos que perguntaram, disse que tinha demorado a voltar porque estava ocupada com os estudos, freqüentando aulas e lendo. Disse também que estava escrevendo as histórias que tinham me contado, mas que ainda tinha muito para ouvir. E que, após escrever todas as histórias e contar tudo o que havia aprendido, apresentaria o trabalho para os professores e ganharia o meu diploma. Esse trabalho era, portanto, a última tarefa necessária para concluir os meus estudos. Foi mais confortável fazer visitas às pessoas e conversar sobre os problemas trazidos pela mineração durante a segunda permanência em campo. Apesar dos meses que haviam se passado entre a minha última visita e da freqüente ida de pessoas de fora à comunidade, no geral pesquisadores ou

funcionários da Anglo American, os moradores pareciam se lembrar da minha visita anterior e me recebiam com familiaridade. Assim, pude conduzir entrevistas semi-estruturadas com aqueles que, na minha ida anterior, percebi que não se importariam em contar histórias que envolvessem a empresa e as mudanças trazidas pela mineração. Ao perceber que os moradores estavam mais confortáveis, pedi autorização para gravar algumas das entrevistas, o que foi concedido. Nesse segundo momento, portanto, buscava compreender os significados atribuídos à chegada da mineração. Perguntei sobre os problemas trazidos, as reuniões com a empresa, os canais de comunicação da Anglo American com a comunidade e, em especial, procurei entender o que significava para os moradores a perda do rio. Além disso, pedi para que me contassem histórias de infância e dos tempos antigos, em busca de um panorama mais diacrônico das dinâmicas e relações sociais que se entrelaçam na comunidade.

Para esse segundo momento, foi importante retomar outras reflexões de Oliveira (2000) sobre o fazer antropológico. O trabalho etnográfico, segundo o autor, vai além da mera observação passiva e deve envolver também um atento processo de escuta. O ouvir está associado à busca de significação dada pelas pessoas, muitas vezes através das entrevistas. Ele ressalta que antropólogo e pesquisado possuem diferentes "idiomas culturais" e que uma consciência prévia dessas diferenças é fundamental para que se estabeleça, de fato, uma relação dialógica durante a entrevista. Assim, era evidente que muitas das respostas dadas pelos moradores, tanto em nossas conversas, quanto durante as entrevistas semi-estruturadas faziam parte de um jogo com a minha presença. Muitas vezes respondiam afirmativamente às minhas perguntas espontaneamente e apenas respondiam sinceramente quando eu os questionava outra vez. Davam credibilidade ao que eu dizia, colocando-me em uma posição de conhecimento. Certa vez, Aparecida me perguntou: "o que significa essa Copa do Brasil que vai parar tudo? De norte ao leste, de leste ao sul?". Era janeiro de 2014 e ela fazia referência à Copa do Mundo que viria a ser realizada no país no mesmo ano, amplamente comentada nos noticiários. Em outro momento em sua casa, Milton, seu marido, veio à cozinha e me perguntou: "quanto é 50 litros de cachaça a 4 reais o litro?". Estavam checando o preço cobrado por algum morador da comunidade. Quando respondi que o valor total seria 200 reais, uma das filhas de Aparecida comentou: "você é boa de matemática!". Aparecida também me pediu para "dar conselhos" à sua filha mais velha sobre como se preparar caso quisesse fazer uma faculdade. Eu carregava um *habitus* diferente dos moradores de Água Quente

e os efeitos de uma jovem branca, urbana, com alto grau de escolaridade eram notáveis. Essas eram as características daqueles que historicamente ocupam posições de poder na região e frequentemente eu percebia que as pessoas também se intimidavam com a minha presença.

Após acompanhar Aparecida, Mateus e outros moradores da comunidade, ouvir suas histórias, registrá-las em um caderno de campo e refletir sobre os processos em jogo e a minha posição na comunidade, chego ao último desafio dessa trajetória: a escrita. Oliveira (2000) fecha sua reflexão sobre o trabalho do antropólogo com a junção das duas primeiras etapas, o olhar e o ouvir, através da construção textual. Para ele, "é o escrever 'estando aqui', portanto fora da situação de campo, que cumpre sua mais alta função cognitiva" (p. 25). Assim, o pesquisador traz os fatos observados – através do olhar e do ouvir – para a dimensão do discurso. O autor defende o aparecimento da voz singular do etnógrafo no discurso – marca de que o registro etnográfico é composto por representações de um ponto de vista, e não por verdades de um "observador impessoal, coletivo, onipresente e onisciente" (OLIVEIRA, 2000, p. 30). Portanto, ao invés de um autor escondido no interior do texto, o antropólogo deve registrar e enfatizar a singularidade e limites do seu olhar, responsável por uma voz que entra em diálogo com muitas outras. O escrever se faz como uma continuação do processo analítico.

Assim, o retrato de um trabalho de campo, a dizer, o registro etnográfico, afirma tacitamente uma presença que penetra, invade o mundo do pesquisado. Em "Sobre a autoridade etnográfica", James Clifford (1998) compara o trabalho etnográfico a uma fotografia: "toda fotografia afirma uma presença – a da cena diante das lentes; e sugere também outra presença – a do etnógrafo elaborando ativamente esse fragmento da realidade" (p. 18). Esse retrato congelado, no entanto, está longe de representar o fazer antropológico no cenário contemporâneo. Afinal, a Antropologia está inserida em um "mundo ambíguo, multivocal" que rejeita a concepção da "diversidade humana como culturas independentes, delimitadas e inscritas" (idem, p. 19). Clifford retoma, portanto, o debate sobre a escrita e representação dos outros. Sua grande pergunta, de certo modo, seria "como, exatamente, um encontro intercultural loquaz e sobredeterminado, atravessado por relações de poder e propósitos pessoais, pode ser circunscrito a uma versão adequada de um "outro mundo" mais ou menos diferenciado, composta por um autor individual?" (p. 21). Afinal, a escrita etnográfica é uma tradução da experiência para a forma textual que envolve a ação de múltiplas subjetividades. Dessa forma,

> nem a experiência nem a atividade interpretativa do pesquisador científico podem ser consideradas inocentes. Torna-se necessário conceber a etnografia não como a experiência e a interpretação de uma 'outra' realidade circunscrita, mas sim como uma negociação construtiva envolvendo pelo menos dois – e muitas vezes mais – sujeitos conscientes e politicamente significativos (CLIFFORD, 1998, p. 41).

Incluir no texto a troca entre sujeitos durante o trabalho de campo permite a inclusão de um contraponto para a voz do autor – mas continua sendo uma representação feita pelo etnógrafo sobre como se deu esse encontro. Etnografias polifônicas pretendem romper com esse limite, permitindo que os próprios atores pesquisados se representem no texto etnográfico, formando trabalhos multivocais. A citação extensa e regular seria uma maneira de representar essas vozes, assim como etnografias feitas por múltiplos autores ou nas quais os colaboradores fazem parte da escrita do texto.

Também pensadores pós-coloniais enfatizam as dificuldades em representar a alteridade e, em particular, grupos subalternizados. A trajetória dos moradores da comunidade de Água Quente no processo de licenciamento do projeto Minas-Rio deixa evidente a invisibilização de sua condição enquanto atingidos pelo empreendimento. Assim, na visão de Spivak, no trabalho do intelectual seria necessário:

> abrir espaço discursivo para que o outro fale como um direito e uma dívida a ser quitada (...), reconhecer sua inerente cumplicidade e a necessidade de se responsabilizar, de responder, de reagir e de ser sensível ao outro, abrindo espaço para um diálogo de mão dupla e uma interação através do aprendizado da escuta qualificada (ALMEIDA, 2013, p. 147).

Nos trabalhos de campo, fiz um esforço constante para criar esse espaço e exercer uma escuta qualificada, de fato ouvindo o que Aparecida, Leonora, Maria das Graças, Nayara e Viviane tinham a dizer. Mais do que encontrar respostas para mim ou para a comunidade acadêmica, pretendi abrir espaço para que os moradores de Água Quente lançassem suas próprias perguntas, registrassem suas histórias e se sentissem de fato ouvidos. Assim,

> é necessário que estejamos dispostos a ouvir e aprender com o outro por quem não se deve ter a pretensão de falar. E somente poderemos fazê-lo – na posição de críticos e intelectuais – se começarmos a desaprender nosso privilégio de falar como uma perda irreparável (mas necessária), a resistir à posição cômoda e ao apelo fácil de falar pelo outro, e, principalmente, se nos dispusermos a aprender com esse outro (ALMEIDA, 2013, p. 147).

Na tentativa de superar alguns desses desafios trazidos pelos autores, procuro integrar às descrições etnográficas as vozes dos sujeitos com os quais conversei. Além disso, em uma tentativa de complementar a linguagem acadêmica, integro ao texto pequenas narrativas de vivências em campo. Anotações tais quais foram feitas no caderno de

campo, histórias contadas pelos moradores da comunidade ou ponderações por vezes desconexas, feitas em momentos distintos do caminhar dessa pesquisa visam explicitar o processo contínuo de reflexão sobre as experiências vividas em campo. São ilustrações ou quebras ao ritmo textual acadêmico, tentativas de dar mais concretude e humanidade os relatos e análises. Com o mesmo objetivo integro ao texto fotografias tiradas durante minhas visitas. Muitos moradores ficavam contentes em ver suas hortas e quintais fotografadas e, em algumas ocasiões pedi, ainda que com algum constrangimento, para tirar fotos das pessoas com as quais tive maior contato. A utilização das imagens, nomes e histórias foi feita com o consentimento dos moradores e serão eles, também, os primeiros a verem o trabalho concluído[7].

As minhas duas permanências na casa de Aparecida foram experiências intensas e, para além das contribuições acadêmicas, dos aprendizados sobre as formas tradicionais de uso do ambiente e sobre os impactos desencadeados pelo projeto Minas-Rio na região, suscitaram constantes reflexões pessoais. Em vários momentos em campo, minhas perguntas centrais diziam respeito à minha realidade, ao meu modo de vida, à minha condição privilegiada em um mundo de desigualdades e injustiças. Além disso, construí fortes relações afetuosas, em especial com Aparecida e Mateus, mas também com Leonora, Totó e Lodi. A permanência na comunidade foi curta o suficiente para que não me sentisse isolada ou desconectada das minhas relações em Belo Horizonte. No entanto, foi suficientemente longa para que eu criasse admiração por muitos dos moradores e passasse por momentos de grande cansaço pelo esforço contínuo em me relacionar bem. Desde a reação a tempestades a momentos simples de ajuda à Aparecida na cozinha acabei refletindo sobre o meu lugar e a minha trajetória até ali.

Chuva e Mingau – Caderno de campo, jan. 2014

Choveu bastante à tarde. Janelas fechadas, portas fechadas, velas acesas. Todos os eletrônicos foram desligados, até a geladeira. As crianças se divertiam com o clima de tensão, abriam a geladeira e arriscavam-se com os eletrônicos. Estavam agitadíssimos. Aparecida, por outro lado, estava preocupada, nervosa, apreensiva. Procurou suas orações, em papéis, para rezar. Como a casa estava escura, abriu levemente uma das

[7] Essas histórias, incorporadas ao longo da monografia, estão também no anexo desse trabalho, intitulado "Histórias de Água Quente". Trata-se de uma pequena compilação de algumas narrativas contadas pelos moradores e vividas em campo, além de fotografias. São registros de momentos marcantes para o momento de devolução do trabalho aos moradores da comunidade. Assim, podem desfrutar do produto final para além do seu formato acadêmico.

portas para que a luz entrasse e minimamente iluminasse as suas orações. Dava para ver o esforço expressivo que ela fazia para conseguir completar as orações. Ao notar o divertimento dos meninos, que "faziam graça", brincando com a chuva, ela ficou extremamente irritada, repreendeu-os em tom alto até que as coisas se acalmassem na casa. Depois do sermão ("brinca com a chuva mesmo, pra ver o que acontece!"), sentamos na sala, no escuro. Ela sugeriu que jogássemos UNO enquanto a chuva passasse. Os maiores temores: vento e relâmpago. Relatou o episódio de uma grande chuva no passado, com um vento tão forte que fez com que o teto da casa se levantasse e ela se molhasse por completo. A princípio, pensei que o caso fosse recente, que toda essa preocupação era resultado de chuvas cada vez mais fortes que ocorriam na região. No entanto, ela esclareceu que o episódio havia se passado muitos anos atrás, antes de terem reformado a casa. O medo da chuva tinha sempre existido.

Esse foi o momento em que vi o maior medo em Aparecida e imaginei que aquele ritual deveria se repetir a cada tempestade. Janelas fechadas, vento forte, desliga o rádio, vela acesa, lembranças de uma chuva devastadora. Em momentos assim, em que a nossa pequenez diante de grandes fenômenos parece tão evidente, as diferenças entre meu mundo urbano e o mundo de Aparecida, da Água Quente, ora gritantes, parecem desaparecer. A preocupação, a apreensão, o medo do que a chuva e o vento poderiam causar eram tão prováveis de ser vistos em Aparecida, quanto na minha própria mãe. Escrevi: "O efeito da notícia dos raios no Cristo Redentor e no Guarujá (para Aparecida, era o mesmo raio, após andar 400 m) em Aparecida é o mesmo sobre minha mãe: preocupação e temor". Durante a chuva, só tínhamos uma coisa a fazer: esperar.

***

À tarde, fizemos mingau, ou, como chamam, corá. Alguns comentam que há diferença entre os dois doces, mas o que toda minha vida chamei de mingau de milho verde, chamavam ali de corá. Nesses primeiros dias, era impressionante o zelo e o orgulho de Aparecida em me mostrar seus saberes, suas especialidades. Descascava o milho com destreza, ia rapidamente tirando os grãos da espiga e colocando-os no liquidificador. Eu queria acompanhar todas as suas tarefas, tentar sentir como pudesse o peso de suas atividades. Lembro que fiquei responsável por mexer o corá na panela. Mexer, mexer, mexer até que ele ficasse encorpado, ganhasse sua resistência. Aparecida às vezes olhava para mim, sorria, via o meu desajeito. Acho que o corá foi o resultado de um dos meus melhores momentos em Água Quente. Ele era a vaidade e o carinho de Aparecida por mim. Era ela entendendo que realmente tinha o que mostrar, do que se orgulhar. Não gosto muito de doces, normalmente não consigo comer muito. Mas tentei comer o corá sempre que tive oportunidade. No café da manhã, como sobremesa do almoço, como um pequeno lanche no meio do dia. Fiz questão de apreciar toda a dedicação de Aparecida materializada no nosso mingau.

Figura 7 – Corá, jan. 2014.

2.3. Plantios e criações

Durante nossa primeira visita a campo, acompanhada por outros pesquisadores do GESTA, andamos por quintais, roças e hortas, comemos queijos, doces e quitandas e conversamos sobre a rotina de trabalho dos moradores de Água Quente. Se a página inicial do site internacional da Anglo American fala a um sujeito que "toma o trem para o trabalho", a realidade social das comunidades onde opera é constituída por sujeitos outros. Em Água Quente, levantam-se invariavelmente às 6 da manhã, homens e mulheres, dos mais jovens aos mais velhos. São costumes da "roça", como dizem. E a partir daí, a divisão de tarefas é iniciada. Talvez seja possível dizer que esse conjunto de tarefas, desempenhadas desde tão cedo até o fim do dia, formam um sistema produtivo, sendo peças de uma estrutura econômica. Nesse sentido, a literatura sobre o campesinato no Brasil lança luz a alguns pontos importantes para a compreensão dessas dinâmicas.

As análises clássicas sobre o campesinato se baseiam na tese de que a família camponesa forma a unidade de produção e consumo. A frase lapidar sobre a teoria da economia camponesa seria a de que o camponês trabalha a terra para se nutrir (MENDRAS, 1978). Ainda que essa seja a premissa básica do modo de produção camponês, é também verdade que o sítio camponês se insere no mercado envolvente e suas relações de produção não se fecham na unidade familiar. Para Mendras (1978), portanto, a família camponesa vive de uma terra que lhe é própria, ainda que não tenha sobre ela propriedade formal segundo o direito estrito. Ainda que faça parte de uma "economia mais ampla", externa à unidade camponesa, a terra seria vista como um meio de vida e não um capital que deve ser rentabilizado. Dessa forma, o sistema não poderia ser analisado nos termos da economia industrial. A terra seria, portanto, um patrimônio

da família e da coletividade. A família camponesa dispõe ao menos de um direito de explorar uma porção de terra.

Essa perspectiva destaca os aspectos econômicos do campesinato, pensando o sítio camponês como uma unidade básica de produção cuja racionalidade se contraporia à lógica capitalista. Assim, "cada produto tem seu destino particular e nenhum é substituível por outro: a erva nutre os animais, o trigo os homens, o linho e o cânhamo servem para fabricar vestidos e cordas" (MENDRAS, 1978, p. 45). Baseando suas análises em sociedades camponesas da França, em diversos recortes temporais, Mendras fala de estabilidade, de trocas com outros grupos e no princípio de não produzir mais que o necessário. O modo de vida camponês seria fixado pelo costume. Nessa perspectiva, "a preocupação dominante do camponês é a perpetuação do sistema, a *manutenção* de seu gênero de vida e a continuidade de sua família, grupo doméstico e linhagem" (p. 46).

Em contraposição às leituras econômicas sobre o campesinato, K. Woortmann (1990) propõe pensar a ética camponesa como sendo constitutiva de uma ordem moral. A campesinidade seria uma forma de perceber as relações dos homens entre si e deles com as coisas, em especial, com a terra. O autor propõe que o campesinato não seja pensado como uma economia, enfatizando a dificuldade de entender essa categoria através da noção do modo de produção. Ele pensa, portanto, em uma "sociedade camponesa", da qual a unidade de força de trabalho é constituída pela família. Assim, a terra não seria meramente objeto de um trabalho, mas expressão de uma moralidade. Ela é algo pensado e representado no contexto de valorações éticas (p. 12). O camponês não seria apenas um "pequeno produtor" e ao invés do valor-de-uso, seria mais relevante pensar no uso enquanto um valor. O foco da análise é transferido para as relações e para os sentidos atribuídos aos usos e costumes. Woortmann prefere falar "não de camponeses, mas de campesinidade, entendida como uma qualidade presente em maior ou menor grau em distintos grupos específicos" (1990, p. 13). A integração no mercado não significa necessariamente uma baixa campesinidade, uma vez que existem diferentes graus dessa moralidade. O autor localiza algumas categorias culturais centrais do universo camponês brasileiro, que são também centrais para a reconstrução da ética mais geral que elas representam: trabalho, família e liberdade (SOUZA, 2012).

Na leitura de Godoi et al (2009, p. 9), o campesinato pode ser visto, em termos gerais, como uma categoria analítica e histórica, constituída por poliprodutores,

integrados ao jogo de forças sociais do mundo contemporâneo. Os autores ressaltam a diversidade da condição camponesa, resgatando o papel da experiência e privilegiando a cultura em detrimento da primazia pelo econômico. Assim, "no caso da formação da sociedade brasileira, formas camponesas coexistem com outros modos de produzir, que mantêm relações de interdependência, fundamentais à reprodução social nas condições hierárquicas dominantes" (GODOI et al, 2009, p. 11). Dessa forma, o campesinato pode ser pensado enquanto uma forma política e acadêmica de reconhecimento conceitual de produtores familiares que sempre constituiu um ator social da história da Brasil.

A produção camponesa estaria articulada a "valores da sociabilidade e da reprodução da família, do parentesco, da vizinhança e da construção política de um 'nós' que se contrapõe ou se reafirma por projetos comuns de existência e coexistências sociais" (idem, p. 13). O modo de vida, ou seja, as formas de apropriação, redistribuição e consumo de bens materiais seriam mais que um fazer econômico, mas um valor referência. Assim, tem-se uma moralidade construída que se contrapõe a modos de exploração e desqualificação. Nesse sentido, o acesso aos recursos produtivos tem um papel central na própria construção identitária dos grupos. Godoi et al (2009) argumentam que esse acesso, de forma legal e autônoma, atua como fator fundamental para sua constituição como agente produtivo imediato. Na tradição camponesa, "a liberdade é um valor para expandir uma potencialidade, ou seja, capacidade para projetar o futuro para os filhos e para socialmente se valorizar como portador de dignidade social" (GODOI et al, 2009, p. 14).

Em seu estudo sobre comunidades tradicionais no Vale do Jequitinhonha, Galizoni (2007) também destaca o papel central que a autonomia de acesso aos recursos naturais desempenha na criação de um sistema de produção. No contexto estudado, ela descreve que as casas são localizadas próximas aos cursos d'água e que a escassez de terra leva à criação de um sistema de produção maior, que envolve diversas possibilidades. Assim, as famílias ordenam todo o uso do ambiente sendo preciso analisar como determinado grupo social se apropriou do meio e organizou seu espaço. Galizoni destaca que a terra está sempre em movimento e é a historicidade do seu uso que vai lhe qualificando.

Embora o plantio e a criação estejam tradicionalmente o centro das atividades em Água Quente, vários outros trabalhos são exercidos pelos moradores como fonte de renda, prestação de serviços e circulação monetária. A inserção no mercado, o acesso a

serviços estatais e a presença do capital nas dinâmicas locais têm aumentado gradativamente há pelo menos 15 anos e ocorrido concomitante a atividades tradicionais. A chegada de um mega-empreendimento minerário à região interfere nesse processo, acelerando-o de maneira rápida e atribuindo ao capital uma crescente centralidade nas relações de produção. No entanto, como ressalta Escobar (2001), embora seja evidente que economias e culturas "locais" não estejam fora do escopo do capital e da modernidade, é necessário reconhecer que o local não é produzido exclusivamente pelo global. Uma análise dos processos locais, do sistema de produção tradicional na comunidade se faz relevante para compreender os efeitos de desterritorialização causados pela instalação do empreendimento.

Foi durante as minhas primeiras visitas a Água Quente, em julho de 2013, que busquei mais ativamente compreender as relações tradicionais de produção na localidade. Nas nossas entrevistas, fazíamos perguntas sobre o plantio, as colheitas, a criação, vendas e trocas. Buscávamos entender o que os moradores plantavam, onde faziam seus cultivos, se tudo era usado para a despesa da família ou se os vendiam, quem participava dessas dinâmicas, o quanto produziam. Nossa primeira entrevista foi com José Lúcio, neto do casal aos quais remetem as lembranças mais antigas do arraial. Em outras oportunidades, pude conversar também com sua esposa, Cida. Lembro com muita clareza da tarde em que me mostrou sua horta. Diferentemente de José Lúcio, Cida não era "da roça". Ainda assim, desde que se casou, aprendeu a exercer as atividades de cultivo com os outros moradores da comunidade. "Ela aprendeu aqui, com quem é daqui", afirmou o marido.

José Lúcio, por sua vez, passou a maior parte de sua vida "na roça". Assim como seus oito irmãos, nasceu e cresceu em Água Quente e se casou com Cida há mais de 20 anos. Foi ali que nasceram seus três filhos, dois dos quais ainda moram com os pais na comunidade. Foi para Belo Horizonte aos 16 anos, onde morou até os 21. Conheceu Cida na cidade e voltaram para Água Quente após se casar. Construíram uma casa no terreno dos pais de José Lúcio, na parte baixa da comunidade e, em alguns períodos, voltaram à capital em busca de trabalho e renda fixa. Assim como nos estudos de Galizoni (2007) e Oliveira (2008), as migrações são constantes e se configuram como um processo familiar, e não individual. Ainda que muitas pessoas, como José Lúcio, suas irmãs e outros parentes, saiam da comunidade, há sempre um vínculo com a terra

de origem. Como outras famílias, a permanência de José Lúcio e Cida na comunidade não é fixa ou estável. Em seu trabalho sobre práticas costumeiras de transmissão do patrimônio em comunidades rurais do Médio Jequitinhonha, Oliveira (2008) destaca "o papel do conhecimento prático que produz um ajustamento das escolhas e ações às demandas colocadas pelas estruturas que conformam o universo de atuação desses grupos" (p. 11). Assim, oportunidades e desejos são articulados com o conhecimento dos moradores, contribuindo para o movimento de saída e retorno à comunidade.

Ainda no primeiro dia de entrevista, conversamos também com Viviane. Sobrinha de José Lúcio, ela se tornou uma interlocutora importante nas minhas visitas à parte de baixo de Água Quente. Conforme argumenta Souza (2012), "a organização social de gênero nas sociedades está submetida a uma série de códigos e regras que envolvem parentesco, residência e posição social, categorias que, além de transcender a dicotomia público/privada, estão sujeitas a transformações com o tempo" (p. 82). Ainda que as tradicionais dicotomias de gênero sejam insuficientes para explicar a realidade social, o diálogo com as mulheres me pareceu sempre mais fácil e aberto, em um contexto de marcada divisão de gênero nas tarefas e papeis sociais da comunidade. Além das mulheres, tive grande contato com as crianças da comunidade, que vinham à casa de Aparecida brincar com Mateus e frequentemente almoçavam e passavam as tardes conosco. Viana, como é chamada Viviane, é mãe de Artur, ou Totó, um menino de oito anos com quem interagi muito nos períodos de permanência prolongada em campo. Ele é amigo do filho mais novo de Aparecida, Mateus, e estava sempre em sua casa. Totó tem uma candura típica das crianças. Minha presença lhe inspirava curiosidade e em várias ocasiões fez perguntas sobre minha vida.

Pipas e moradas, jul. 2014

Estávamos a caminho da Lapa, a antiga cachoeira, lugar de encontros, banhos, domingos, churrascos. Aparecida me levava para conhecer um dos lugares centrais na história de Água Quente, agora ofuscado por mato, descuidado entre as braquearas, esquecido após a chegada da lama. Como sempre, Mateus nos acompanhava, e estavam também Léo e Totó, todos três animados em rever o antigo local de lazer. Nesse dia, as crianças tinham procurado velhas sacolas, cortado varetas de bambu, emendado fios de sacos antigos e feito pipas de tamanhos e cores diferentes, com a ajuda de irmãos ou primos mais velhos. Assim, enquanto percorríamos o caminho de descida da estrada principal, ao lado da casa de Joãozinho Generoso, sobre a ponte e

pela trilha na mata, ao leito do córrego, estavam atentos à possibilidade de espaço e vento que permitissem uma rápida corrida capaz de fazer suas pipas voarem.

Na volta, Totó me pede para levar o seu papagaio. E depois me diz: "você pode ficar com ele". Mesmo feliz com a oferta, explico que era melhor ele ficar com sua pipa, pois não teria onde soltá-la em minha casa. Ele diz: "na rua!" e eu explico que a minha rua é movimentada e carros estão sempre passando. Ao que ele pergunta: "e na sua casa? Na laje!". "Na minha casa não dá". Ele me olha confuso. E questiona outra vez: "onde você mora? Não é na favela? Não tem umas casas assim uma em cima da outra?". "Não... Moro num prédio, Totó. Lá não tem como soltar pipa".

Figura 8 - Mateus, Totó, Aparecida e Leo, jul. 2014.

Além das primeiras entrevistas com José Lúcio e Viviane, foram as interações com Aparecida e o acompanhar de seu cotidiano que mais contribuíram para que eu formasse uma imagem da rotina de produção em Água Quente. Em sua análise sobre a produção camponesa na década de 1980, em Sergipe, E. Woortmann (1983) define o sítio camponês como um "sistema de espaços diversificados, complementares e articulados entre si, sistema esses que se reorganiza através do tempo como resposta ao processo histórico" (p. 164). A organização e a resposta operam através de uma lógica, uma estratégia e um saber, repassado através das gerações, que possibilitam a reprodução camponesa. A partir dessa leitura, é possível afirmar que o sítio camponês não é concebido como uma extensão uniforme,

> ele é organizado pelo trabalho em espaços diferenciados, nos quais a diversidade e a disponibilidade de solos, com situações distintas quanto à inclinação do terreno, à água etc. constituem fatores importantes. Esses espaços e as atividades neles desenvolvidas articulam-se entre si. Essa articulação engendra uma espécie de modelo de insumo–produto, no qual cada espaço-atividade gera insumos para outros espaços-atividades (Woortmann, 2009, p. 120).

Essa configuração está presente em Água Quente, onde, tradicionalmente, os núcleos familiares organizam a sua produção em três espaços distintos: as roças, os quintais e as hortas, sendo os dois últimos situados nas imediações das casas.

Em cada casa da comunidade, há sempre um quintal, por vezes separado por cerca ao da casa ao lado, e outras sem uma divisão física. Os quintais possuem árvores frutíferas endêmicas diversas, como bananeiras, pés de laranja, limão e mexerica, goiabeiras, mangueiras, pés de acerola, carambola, abacate, mamão e jaboticaba. Essas frutas são abertamente compartilhadas entre todos os moradores, não sendo exclusivas daqueles que cuidam do quintal. Crianças, jovens e adultos circulam entre as casas e coletam as frutas da estação, sem que isso seja fonte de constrangimentos ou mal estar. A naturalidade do acesso é tão evidente que eu, por diversas vezes, após perguntar para Mateus ou Aparecida se realmente não havia problema em pegar frutas sem "pedir ao dono", caminhei entre as casas e peguei acerolas, laranjas ou goiabas nas árvores. Embora todos circulem livremente por todos os quintais, partilhando das frutas e outros cultivos, os moradores de cada casa são responsáveis pelo cuidado de cada uma da suas partes.

Além das frutas endêmicas, alguns pequenos cultivos são realizados nos quintais, a partir das escolhas e preferências de cada núcleo familiar. Aparecida e José Lúcio plantavam cana, milho e mandioca em pequena quantidade nas proximidades de suas casas. Algumas famílias também costumam plantar café em seus quintais. Esses espaços são também ocupados pelos animais. Quase todas as famílias criam galinhas, que vivem soltas nos quintais, sendo alimentadas duas vezes ao dia através do milho cultivado, fubá moído no Jassém, comunidade vizinha, ou ração comprada. O cuidado da criação e dos cultivos nos quintais é, geralmente, das mulheres, que contam freqüentemente com a ajuda dos filhos. Além do quintal de Aparecida, andei nos quintais de Geralda, Saninha e Lodi, na parte de cima da comunidade, de Nonora no Teodoro e, na parte baixa de Água Quente, de Viviane, Nayara, Pedrolina, Maria das Graças e de Cida, esposa de José Lúcio. Apesar de não ter crescido "na roça", Cida

demonstrava muito apreço pelos cultivos, tendo me mostrado com estima os seus pés de café, banana, cana e as árvores frutíferas do quintal na tarde em que conversei com ela:

Figura 9 - Cida em seu quintal, jan. 2014.

Figura 10 - Quintal de Cida e José Lúcio, jan. 2014.

Para além dos quintais, é comum o cultivo de hortaliças que servem como um complemento fundamental para a alimentação das famílias. São também as mulheres que cuidam das hortas, ainda que trabalhadores possam ser chamados para o preparo dos canteiros ou construção de cercas. A diversidade e tamanho das hortas são variáveis e elas costumam diminuir bastante na época de chuvas fortes. Nos períodos de seca, as hortas têm que ser aguadas diariamente. É comum o cultivo de alface, couve, repolho, quiabo, cenoura, alho, tomate, beterraba, abóbora, inhame, salsa e cebola de folha. São também plantadas ervas medicinais em algumas hortas. Em uma das minhas visitas à

casa de Maria das Graças, Aparecida pediu cebolinha e algumas plantas medicinais a ela, que foram prontamente cedidas. Cida, esposa de José Lúcio, também me mostrou as plantas para chás que cultivava em sua horta.

As hortas parecem ser cultivadas com muito apreço pelas mulheres. Os legumes e hortaliças produzidos incorporam o sistema produtivo de maneiras variadas, sendo utilizados para o consumo próprio ou para o trato aos animais. Foram sempre as mulheres da casa que me conduziram às suas hortas, algumas vezes orgulhosas em mostrar os vistosos pés de alface e couve, a fartura de alhos e quiabos, outras vezes se desculpando pelo que consideravam mal cuidado. Minha conversa com Cida, esposa de José Lúcio, ocorreu antes que ela começasse seu trabalho para a mineradora. Nesse dia, além do quintal, ela me mostrou também sua horta, que contava com uma grande variedade de produtos. Enquanto estávamos ali, Dona Leonora, do Teodoro, e seu sobrinho-neto Tales, de Belo Horizonte, chegaram e também vieram apreciar a produção da horta de Cida:

Figura 11 - Horta de Cida e José Lúcio, jan. 2014.

Figura 12 - D. Leonora, Cida e Tales na horta de Cida, jan. 2014

O terceiro plano no qual ocorre a produção agrícola é comumente chamado de "roça". São cultivos mais extensos de feijão, milho e mandioca, geralmente realizados além do que é chamado de Água Quente. Muitos plantam suas hortas à terça ou à meia nas propriedades ao redor. Viviane planta milho e mandioca em terreno que pertence a Ana Maria; José Lúcio era meeiro na fazenda do Romero e Aparecida faz cultivo à terça com Joãozinho Generoso. Toda a produção das roças são para uso doméstico, o que vai desde a alimentação do núcleo familiar, à produção de farinha e ao trato das criações. O plantio é feito anualmente e muitas vezes são feitas trocas de dias com outros moradores da comunidade, ou trabalhadores são contratados e pagos por dia. Assim como nas comunidades rurais da calha do rio Jequitinhonha, as unidades de produção não são isoladas ou feitas em áreas privativas de uma só família. No contexto do Jequitinhonha, Galizoni (2007) destaca que "áreas privativas da família nuclear são: casa, terreiro, quintal e horta de beira de cursos d'água. O entorno das casas é usado para hortas e plantios de ciclo longo, como frutíferas, andu, bananas etc." (p. 43). Da mesma forma, as porções de terra na própria comunidade utilizadas para o plantio de roças são de uso comunitário – em uma mesma terra podem conviver vários direitos que se sobrepõem.

Figura 13 - Mandiocal de Dona Geralda, jul. 2013.

A "criação", nome usual para as atividades de pecuária, completa o ciclo de produção, envolvendo o trato de gado, porcos e galinhas. A família de Aparecida tinha algumas cabeças de gado que ficavam em um pasto comum na parte do terreno dos descendentes de Saninha. Além deles, Geralda, José Lúcio, Zé Vigia, Carlos e Pedrolina também possuem algumas cabeças de gado, que são criadas nas áreas comuns da

comunidade, para além dos quintais de suas casas. Em alguns períodos, o gado pode ser levado para outras propriedades, onde podem ser criados na solta com maior disponibilidade de braquiara para se alimentar. A família de Aparecida, por exemplo, leva o seu gado para as propriedades de Bartolomeu ou João Generoso, onde o leite da vaca é retirado. Em troca pela utilização dos pastos de outros proprietários, são cedidos aos fazendeiros parte da produção, como leite e queijos.

Figura 14 - Água Quente: à esquerda pasto comunitário. À direita, roças plantadas. Jan. 2014.

Figura 15 - Sr. José Vigia e criação de gado, jan. 2014.

A família de Milton e Aparecida é uma das poucas na comunidade que faz a "engorda de porcos". Durante minhas visitas, pude observar a expansão da sua criação suína, com a ampliação do chiqueiro externo e a construção de um telhado para o chiqueiro fechado. Durante a minha primeira permanência em sua casa, a família estava com três porcos crescidos e seis leitões. A criação de porcos havia dobrado na minha

visita seguinte. Os leitões já haviam sido vendidos e a porca havia recentemente dado a luz a outros que ainda estavam amamentando.

Além do custo alto, a engorda de porcos é também muito trabalhosa. Durante a minha primeira estadia na casa de Aparecida, fiquei admirada com o pesar das tarefas que tinham que ser realizadas diariamente. A maior parte delas fica a cargo da mulher, sendo parte de suas atividades no lar. No entanto, como Aparecida também trabalha fora, freqüentemente os filhos tem que ajudar no cuidado com os animais. Os porcos são alimentados duas vezes ao dia e muitos disseram que sua dieta é "peculiar". "Porco não come qualquer coisa", diziam. Assim, bananas verdes são fatiadas com as casas e cozidas com farinha de milho, inhame, abóbora ou alguma outra cultura que esteja em abundância. Para beber, é retirado o "soro" do leite de vaca, misturado a um suplemento especialmente comprado e água.

Figura 16 - Aparecida preparando trato para porcos, jan. 2014.

Além disso, a limpeza do chiqueiro deve ser feita uma vez a cada dois dias. O cuidado dos porcos, portanto, requer água em abundância para a limpeza constante dos chiqueiros. Essas atividades exigem dedicação e tempo. Vi o trato de porco sendo preparado nas casas de Zé Lúcio, por Cida, Nonora, no Teodoro e, na casa de Aparecida, por ela, Henrique, Milton e Mirlane. São tarefas difíceis para as quais o apoio familiar parece fundamental.

Figura 17 - Aparecida fazendo limpeza do chiqueiro e leitões se alimentando, jan. 2014.

Durante a minha segunda estadia na comunidade, Dadá, a irmã de Milton, esteve fora de sua casa por vários dias – cuidando do marido que estava doente em um Hospital na sede da cidade. Na sua ausência, Lodi e Aparecida se revezavam para cuidar de sua criação. Acompanhei Lodi levando milho para as galinhas, farelo para os pintinhos, servindo comida para os cachorros e gatos de Dadá, alimentando o seu porco e limpando o chiqueiro. Os parentes são vizinhos e os vizinhos são amigos – acompanham o cotidiano uns dos outros e se apóiam mutuamente em momentos de necessidade. Da mesma forma, o momento de abate do animal é acompanhado por várias pessoas da comunidade. Na minha primeira permanência na casa de Aparecida, a porca anterior de Dadá foi abatida. A carne seria vendida na própria comunidade e alguns homens foram chamados para realizar o abate e o corte. Favores assim são comumente realizados entre os membros da comunidade.

Figura 18 - Abate da porca de Dadá, jan. 2014.

Ainda que o leitão seja comprado por um preço muito menor do que o valor obtido com a venda do porco após o seu abate, muitos afirmam que a criação de porcos não dá lucro. O investimento feito para a sua alimentação durante meses acaba compensando o valor que se obtém com a sua venda. Dessa forma, são poucos os que criam porcos na comunidade. Assim como falou da plantação, Aparecida afirmou que "o porco é um jogo". E explicou: "Se eu to devendo uma conta grande, vendo o porco pra tirar o dinheiro e pagar a pessoa". Ainda que não traga lucro a longo prazo, o porco pode ser utilizado como um "fundo de poupança", gerando uma renda extra em um momento de necessidade. A fala de Aparecida converge com análises clássicas da literatura sobre o campesinato brasileiro. Zhouri e Oliveira (2012) destacam que a criação funciona "como complemento alimentar na dieta das famílias e reserva de valor" e resgatam a constatação de Scott de que a criação opera no sistema econômico do campesinato como "uma das salvaguardas mais tradicionais contra as dificuldades econômicas" (SCOTT, 2009, apud ZHOURI e OLIVEIRA, 2012, p. 204). Assim, ter criação está intimamente ligado ao trabalho na terra:

> **Eu:** *Se não planta roça fica mais difícil?*
>
> **Aparecida:** *Ah, fica, Marina. Fica, porque tem certa época que você não agüenta comprar os mantimento pras criação. Se a gente não planta um pouco, você não agüenta tudo na cacunda. Por exemplo, você ganha um salário. Um salário não dá pra você comprar despesa pra casa, não dá pra você comprar despesa pros porcos. Por exemplo, quem quer criar né, igual nós cria porco. Aí a gente tem que plantar, uai. O sol tá quente, tá frio, mas tem que plantar, ué. Plantar mandioca... Agora, quando a gente não quer nada, nada. Por exemplo, cê quer viver limpo, só roupa do corpo. Modo de dizer, né. Tem gente que não tem nada, não tem galinha, não tem porco, não tem nada. Aí cê vive assim mesmo. Leva a vida do jeito que lá vai. Por exemplo, tô ali com a porca. Ali, aquele porco ali – eu to devendo uma conta muito grande. A gente vai e mata aquele porco ali, divide os pedaços pra quem compra, aí cê ajunta aquele dinheiro e paga quem você tá devendo. Entendeu? Mas sempre faltando o outro pra cobrir o outro cá. Quer dizer, o porco é um jogo, né? O boi também é um jogo que cê faz.*
>
> **Eu:** *Como que é esse jogo?*
>
> **Aparecida:** *É, ué, que cê joga. Por exemplo, eu to devendo uma conta muito grande. Aí eu não tenho o dinheiro pra mim pagar a pessoa que eu to devendo. Aí eu pego uma daquelas novinha que tá ali e vendo. Aí eu tiro aquele dinheiro pra passar praquela pessoa. Entendeu, um porco, se eu to devendo, aí eu não*

acho, eu não tenho o dinheiro, o prazo tá vencendo, a pessoa tá cobrando – ah, cê me dá tanto nesse porco que eu pago você minha conta. E assim vai, ué. Mas se você não tem nada, como você vai pagar?

Além disso, era evidente que Aparecida criava porcos por prazer. Os leitões andavam pelo terreiro junto aos gatos e cachorros e recebiam o mesmo tratamento dos animais domésticos. Freqüentemente entravam na cozinha com os cães, tentando encontrar algum alimento próximo à lixeira. Mateus pegava os pequenos leitões e acariciava-os como bichos de estimação. Chamou a minha atenção a proximidade de Aparecida e seus filhos com os animais que circulavam ao redor da casa – cachorros, gatos, galinhas, pintinhos, leitões – a todos era destinada atenção e cuidados por todos da família.

Figura 19 - Leitões no quintal de Aparecida, jan. e jul. 2014.

<u>*Construindo Casas*</u>

Foram os dois filhos mais velhos de Aparecida que fizeram a construção de "uma casinha", como diziam, para o chiqueiro no quintal da propriedade. Edgar e Leandro trabalharam por dois dias para a própria família, instalando um suporte e vigas de madeira para compor o telhado para os porcos – uma proteção importante para os dias de chuva. Em dois dias a estrutura estava pronta – as telhas haviam sido fixadas com esterco colhido por Aparecida na parte do terreno onde ficavam algumas de suas vacas. Alguns dos pregos necessários para o trabalho haviam sido obtidos com vizinhos, quando eu, Aparecida e Mateus fomos fazer visitas a casas próximas. Muitos dos materiais utilizados eram reaproveitados – vigas de madeira que ficavam espalhadas no quintal, ao lado da pequena casinha onde era estocada a produção, rações, ferramentas e outros. E muitas dessas sobras eram utilizadas por Mateus e outras crianças para a construção de brinquedos. Ele, Léo e Totó ficaram uma manhã inteira construindo um pequeno carro com vigas de metal, pregos velhos, rodas antigas de bicicletas – tudo encontrado no terreiro da casa e manejado com habilidade pelo menino de 12 anos. Os irmãos mais velhos construindo o telhado enquanto o mais novo fabricava o seu brinquedo. Da mesma forma, ver os irmãos construindo a casa para os porcos inspirou Mateus e Leo a construírem sua própria casa – na árvore. Os dois trabalharam para construir uma plataforma com telhado em cima de um pé de manga

no fundo do quintal. E lá levavam comida, descascavam laranjas, descansavam e passavam manhãs e tardes.

Figura 21 - Telhado do chiqueiro em construção, jul. 2014.

Figura 21 - Mateus e Totó carregam tábua para fazer carrinho, jul. 2014.

Figura 22 - Casa na árvore de Mateus e Léo, jul. 2014.

José Lúcio também possui algo em torno de 6 a 10 cabeças de gado, sendo um dos poucos moradores da comunidade que produz e vende queijos. Durante nossa primeira entrevista com ele, não estava criando nenhum porco, tendo afirmado que as despesas eram muito altas. Na minha segunda visita, no período em que fiquei na casa de Aparecida, no entanto, haviam comprado um leitão de uma comunidade vizinha.

Enquanto conversava com Cida, sua esposa, ela preparava o trato para o porco – uma mistura semelhante às que vi Aparecida fazer. Ração, abóboras, bananas estavam cozinhando com água:

Figura 23 - Cida. Ao fogo, preparo para criação. Jan. 2014.

O plantio e a criação de animais são complementados por atividades de produção diversas. Queijos, doces, quitandas, rapadura, farinhas, corantes, cachaça e outros são produzidos com o milho, as frutas, o urucum, a cana e o leite que vêm do cultivo e da criação. Muitas vezes são vendidos, complementando a renda da família, mas também podem ser utilizados para a despesa (ou seja, consumo próprio da casa). A maioria das mulheres, com exceção das mais jovens, sabem fazer biscoitos de polvilho, assados nos fornos de barro da parte exterior da casa. Pude comer os biscoitos de Dona Geralda em várias ocasiões. Na minha segunda visita, Aparecida também fez questão de fazer uma grande fornada, assim como Dona Leonora. Não é muito comum aos moradores comerem pão – há um rapaz que vende pães do Serro uma vez a cada 15 dias, mas poucos são os que compram. São as quitandas e os biscoitos industrializados que acompanham o café nas refeições da manhã.

Doces de goiaba, manga, leite, rosquinhas, biscoitos de polvilho, rapaduras e queijos – a produção é variada e pode ser feita por homens ou mulheres. Ela depende da produção de leite das vacas, da temporada das frutas, da disponibilidade de tempo, da demanda por comprar e do conhecimento tradicional local passado por gerações. Esses produtos são encomendados boca a boca. Há um circuito interno de compra e venda, dinâmico e dependente dos laços sociais que unem, não só os moradores da comunidade, mas aqueles que moram nas localidades ao redor. Assim, Saninha compra

quitandas da neta Dadá, Aparecida comprou queijo de José Lúcio, moradores da Cachoeira compram a rapadura de Zé Vigia e Maria das Graças, D. Leonora fez biscoitos para o dono da venda do Jassém e Viviane estava fazendo corante de urucum para vender a proprietários ao redor. Esses são poucos exemplos de uma rede dinâmica de produção, venda e compra de produtos tradicionais da região que fazem parte da produção local.

Figura 24 - Miguel e Geralda. Preparo de biscoitos, jul. 2014.

Figura 25 - Rapadura preparada por Sr. Zé Vigia, jan. 2014.

Essa breve descrição do sistema quintal-horta-roça-criação, aliada ao circuito de compra e venda de produtos típicos me parece muito limitada para representar algo que é de fato complexo e dinâmico. Todas as atividades são realizadas de forma complementar, seguindo necessidades e desejos que estão em constante mudança, em intensidades que variam conforme a disponibilidade de pessoas para desempenhar as tarefas necessárias, imperativos naturais e demandas. Assim como no contexto do Jequitinhonha, "as famílias de lavradores organizam seu sistema produtivo, com base em zonas de recursos diferentes e articuladas entre si" (GALIZONI, 2007, p. 42). A terra é a reunião de ambientes distintos e apresenta um movimento dinâmico. Essa leitura sobre a produção camponesa é também feita por Zhouri e Oliveira (2012), que ressaltam "as práticas e os conhecimentos que compõem um sofisticado sistema de usos de recursos com um fino ajustamento entre capacidades ecológicas das áreas e o potencial de produção dos grupos domésticos" (p. 199). Em sua clássica análise sobre o campesinato brasileiro, E. Woortmann (1983) ressalta que "como unidade composta de partes funcionalmente articuladas, o *sítio* poderia ser analisado do ponto de vista da articulação entre os domínios da *casa-quintal* e da *roça-pasto* (p. 176)", evidenciando também as estratégias articuladas de uso do espaço. E, como destaca Galizoni, essa articulação dos ambientes necessários para edificar o sistema não é previamente dada, mas envolve negociações e cálculos constantes para construir a terra necessária.

Assim, a dinâmica produtiva que pude acompanhar mais de perto na casa de Aparecida em janeiro, época de chuvas fortes, é diferente daquela que encontrei no mês de julho, durante período de seca. Da mesma forma, um núcleo familiar como o de Milton e Aparecida, que conta com cinco filhos, ainda que nem todos residam ali durante todos os dias da semana, demanda uma dinâmica produtiva diferente da de Nayara e Marcílio, por exemplo, casal jovem que não possui filhos. Como destaca E. Woortmann (2009), "o perfil da família e suas necessidades são um dos fatores centrais em torno do que se organiza a lógica produtiva do sitiante" (p. 120). Filhos se mudam da comunidade, indo morar em Belo Horizonte, na sede do município de Conceição do Mato Dentro ou em distritos maiores, como São Sebastião do Bom Sucesso. Em alguns anos, a seca dura um período mais prolongado; em outros, chuvas muito fortes acabam prejudicando plantações. Uma colheita mais farta de milho pode fazer viável ampliar a criação; um problema de saúde pode fazer com que membros da família responsáveis por tarefas da produção passem semanas ou meses fora; a oportunidade de integrar o

mercado formal de trabalho pode fazer com que roças não sejam plantadas; mudanças nos proprietários ao redor podem fazer com que terras antes utilizadas não sejam mais acessíveis. Assim, "a área de uso de uma família é fluida, ancorada em código e consenso comunitário" de modo que o grupo "busca a composição de ambientes diversos e apresenta uma grande mobilidade variando no tempo e espaço" (GALIZONI, 2007, p. 42).

Portanto, as dinâmicas de produção não são constantes, fixas, imutáveis. Ao contrário, é possível pensar que a fluidez das atividades e o fluxo de pessoas sejam fatores essenciais para a reprodução dos modos de produzir na comunidade. Esse modo de produzir a existência está fundamentado na "gestão autônoma dos fatores produtivos, das condições e produtos do trabalho e da orientação produtiva" (GODOI et al, p. 14). O congelamento de alguma dessas possibilidades de movimento interfere em uma cadeia interconectada de atividades que se complementam de maneira complexa. "Plantar é um jogo", Aparecida me disse uma vez. Os movimentos não são fixos, preestabelecidos – é preciso jogar conforme as outras peças se movimentam. Ela explica as regras da plantação, às quais sistematizei assim:

Outubro é o tempo bom para plantar milho. Se a terra ainda não está boa, se ainda não choveu, deixam para novembro. Já o feijão requer que a terra seja preparada em fevereiro (caso o plantio seja solteiro). Normalmente, ocorre na primeira semana. Preparada a terra, o plantio é feito em março. Quando o feijão é plantado no meio do milho, ele é feito na segunda ou terceira semana de março.

O "tempo bom" é flexível e os plantios podem ser "solteiros" ou "trançados" – variáveis diversas operam para que o jogo se desenvolva. Da mesma forma:

A cana é plantada em maio. A mandioca é plantada após a primeira chuva de outubro, mas a terra não pode estar encharcada. Em fevereiro tiram a mandioca para fazer farinha. A horta é preparada, normalmente, em março, abril e maio (alho).

Como colocam Zhouri e Oliveira (2012):

> O domínio, uso e gestão da terra e seus recursos se fazem por meio do conhecimento e aprendizado práticos, pelo desenvolvimento de habilidades assentadas na composição de um *savoir-faire* que se faz através do engajamento perceptivo direto com seu ambiente, constituindo uma temporalidade própria (p. 200).

Portanto, são conhecimentos tradicionais, passados a cada geração, que regem as atividades agropecuárias, centrais para a alimentação das famílias, para os significados de trabalho e para complementar uma renda incerta.

2.4. Fazendas

Caderno de Campo, julho de 2014 - História de Geralda:

"Eu compro a semente, preparo a terra, chamo trabalhador pra me ajudar, faço a cerca, planto e ainda tenho que dar uma parte pra Joãozinho que nada fez! E, além de tudo, ainda vem os porco dele, invadem minha terra e comem meu milho!". O fazendeiro ganha duas vezes sem ter qualquer despesa, sem fazer qualquer esforço. Ele simplesmente tem a terra. Joãozinho não indeniza Geralda e ela, sem o milho para tratar seus bois, tem que comprar farelo – de Joãozinho! "Ele nem pra me ajudar, dando o farelo", ela conta. "Se fosse em outros tempos eu ia lá eu brigava. Mas hoje não. Hoje eu sei que Deus é quem resolve".

Geralda conta então o caso de Marcelo de Maria. Certa vez, trabalhou em suas terras, plantando cana e colhendo para fazer cachaça para vender. Fez 5 litros e meio de cachaça - "dava duas moça". Quando vendeu, Marcelo disse que aquilo era uma quantidade muito menor de litro. "Eu fiquei numa raiva!". Mas pediu pra Miguel (seu marido) ler um versículo da Bíblia que falava justamente sobre quem era desonesto. O livro sagrado ensinava que a pessoa desonesta acertava as contas era com Deus. "E foi justamente! Dali uns dias, o melhor boi de Marcelo de Maria morreu".

A relação entre os moradores da comunidade e os proprietários das fazendas ao redor possui um forte caráter de proximidade e dependência, ao mesmo tempo em que é construída em bases antagônicas. A maior parte das famílias que residem em Água Quente possui algum membro que realiza o plantio de suas roças, culturas de ciclo longo, nas terras de um fazendeiro. José Lúcio cultivava sua roça na propriedade de Joaquim dos Santos e chegava a colher cinco alqueires de milho, feijão e mandioca através do sistema de terça. Viviane planta sua roça há dez anos no terreno de Joãozinho; Pedrelina faz o plantio nas terras de Ana Maria e Valdete trabalha na fazenda Mumbaça. O trabalho na "condição", ou seja, nos sistemas de meia ou terça, torna-se essencial para a complementação da produção, uma vez que os membros da comunidade convivem com a falta de terra própria suficiente, ou com a necessidade de deixar o seu terreno descansar e se recompor (GALIZONI, 2007, p. 49):

> No caso da combinação pagando-se a terça parte da colheita, o dono da terra entra com a terra bruta e mais nada, o trabalhador cerca, compra a semente, faz o roçado, as capinas, o plantio e a colheita por sua conta e, ao final paga o uso da terra com um terço da produção (idem, p. 50).

Viviane afirmou que come o feijão colhido em suas roças durante todo o ano. Geralda também ressaltou a importância dos mantimentos das roças para a "despesa" de sua

família. O plantio nas grandes fazendas torna-se, portanto, essencial para a reprodução social dos pequenos proprietários e suas famílias.

Essas relações são complexas e ambíguas, uma vez que se baseiam no "favor", ou seja, na permissão do fazendeiro. Ao resgatar os processos do direito à propriedade no Brasil, Moura (1988) destaca como as dinâmicas de apropriação de terras foram sempre favoráveis àqueles com poder econômico e político. A regularização da propriedade privada no Brasil se deu em 1850, através da Lei das Terras. Até então, a dinâmica de aquisição de terras baseava-se na posse, já que todas as propriedades pertenciam legalmente ao rei de Portugal, mas eram cedidas para ocupação sob a forma de sesmarias. Assim, "grandes proprietários ou simplesmente indivíduos poderosos que dispunham de cacife político para se tornarem tais, encampavam extensas terras livres, habitadas por indígenas e posseiros e até propriedades parcelares, habitadas por sitiantes desvalidos" (MOURA, 1988, p. 15). Após a Lei das Terras, grandes proprietários que tinham escravos adquiriram o direito sobre seus terrenos e puderam prosseguir com suas atividades agropastoris. E. Woortmann (1983) também resgata esse processo histórico, afirmando que "a partir da segunda metade do século XIX o sítio camponês se vê constantemente espremido e subordinado à propriedade criatória" (p. 171).

A lógica da posse, vigente até então, estava invertida, na medida em que a propriedade privada aparece como antitética a ela. Aqueles que não tinham condições de comprar suas terras se espalhavam em posses ou pediam moradas no interior das fazendas. É nesse contexto que aparece as figuras do "sitiante" e do "agregado", para os quais o fazendeiro é um benfeitor. Segundo Woortmann (1983), essa

> ausência de propriedade formal das terras facilitou que mais tarde se configurasse um processo de expropriação e de limitação do acesso à terra, condicionando, no futuro, tal acesso ao pagamento de uma renda fundiária e a formas variadas de subordinação pessoal (p. 167).

Assim, tanto para o sitiante, que possui permissão para fazer sua roça dentro da fazenda, mantendo autonomia nos pequenos sítios, quanto para o agregado, que mora e trabalha para a fazenda, aparece uma dívida simbólica perante aquele que concede sua propriedade.

Moura (1988) enfatiza ainda que as dinâmicas de co-propriedade, em que os espaços são preenchidos com permissão, favor ou contrato de trabalho, ausentam o pequeno produtor de um vínculo permanente com a terra. Os moradores de Água Quente, cercados por grandes propriedades, precisam manter vínculos com os

fazendeiros, para completar a sua produção e ter acesso aos ambientes necessários para a reprodução dos seus modos de vida. No entanto, encontram-se também em situação vulnerável, uma vez que o uso das fazendas é visto como um "favor" e não há certeza de permanência no local. Quando o fazendeiro dono das terras em que José Lúcio trabalhava faleceu, o novo proprietário desautorizou o morador de Água Quente de continuar plantando sua roça no seu terreno. Dessa forma, José Lúcio perdeu grande parte da produção que utilizava para sua subsistência, tendo que ampliar sua atuação no mercado informal, prestando serviços como pedreiro. A vulnerabilidade dos moradores frente ao poder dos fazendeiros em conceder, ou não, o favor, torna-se, portanto, evidente.

Os nomes dos proprietários de terras ao redor da comunidade apareciam com frequência nas conversas e entrevistas com os membros da comunidade. Joãozinho, proprietário da Fazenda Sagrado Coração de Jesus, parece ser visto com muita simpatia pelos moradores de Água Quente que, mesmo não plantando em suas terras, frequentemente recebem dele favores. Durante os dias de permanência prolongada em campo, tive a oportunidade de encontrá-lo e observar suas interações com alguns moradores. Às vezes apenas cumprimentava os moradores, em outra ocasião fazia cobranças de produtos vendidos. Sua casa é muito próxima às primeiras casas da comunidade e há uma pequena venda à qual os moradores freqüentemente recorrem para compras básicas. Muitas de suas histórias percorrem as narrativas contadas pelos moradores de Água Quente. Sua relação com a primeira esposa, as semelhanças e diferenças com o filho, sua ida aos Estados Unidos, seu período em depressão e o novo casamento com Cris, que faleceu entre os meus dois últimos trabalhos de campo.

Saninha teceu muitos elogios a ele, destacando sua generosidade, sendo quem trouxe madeira para construção de parte de sua casa. Segundo ela, "ele não faz contas de nada". Sua filha também destaca o caráter humilde e bom do fazendeiro: "Hoje Joãozinho está pobre e com humildade". Segundo ela e outros moradores, seria o seu filho quem criaria problemas atualmente, não prestando favores às pessoas da comunidade ou não permitindo a utilização de seu terreno. Ainda que destaque a suposta "bondade" do fazendeiro, ela relata também episódios antigos de disputas e conflitos de terra, o que demonstra o caráter antagônico dessa relação. E. Woortmann (1983) descreve conflitos entre o sítio camponês e as fazendas, ou simplesmente *propriedades*, em sua análise em Sergipe. Retomando documentos locais, ela percebe a

existência de uma oposição básica histórica “entre a posse camponesa e a grande propriedade pecuarista que avança sobre as terras camponesas” (p. 170). Ela descreve determinações legais que revelam “o desígnio de subordinar o pequeno lavrador à propriedade” (p. 174). Em Água Quente, Geralda conta que, no passado, o fazendeiro utilizava diversas estratégias para ampliar as suas terras, adentrando os limites da comunidade. O proprietário soltava sua criação na divisa das terras, para que ocupassem o terreno, alterando os limites anteriores. O fazendeiro teria conseguido aumentar a sua propriedade dessa forma e o processo só foi interrompido quando membros da comunidade fizeram retaliações.

Essas disputas territoriais com os fazendeiros parecem ocupar o imaginário da comunidade e muitos afirmam que o terreno original de Água Quente tinha 32 alqueires. Hoje em dia, seriam apenas seis, resultado das apropriações ilegais de porções de seus terrenos por parte dos grandes proprietários. A situação evidencia o processo descrito por Moura, em que “a iniciativa da fazenda em formação através de atos políticos, que buscam o *dominium* de determinada área, transforma, num passe de mágica, pequenos posseiros em invasores de terra, quando na realidade se trata de invadidos nas terras em que moravam e que roçavam” (1988, p. 22). Essa dinâmica é, no entanto, mascarada, uma vez que o “favor” cria uma dívida simbólica entre o fazendeiro e o sitiante. Apesar da recordação das disputas de terra do passado e da apropriação ilegal de parte do terreno de Água Quente por Joãozinho, a moradora da comunidade enfatiza o caráter bondoso do fazendeiro, por ajudar os outros moradores com materiais de construção, alimentos e deixando-os plantar em sua propriedade.

Em uma das minhas primeiras conversas com Aparecida, antes de ter me hospedado em sua casa, ela também contou histórias que exemplificam como essas relações de concessão, que também envolvem subordinação, são construídas. Como outros membros da comunidade, realiza o plantio nas terras de Joãozinho através do sistema de terça, cultivando milho, feijão e mandioca. Além disso, há uma rotatividade entre o seu pasto e o do fazendeiro. Ela cria gado em sua terra, mas quando o pasto está ruim, os animais são levados para a propriedade de Joãozinho, onde são criados “na solta”. Durante o tempo da seca, o gado retorna para as terras da dona e o rodízio ocorre periodicamente. Como o fazendeiro permite que a criação de Aparecida fique em suas terras, ele passa a ter o direito ao leite produzido durante esse tempo. A lógica do “favor” e da propriedade privada surge incontestada e naturalizada, ainda que traga

benefícios evidentes àqueles com maior poder. Assim como no plantio da roça "com condição", o fazendeiro não possui nenhuma despesa adicional com a utilização do seu pasto, uma vez que o gado é criado livremente. Apenas por "ceder" sua terra, temporariamente, para o cultivo de ciclo longo ou para a pastagem da criação, o fazendeiro passa a ter direito sobre a produção parcial dos alimentos ou integral do leite. Ao pequeno produtor, resta comprar o leite ou os produtos que lhes faltam para complementar a despesa.

2.5. "Hoje todo mundo é rico" e memórias do tempo dos antigos

Arroz

Eu: *Arroz é difícil de plantar?*

Aparecida: *Né não. Né não. Que cê planta ele em setembro, outubro, né. Outubro, novembro, dezembro. Antes, quando chovia antes, plantava em setembro, né. Aí era três meses. Tinha o arroz que dava em três meses certinho. A gente colhia ele. Quando ele tava lá no pé a gente ia lá, apanhava, aí esfregava ele no pé. E punha no sol pra secar. Aí a gente ia no fogo ali, punha a panela pra esquentar, pingava água nele, torrava ele e dava um tanto de pipoquinha. A gente levava no pilão, socava, limpava ele e fazia pra comer. Com sopa de inhame. E aí ia. Na época a gente ia na venda e não dava conta de comprar um pacote de banha. Aí comprava só a metade. Da banha. É, boba. Pensar no que a gente passou, a gente não sabe nem... Tem que ser tudo por escrito, com muito tempo... pra lembrar de tudo que a gente já passou. Hoje não, cê vê. Cê vai ali na cidade, cê vê tanto mercado, tanto coisa, tanta roupa, tanta coisa que a gente não tinha antigamente. Hoje ninguém anda mal vestido, nada, né. Tudo tranqüilo.*

Durante as minhas conversas com Aparecida, Geralda, Leonora, José Lúcio, Viviane e Maria das Graças, todos nascidos e criados na região, fiz um esforço para compreender as bases territoriais que historicamente compõem a localidade. Quando surgiu Água Quente? Como era a vida dos seus primeiros moradores? Quais as histórias do passado compõem o imaginário dos moradores atuais e de qual maneira atuam para os múltiplos significados atribuídos ao lugar? O que havia antes da Anglo American? Como era a vida, quais eram os desejos, quais eram os sofrimentos do cotidiano daquelas famílias? Seria necessário pensar em Água Quente enquanto um lugar e no lugar enquanto um processo, para compreender os efeitos desencadeados por um mega empreendimento minerário na região.

No esforço para construir essas imagens entrelaçadas de presente e passado, perguntei sobre como a vida era “de primeira”, na comunidade, sobre histórias dos tempos dos antigos e relatos de infância dos moradores mais velhos da comunidade. No geral, todas as imagens do passado parecem estar associadas a um sofrimento intenso. São narrativas constituídas pelo “esforço de contar o incontável”, resultando em “construtos culturais de palavras e idéias” (PORTELLI, 1998, p. 108). As histórias dos antigos envolvem trabalho pesado, maus tratos dos patrões, más condições de moradia, alimentação precária, fome e violência. Ouvi diversas vezes que, em comparação com antigamente, “hoje todo mundo é rico”. Nas palavras de Aparecida, “hoje os meninos nascem em berço de prata e usa toalha de ouro”. Contando detalhes sobre sua família e sua juventude, ela se emocionou e repetiu várias vezes que “não gosta nem de lembrar”. As memórias pareciam se dividir entre “o desejo de silenciar e esquecer” e a “necessidade de se expressar” (PORTELLI, 1998, p. 128).

Conforme aponta Bósi (1979), “a memória é um cabedal infinito do qual só registramos um fragmento” (p. 3), de modo que *o que é lembrado* aparece como “força subjetiva ao mesmo tempo profunda e ativa, latente e penetrante, oculta e invasora” (BÓSI, 1979, p. 9). Portanto, é a memória o elo de ligação do corpo presente com o passado, ao mesmo tempo em que interfere nas representações atuais. Assim como as representações se colocam enquanto fatos, os fatos são organizados de acordo com as representações de modo que “fatos e representações convergem na subjetividade dos seres humanos” (PORTELLI, 1990, p. 111). Nesse sentido, a história oral pode ser vista como instrumento metodológico importante, uma vez que “aprende, em sua prática de trabalho de campo dialógico e na confrontação crítica com a alteridade dos narradores, a entender representações” (id. ibid).

Nas conversas com os moradores mais velhos da comunidade, pude perceber que o passado escravista permeia o seu imaginário. Das Graças, esposa de Zé Vigia, relembra algumas dessas histórias enfatizando a vida dura e sofrida dos antepassados. Descreveu as más condições dos aposentos onde dormiam os escravos e seus descendentes, afirmando que não tinham camas para dormir e se alimentavam pior do que os animais de criação. Na fazenda Empoeira, onde morava Chico Ventura e Lurdinha, contam que havia um quarto de tenda no alto de um morro, com um galo de madeira no topo do cômodo que cantava. Certa vez, uma escrava foi trancada por quatro dias no quarto, que ficava em uma altura de 50 metros. Contam que foi espancada e que,

um dia, pulou de lá e morreu. Além disso, Das Graças e Zé Vigia relataram dificuldades de infância. Moravam em casas de pau a pique, não tinham cama, dormiam em caixotes com talos de bananeira. A casa era feita de palha, o piso era de esterco de boi e tinha que ser batido toda semana. Dormiam em esteira de taboa. As cobertas que tinham eram insuficientes e passavam frio: "você tirava a coberta dos pés para cobrir a cabeça".

No dia em que entrevistei Viviane, José Lúcio chegou a sua casa e estendemos a ele nossa conversa sobre os tempos antigos. As histórias do passado, dos tempos de criança eram relatos de dificuldades, pobreza e carência. "A gente não tinha nem chinelo". Para ir a uma festa, andavam descalço até lá, com o chinelo na mão. Chegando lá, lavavam o pé e colocavam o chinelo, contou Viviane. E depois completou: "E para ir pra escola? Não tinha mochila não. Antigamente era sacolinha de arroz". Também sobre seus tempos de escola, José Lúcio contou que usava a semana inteira uma mesma calça, uma mesma cueca, rasgadas, com remendos. "Eu só tinha um vestido vermelho!" disse Viviane. "E a calcinha? Relaxava demais. Aí cê ia lá no mato e pegava carrapicho e amarrava do lado". E concluíram: "hoje, tendo em vista uns anos atrás, todo mundo tá rico". Viviane, que hoje trabalha em uma empresa de limpeza na Anglo American, complementou: "até graxa na minha bota pra trabalhar eu to botando", enquanto realizava a atividade e colocava o seu par de botas para secar, sobre o muro do quintal.

Figura 26 - Botas e quintal de Viviane, jul. 2014.

Essas dificuldades também foram narradas na minha entrevista com Lourdes, irmã de José Lúcio que mora em Belo Horizonte. Sua filha mais velha, Ludmila, é casada com um dos filhos de Aparecida, Leandro, e os dois construíram uma casa na parte mais alta do terreno da Água Quente, acima da igreja. O filho do casal, Carlos Eduardo, havia nascido no mês de abril. Tinha, portanto, pouco mais de três meses na minha segunda visita à casa de Aparecida. Lourdes estava passando alguns dias na comunidade, ajudando a filha a cuidar do bebê. Ela mora em Belo Horizonte desde os 16 anos, indo sempre à comunidade para visitar os parentes. Aquela era, na verdade, a segunda vez em que nos encontrávamos. Na primeira visita, com os outros

pesquisadores do GESTA, em julho do ano anterior, havíamos encontrado com ela brevemente na casa de José Lúcio. Naquela ocasião, no entanto, ela disse que não queria ser entrevistada, mostrando certa desconfiança com a nossa presença. Da outra vez se mostrou mais aberta, possivelmente ao ver a minha proximidade com sua filha, Ludmila, Aparecida e com os outros moradores da comunidade. A estadia e permanência no campo certamente haviam quebrado algumas barreiras inerentes às relações de pesquisa.

Eu já havia comentado com ela que queria entrevistá-la para que ela contasse histórias de sua infância, da vida de seus pais e irmãos. Em uma tarde, ela veio até a casa de Aparecida para pedir um coador de feijão emprestado. Aparecida estava trabalhando e eu estava sozinha em casa, com Mateus. Nesse momento, começamos a conversar e ela permitiu que eu gravasse a entrevista, da qual reproduzo alguns trechos. Tal qual ocorreu em muitas conversas que tive com as pessoas sobre o passado, os tempos de criança, de adolescência, a fala de Lourdes destacava as dificuldades de antigamente, mas revelava, ao mesmo tempo, um saudosismo em relação a aspectos da vida que foram se transformando: "tudo muda, né? Quer dizer, a gente tinha muito trabalho, mas a gente divertia muito. Eu tenho saudade".

Eu*: O retirinho era onde?*

Lourdes*: Esse retirinho é fazenda até hoje. Onde é que é... O retirinho fica pra cima do Saraiva. Você conhece a Mumbaça?(...) Então, o Saraiva fica depois da Mumbaça. E o retirinho fica acima assim. Quando você chega no Saraiva você pega uma estrada. Vai subindo, subindo, subindo. Aí o Retirinho fica lá em cima no alto.*

Eu*: Aí cês ia andando pra lá?*

Lourdes*: Andando. Andando, minha filha, com cargueiro. Levava um cavalo com uns balaio. Ia lá e arrancava mandioca, colocava no cavalo e trazia.*

Eu*: E essa farinha era mais pra despesa?*

Lourdes*: Não, era mais pra vender. A gente fazia pra vender. Comprava outras coisas que a gente não tinha, né.*

Eu*: Vendia aonde? Na cidade?*

Lourdes*: Não. Minha mãe vendia aqui no Jassém. E vendia assim. Por exemplo, igual hoje. Vende pras pessoas que vai comprar. Suponhamos que hoje*

> *eu faço farinha e o outro ali não tem, ele vai vir na minha mão comprar, o outro vai vir comprar. Então era assim que funcionava.*

A fala de Lourdes mostra como os circuitos de produção e venda são dinâmicos e foram reproduzidos de geração em geração. Além disso, evidencia a interconexão e os circuitos complexos existentes entre Água Quente e as outras comunidades vizinhas. Essas inter-relações também ficaram evidentes na celebração do dia de São Sebastião em São José do Jassém. Acompanhada por Aparecida e seus filhos, fui à festa no pequeno distrito, que conta com barraquinhas nas ruas, leilão de bezerros, *shows*, missa e procissão. O evento começa na sexta-feira à noite e termina no domingo e reúne moradores de toda a região. Vão ao Jassém, portanto, jovens e adultos de Água Quente, Sapo, Itapanhoacanga, Turco, Peão e outros. Nas ruas, o contato freqüente entre as famílias das várias comunidades é evidente: Aparecida cumprimenta todos e reconhece parentes que vivem espalhados na região. Grandes proprietários de terra também foram à festa e as relações com os moradores da comunidade são afetuosas e próximas. Naqueles dias, Jassém era o *lócus* de encontro de uma rede complexa de relações entre os moradores da região, muitos unidos por laços de parentesco e casamento.

Hoje poucas famílias na comunidade fazem farinha e a troca de produtos entre os moradores da comunidade é menos freqüente. O trabalho remunerado é mais habitual e poucos precisam vender o excedente de sua produção para comprar os alimentos que não produziam. A ida a localidades próximas não mais envolve longas caminhadas e o transporte de produtos não depende de cavalos ou mulas. Motos e carros estão no centro dos deslocamentos, o que deixa as relações entre as comunidades ainda mais próximas. Ainda nos tempos antigos, a família de Aparecida, que vivia no Jassém e suas proximidades, também trabalhava fazendo farinha:

> **Aparecida:** *Cê mexer com farinha, igual nós mexia com farinha até duas horas da madrugada, nós ficava ali torrando farinha. Tinha vez que nós ficava até duas, três horas da manhã cozinhando massa pra poder deitar pra dormir um pouquinho pra seis horas levantar de novo pra torrar farinha, uai. É minha filha. Nós fazia isso direto, direto, direto.*

Ela conta também sobre a relação com os avós, sobre as dificuldades da época, sobre a casa onde ela e seus irmãos nasceram e foram criados, onde atualmente reside o diretor da escola do Jassém:

Aparecida: *Ali que nós fazia farinha, que nós fazia rapadura, ali que fazia tudo ali. Criava porco. Aí quando eles foram pra cadeia (o avô e o tio) aí nós fazia companhia pra minha vó. Nós ficava fazendo companhia pra ela que ela era aleijada.*

Eu: *O que ela tinha?*

Aparecida: *É porque quando ela batizou, eles foram e esbarraram na pia e a pia caiu na perna dela. Aí encarnou errado. Na época encarnava em casa, com pé de banana na tábua de bambu. Aí ela ficou com a perna torta. Aí depois ela morreu. (...) Mas a história deles era tão longa, tão sofrida.*

Eu: *Por quê? Qual era o sofrimento deles?*

Aparecida: *É, ué, porque a época deles era quase tipo de escravo. Era época de escravo. É, era época dos escravo. Aí eles vieram andando pro mundo afora, ficou no Jassém. (...) Naquela época era muito sofrido, Marina. Mas hoje graças a Deus... Cê sofre, mas sofre mais pouco. Antigamente era muita bebida em casa, né. Minha mãe era muito alcoólica. E depois ela parou. (...) Antigamente era muito difícil. Hoje não. Hoje cê vê, tem carro. Hoje qualquer um tem carro, hoje tem médico aí – se brincar vem médico até dentro de casa. Antigamente não era assim, né. (...).*

Mas nós toda vida fomos uma família unida, né. Os filhos unido. Ela ia pra lá, nós pequeno assim mesmo cuidava dos porco, arrancava mandioca. Nós plantava era imensa, era umas três quartas assim, quitares de milhos que a gente plantava, plantava mandioca. Plantava muito inhame, muito arroz, muito feijão.

Ainda que a escravidão já estivesse abolida na época em que viveram os avós de Aparecida, é evidente pelos relatos passados através das gerações que as condições de vida e trabalho para os descendentes eram precárias. O acesso à terra era difícil e a permanência em algum lugar também, como evidenciado em sua fala de que os avós "vieram andando mundo afora". Os trabalhadores iam para fazendas na região, onde viviam enquanto posseiros, trabalhando para os proprietários recebendo pouco em troca. Segundo José Lúcio:

José Lúcio: *Os fazendeiro batia de chicote nos pobre. Você trabalhava de manhã e de tarde levava uma caneca de fubá para comer em casa. Hoje os pobre come melhor que os rico.*

Eu: *E aí nos tempos de antigamente, os ricos não servia queijo, não servia nada?*

José Lúcio: *Cê não tinha um queijo pra comer, não tinha uma carne pra comer, não tinha um frango pra comer. Era complicado, era difícil!*

A melhora na alimentação, a superação da fome, a possibilidade de escolha, o acesso à carne parecem ser as evidências mais fortes para os moradores da melhoria em suas vidas. Em uma das noites durante meu segundo campo, estava na casa de Aparecida, jantando na beirada do fogão, quando Valdete veio visitá-la. Os dois ficaram um longo tempo relembrando os alimentos exóticos que tiveram que comer durante a infância e adolescência, como carnes de jacaré, de pássaros diversos, anfíbios, cobras, calangos. Como o acesso à carne era escasso, as famílias se sustentavam com a caça de animais da região – prática incomum hoje, com a melhoria na vida. Muitos comentam também que, com a melhoria de vida e a possibilidade de compra de alimentos diversos, muitas crianças atualmente fazem restrições em sua alimentação: não comem legumes, verduras, carne. Dona Leonora criticou os maus hábitos alimentares de Artur, Aparecida apontava como Mateus muitas vezes preferia biscoitos ao arroz e feijão e Lourdes comentou como sua neta se recusa a comer alimentos, pois tem uma variedade de opções. As dificuldades do passado e possibilidades do presente em relação à alimentação aparecem claramente em seu relato:

Lourdes: *Mas hoje graças a Deus eu tenho uma vida boa, tenho saúde. Tenho meu trabalho, que eu trabalho só de manhã, chego à tarde, animada. Faço o que tiver que fazer. E a vida de todo mundo melhorou, né? Igual mesmo Geralda me contou que às vezes ela brigava com Miguel pra comprar um pedaço de carne. Que toda vida ela foi igual onça pra carne, né? Aí ela falava assim, nó madame, tinha vez que eu brigava com Miguel e falava com ele que ele tinha que arrumar um dinheiro pra comprar um pedacinho de carne. Hoje, graças a Deus, minha geladeira eu posso escolher a carne que eu quero comer. Nós antes não era assim. Você comia um frango e olhe lá. Uma vez ou outra e não tinha esse negócio de carne. Raramente a gente comia carne.*

Leandro tava me contando, um dia desses nós tava lá conversando e ele: "ô, tia Lourdes. O povo ia lá em Conceição e trazia aqueles ossos pelado, não tinha nada. E eu ia, a cavalo, encontrava com eles e trazia aqueles três sacos de osso no cavalo. Chegava aqui e picava assim com machado e colocava no fogo pra cozinhar e nós comia com farinha de manhã. Aquele caldo". Eu falei "é, meu filho, tudo isso, todo mundo já teve uma historinha". "Hoje aqui em casa fica 'não, não quero comer carne, não, quero comer um frango'". Graças a Deus, né?

Minha mãe - quantas vezes minha mãe chegava com um pé de mamão assim ó. Apanhava o mamão. Picava aquela baciada de mamão e fazia com angu.

Eu: *É mesmo?*

Lourdes: *Pergunta esses menino hoje se eles comem abóbora, se come.. Não come! A minha neta, às vezes eu falo com ela: "Jeniffer, o que minhas meninas não teve, você tem".*

Além da alimentação, muitas pessoas destacam a construção de suas casas como um marco na melhora de vida. Aparecida, por exemplo, mora atualmente em uma casa grande, com quatro quartos, cujo desenho exato está sendo usado para o projeto da casa de seu filho mais velho, que está sendo construída no terreno. Em uma das nossas conversas nos primeiros dias em que fiquei em sua casa, ela me disse: "Todo mundo tem um sonho e diz que sonho tem que realizar, né? O meu era construir uma casa". A maioria das casas da comunidade foi construída durante os últimos 15 anos. Com o acesso daqueles que completavam 60 anos à aposentadoria rural, programas de transferência de renda e maior oferta de trabalhos remunerados na região, cada família foi substituindo as casas de barro por construções de alvenaria, segundo os padrões que mais lhes agradavam.

Mesmo as casas mais antigas da comunidade, de Saninha e seu irmão, foram reconstruídas. Lourdes contou sobre a casa antiga de sua mãe, onde passou a infância e se lembrou dos momentos em família, da tarefa de cuidar dos irmãos, de como se divertiam na adolescência. Novamente, as lembranças das dificuldades do passado são também recordações saudosas dos tempos de antigamente:

Lourdes: *Não era aquela casa, né? Era uma casinha de sapé. A gente não tinha as coisas direito. Era de barro. Era de madeira, de sapé. Cê já viu casa de sapé? (...) Era uma casinha pequena, não era muito grande, né. Mas onde que ela criou nove filhos, né. Que nós éramos 9. A gente era 11, mas duas meninas morreram ainda pequena. Depois a gente cresceu todo mundo ali. Depois a gente foi. Igual, Valdete casou, depois o Agostinho casou. Depois eu fui embora. A Wanda minha irmã também saiu pra trabalhar, dos 13 pra 14 anos.* (...) *Mas é, mas é assim a vida. Eu tenho saudade. Agora mesmo eu tava falando com a Geralda. Tenho saudade que todo mundo vivia junto, né. O tempo passa.*

Eu: *De tempo antigo você convivia muito com ela?*

Lourdes: *Convivia... com todo mundo! Minha tia - a gente ia na casa dela todo dia, né. Dava tarde, minha filha, era eu, Valdete, Nô. Aí às vezes a gente passava aqui e a Dadá ia. E nós ia, a gente ficava lá até mais tarde. (...) A gente*

tomava banho no rio. A gente brincava de roubar bandeira, assim quando juntava mais gente. Às vezes vinha outros de outros lugares. Mas aí a gente já era mocinha, já, já era grande. Aí a gente fazia brincadeira. Mas era só os finais de semana, porque durante a semana cada um tinha uma coisa pra fazer.

Eu tomava conta dos meus irmãos. Quando eu era mais nova, que o Anísio nasceu eu tinha 14 anos. Tomava conta dele. Quando minha mãe e a Naná aqui, Expedito, todo mundo ia trabalhar os mais velhos – eu tomei conta dele desde que ele nasceu né. Tomava conta dele, tomava conta do Milton, né. O Milton aqui. E o Milton, o Anísio, o Antonio meu irmão e o Zé Lucio. Aí eu ficava com eles. Que às vezes ia todo mundo trabalhar e só ficava eu com eles. E depois eu comecei a trabalhar também. Quando era assim planta de feijão. Nunca trabalhei pros outros pra capinar não. Mas quando era planta de milho, planta de feijão, planta de rama de mandioca, a gente ia. Eu mais Dadá ia. E aí a gente trabalhava, né. Pra ganhar, também, o nosso dinheirinho. A gente gostava de fazer também nossa terra de feijão. Fazer nosso feijão, depois a gente ia pro jubileu. Era muito bom. Outro dia eu tava contando pra Lu mais Luana lá em casa. Eu mais essa Dadá - a gente plantava feijão e quando chegava em Junho tinha o Jubileu em Conceição e a gente queria ir. Eu vendia meu feijão ainda no pé. Então antes de colher ele eu já vendia pro - você conhece o Betônio?

Eu: *Conheço.*

Lourdes: *Pois é. Aí eu vendia meu feijão pro Bento do Evira, que era o avô do Betônio. Ele me dava o dinheiro, eu ia pra Conceição, chegava lá gastava aquele dinheiro todo lá na festa, voltava, colhia o feijão e entregava. (...) Não perdia um Jubileu. Só que tudo passa, tudo acaba...*

Mesmo sabendo que as dinâmicas hoje em dia, especialmente entre os mais jovens, diferiam-se bastante da realidade descrita por Lourdes, perguntei:

Eu: *E como que é as coisas hoje?*

Lourdes: *Hoje é diferente, né. Hoje é responsabilidade. Hoje eu tenho meu trabalho, a minha casa.*

Eu: *Mas e pros mais novos que moram aqui hoje? É parecido de como era antes?*

Lourdes: *Não, com certeza não, né. Ah, era não. Fico vendo esses meninos. Esses meninos não tem assim... adolescência. Eles não brinca. O negocio deles é... Ce vê. Cada um pendura numa moto e sai andando por aí. No meu tempo não tinha isso, não tinha cavaleiro. A gente ia a pé. Por exemplo. A gente gostava muito de ir nos Teodoro. Lá onde que a Nonora mora. Então dava domingo, depois do almoço, a gente almoçava e ia lá pros Teodoro. Que lá era gostoso. Eles não. Eles não sabem o que que é isso. (...) Eles não tiveram aquilo*

que eu tive, a mãe delas teve, né. Era uma fase mais difícil? Era. Mas a gente divertia mais.

Assim como no caso da alimentação, a atitude dos mais jovens, que não viveram os tempos de dificuldades, parece ser questionada e até lamentada.

Muitos adultos destacam a sexualidade precoce dos mais jovens – "maldades" que não existiam antigamente. Antes, rapazes e moças brincavam juntos, os mais velhos tinham mais autoridade, e os jovens não utilizavam palavras indelicadas e desrespeitosas. Alguns questionam o desapego à religião das crianças que, apesar de lerem com mais facilidade, não aproveitam a oportunidade para estudar a bíblia, para fazer cursos de catequese. Há um descontentamento com a atitude daqueles que ficam apenas "andando de moto para cima e para baixo", sem querer "nada com a dureza". Apesar das dificuldades e até do sofrimento passado por aqueles que tiveram que exercer tarefas pesadas desde criança, o trabalho é visto como um valor absoluto. Aqueles que não trabalham são vistos com maus olhos e os pais sempre elogiam os filhos que, desde cedo, tomam iniciativas para trabalhar, seja em casa ou fora. Aparecida resume a sua visão sobre suas condições atuais:

Aparecida: *Mas assim, sobre comida, casa, essas coisas, não tá sendo muito difícil não. Quer dizer, não tá sendo fácil, né. Porque você não tem o dinheiro assim. Você tem que trabalhar pra você ter aquele dinheiro. Por exemplo, você quer comprar mais um guarda-roupa. Aí você tem que trabalhar, juntar aquilo ali, dividindo na despesa, dividindo pro caderno, dividindo pros lápis. Por exemplo, né. Bolsas, calçados, roupas. Aí pra você fazer aquela outra compra. (...)*

Agora tá muito bom, né. Agora parece que tem um serviço, mais suficiente. Serviço hoje não trabalha quem não quer. Tem serviço na empresa. Tem serviço em Conceição. Cê sai daqui procurar uma faxina em Conceição é 70 reais por dia. Aí vai. Aí cê tá ganhando. Antigamente não tinha nada disto. Antigamente não cê não via uma faxina, cê não via serviço. Não via nada, ué. Cê trocava o dia. Por exemplo, nós tem que plantar roça hoje. Aí eu vou pra você hoje. Aí eu te ajudo a fazer sua plantação hoje e amanhã. Aí, por exemplo, segunda e terça eu vou pra você. Quinta e sexta você vai pra mim. E assim era. Nós ia lá pra um lugar chamado Empoeira, lá pra um lugar chamado Córrego da Onça tudo assim lá ganhar dia na mão de Nôzinho, na mão de Pedro. Trocava dia com irmã Nonora. Chegava aqui de tarde ainda e tinha que tratar de umas 10, 12 cabeças de porco de noite. Tinha vez que nós chegava aqui era mais de 8 horas da noite. (...) Todo mundo trocava o dia.

Eu: *Não ganhava dinheiro, não?*

Aparecida: *Não, uai. Cê tivesse com falta em casa tinha que ficar. Tinha que trocar o dia. Que não tinha o dinheiro. Era barato, mas cê não tinha com quê arrumar o dinheiro. Todo mundo trocava o dia. Ninguém tinha dinheiro. Hoje não. Hoje cê chama um trabalhador aí, cê faz aí, cê tem 30 conto, eles tá pedindo ocê 35 reais num dia, livre de despesa. Aí se ocê tem cê toca o serviço, se ocê não tem cê não toca. Aí vai, ué. Muitos troca dia ainda. Nem todos, mas muitos troca. Muitos gosta de ganhar é dinheiro. Principalmente essa rapaziada, esses menino novo. Quer ganhar é dinheiro. E nós velho, não. Nós velho troca dia. Mas a roça é muito importante. Se todo mundo plantasse, talvez que as coisas não era tão cara igual é, né? Mas hoje os jovens de hoje não quer plantar, ninguém quer estudar, não quer fazer nada na vida.*

Eu: *Por que que cê acha que não?*

Aparecida: *Porque eles não quer, ué. Se fosse no nosso tempo, Marina, que nós tinha carro, nosso tempo não te falei que pra nós estudar até no quarto ano – Eu estudei até o quarto, minha irmã estudou até o segundo... de aula, de escola. Porque na hora de ir embora nós segurava, pegava no rabo do cavalo da professora e ia embora pra casa, vinha pra cá, ia correndo, chegar mais cedo em casa. É ué. Era assim. Muitos estudava, tinha dia que nós ia pra escola nós ficava na galha do pau o dia inteiro que boi não deixava nós passar. (...)*

É, menina. Então era mais difícil. Hoje não. Hoje os meninos estuda até o terceiro. Cê vê hoje tem ensino fundamental, tem ensino médio, tem curso, mais curso, tem faculdade. E nós? Nós não tínhamos nada disso não. Nosso pai não deixava nós sair de casa pra fazer nada. Por isso que hoje a gente não tem um bom estudo.

As palavras de Aparecida e Lourdes contêm elementos que também ouvi em outras conversas. Dona Maria das Graças, Geralda, Leonora, todas com mais de 60 anos, faziam recorrentemente comentários sobre a perda de valores para elas fundamentais entre os mais jovens. Todas elas são senhoras religiosas, que prezam o trabalho e exercem atividades pesadas em casa e na terra, mesmo já tendo se aposentado. Ao contar histórias do passado, Dona Leonora lembrou da fala de alguém que lamentava as dificuldades que ela passava com os problemas de alcoolismo do marido: “Mas como ele não valoriza a senhora! Uma senhora que sempre foi trabalhadeira! Lutadeira!”. Trabalhadeira e lutadeira permanecem palavras adequadas para descrever dona Leonora, que aos 73 anos ainda faz atividades de plantio e percorre a pé, várias vezes na semana, a distância entre Água Quente e o Teodoro, para freqüentar a igreja e visitar a mãe. Trata-se de uma caminhada de 40 minutos, muitas vezes sob o sol quente, outras no tardar da noite, com a subida de dois íngremes morros

pela estrada que liga as duas comunidades. Além disso, exerce diariamente tarefas domésticas, o cuidado da criação e de sua horta.

Através dos relatos dos moradores fica claro que a circulação monetária e a inserção no mercado formal têm aumentado nos últimos anos na região. Em Água Quente, a troca de dias era uma prática muito mais comum há 20 anos do que hoje em dia, como destacou Aparecida. As famílias tinham que produzir mais, pois o acesso a recursos financeiros eram escassos. Atualmente, todos os jovens que trabalham na região recebem pagamento pelo serviço em dinheiro. O trabalho assalariado com carteira assinada tem sido ampliado. Os vaqueiros que trabalham em propriedades na região recebiam, no passado, informalmente. Hoje, todos exigem que suas carteiras de trabalho sejam assinadas. No entanto, as possibilidades de trabalho formal ligado a atividades agropecuárias não atendem às demandas dos mais jovens. Todas as propriedades ao redor da comunidade já possuem trabalhadores. Valdete trabalha na Mumbaça, Adalto na fazenda Barreado, Agnaldo na Empoeira, Milton em Bartolomeu, Aílton para Júnior, João em Suzana. Leandro, por exemplo, filho de Aparecida e Milton de 22 anos, gosta do trabalho na terra, mas destaca a instabilidade e inseguranças associadas ao trabalho informal enquanto diarista. A remuneração de 35 reais por dia de trabalho é pouca e incerta. No dia em que não há demanda de trabalho, o jovem fica sem receber. Por outro lado, ainda que quisesse exercer trabalho fixo em alguma propriedade rural, não conseguiria.

Da mesma forma, as filhas de Aparecida possuem aspirações para além do trabalho doméstico e da produção familiar para subsistência. Aparecida conta que seu sonho era estudar, mas que seu pai não permitiu que ela e os irmãos freqüentassem a escola após a quarta série. Tiveram que abandonar os estudos para trabalhar ainda crianças. Aparecida afirma que incentiva suas filhas a estudar e fazer cursos, para que elas possam “subir e não descer na vida”. “Subir para onde?”, eu pergunto, ao que ela responde: “Ah, assim. Se elas fizer um curso, elas vai trabalhar numa loja, vai trabalhar assim, não sei, num restaurante. Que nós, o serviço que nós pega é uma faxina, um serviço pesado, não pega um serviço mais leve”. “O que é um serviço pesado?”, eu questiono. E Aparecida define: “Igual, bater enxada é pesado, foice é pesado. Cozinhar em fogão de lenha é pesado. Pra mim é pesado, né?”.

Ainda que o trabalho na terra seja valorizado e esteja fortemente ligado às concepções identitárias na comunidade, as trajetórias de vida de Aparecida, Geralda,

Valdete e outros de sua geração são vistas como difíceis e construídas sobre sofrimento e exploração. Pelos jovens, ouvi que o trabalho na roça é árduo, cansativo, mal remunerado, frequentemente sob sol quente. Aparecida deseja para suas filhas um trabalho mais "maneiro", leve. Que elas tenham a possibilidade de escolher o que querem. Mirlane, a filha mais velha, afirma desde nova que gostaria de ser advogada. Fabíola disse que gostaria de trabalhar em um salão de beleza, de aprender a fazer penteados e unhas. As duas concluíram o Ensino Médio. Durante a minha primeira estadia na casa de Aparecida, as duas estavam trabalhando em São Sebastião do Bom Sucesso, o Sapo. A comunidade é o maior distrito na região do empreendimento e conta com opções para comércio, associação e escola para o Ensino Fundamental. Mirlane e Fabíola trabalhavam em um dos restaurantes da comunidade. Ficavam na casa de uma prima de Aparecida durante a semana e vinham para Água Quente aos sábados e domingos. Recebiam um salário mínimo e tinham as carteiras assinadas. Estavam lá desde o início do ano e afirmaram que estavam trabalhando para conseguir o dinheiro necessário para um tratamento dentário. Era, portanto, uma ocupação temporária que permitiria que alcançassem os desejos do momento.

Hoje, todos os jovens da comunidade possuem uma moto. Além disso, três famílias possuem carro. As mulheres mais jovens, já casadas, exibem panelas novas, roupas de cama e móveis adquiridos. O acesso a esses bens de consumo tem se ampliado e as possibilidades de inserção no mercado formal de trabalho contribuem para essa expansão. Assim, outras alternativas ao trabalho agropecuário fazem parte das atividades para obtenção de renda pelas famílias. Além dos assalariados e diaristas, alguns rapazes são taxistas, outros vendem gasolina em galões de 5 litros. Pedrolina revende produtos diversos que compra de camelô (roupas de cama, panelas, etc). Água Quente possui também um bar. Renato (Du) é o dono e sua renda vem, predominantemente, do estabelecimento. Também o filho mais velho de Aparecida tentou abrir um pequeno negócio para venda de bebidas na comunidade.

Além disso, todos aqueles que possuem mais de 60 anos recebem aposentadoria rural. Apesar das dificuldades burocráticas, a comunidade tem contado com o apoio de pessoas mais jovens e articuladas para ajudar a reunir os documentos, coletar assinaturas e realizar os procedimentos necessários para solicitar a aposentadoria. Os moradores relatam também que têm conseguido o apoio de proprietários ao redor para comprovação do trabalho rural. Além disso, alguns moradores recebem pensão e nos

núcleos familiares onde não há aposentados, os moradores recebem o Bolsa Família, em valores variados que giram em torno de 100 reais. O impacto positivo do Bolsa Família é comentado com frequência. Uma das moradoras relata como o benefício lhe trouxe um empoderamento diante do marido. Ele nunca deixava que ela saísse, trabalhasse. Dependia dele para qualquer coisa que quisesse comprar, pois era ele quem tinha o dinheiro. Depois que começou a receber o benefício, disse, com orgulho, que passou a ter uma renda própria, e que não mais dependia dele para tudo. Aponta para as panelas novas na parede e para uma estante – "fui em que comprei, se dependesse dele, não teria nada disso".

Muitos dos moradores mais jovens da comunidade trabalham ou já trabalharam para a Anglo American ou empresas terceirizadas da mineradora. Enquanto a geração de Leonora, Maria das Graças, e Matu preza o trabalho na terra e lamenta que filhos e netos estejam se afastando das atividades de plantio, alguns dos moradores mais jovens parecem satisfeitos com as novas oportunidades de trabalho que possibilitam, ao mesmo tempo, a permanência na terra. Para Ludmila, por exemplo, o trabalho fixo é igual a responsabilidade. Aqueles que não buscam os postos de trabalho oferecidos pela firma estariam, segundo ela, preferindo a liberdade. Na sua visão, portanto, a chegada da mineração está relacionada às idéias de "oportunidade" e "responsabilidade", em contraposição à liberdade prezada por alguns dos jovens. Em contraposição a alguns dos primos que nunca trabalharam na empresa, abandonaram os estudos e garantem uma renda mínima através de serviços por diária para que comprem gasolina para suas motos, ela cita o exemplo do marido, um dos filhos de Aparecida. Leandro trabalha na firma desde 2009, tendo começado aos 18 anos. Começou trabalhando em uma empresa próxima ao Jassém, chamada Fazenda Nova. O trabalho consistia em desmatar e plantar novas espécies. Além disso, ele relata que a empresa trazia animais da área desmatada para implantação da mina e suas estruturas e que ele já viu cobras sendo transportadas em caminhonetes que são realocadas em áreas para compensação ambiental. Quando o trabalho foi finalizado (a realocação de animais e espécies vegetais já havia sido concluída), ele foi trabalhar na ARV, também terceirizada da Anglo. Exercia serviços de perfuração ou, como descreveu, quebrar pedras. Eram também trabalhos temporários necessários para a instalação do empreendimento. Durante minha primeira visita à casa de Aparecida, estava recebendo seguro-desemprego, pois antes do término do contrato, a empresa finalizou suas operações na região. Contou que o serviço era de alto risco e,

mesmo tendo treinamento de uma semana, presenciou vários acidentes, com casos de trabalhadores que quebraram braços e costelas.

As mulheres, por outro lado, costumam exercer trabalhos de limpeza. Na minha segunda visita prolongada à comunidade, esse era o caso de Viviane, Luciana e Cida e Vaniele. Algumas faziam serviços de faxina nos escritórios ou nos alojamentos dos funcionários, na área da mina. Outras realizavam limpeza nos galpões na área industrial do empreendimento. Cida trabalhava em um museu, localizado também nas proximidades, onde eram exibidos fotografias e objetos que retratavam a cultura das comunidades reassentadas – outra medida de compensação para a instalação do projeto. Muitos dos moradores mais jovens da comunidade trabalham ou já trabalharam para a Anglo American ou empresas terceirizadas da mineradora.

A busca por empregos formais e a saída de familiares da comunidade fazem parte das tramas de produção e reprodução do viver local desde o "tempo dos antigos". O mesmo movimento é visto na geração seguinte: Mirlane e Fabíola, por exemplo, filhas de Aparecida, saíram da casa dos pais assim que terminaram os estudos. As irmãs Lourdes e Wanda saíram de Água Quente ainda novas em busca de trabalho nos centros urbanos. Entretanto, o direito à terra permanece, assim como os vínculos familiares e a constituição de uma identidade ligada ao lugar. Em sua análise sobre os sistemas tradicionais de herança em comunidades rurais no Médio Jequitinhonha, Oliveira (2008) questiona a dualidade colocada pelo antagonismo entre modernidade capitalista e moralidade camponesa, freqüente na literatura clássica sobre o campesinato brasileiro. Ela argumenta que

> a moralidade camponesa acerca da terra não se opõe à pura racionalidade instrumental econômica. Em suas diversas estratégias, os atores podem articular esses universos compondo territórios plurais e alternativos. Tratar-seiam de movimentos interconexos, não-simétricos (p. 173).

Assim, os diálogos entre esses universos se tornam evidentes na estratégia da emigração, que constrói "uma relação edificante para o patrimônio entre os destinos interconexos do migrante (proletarização) e do herdeiro (encampesinamento)" (id. ibid). Trata-se, portanto, de um universo de relações de interdependência e não apenas de complementaridade. O mesmo se dá entre o trabalho assalariado e a manutenção do trabalho familiar – a interdependência estrutural entre essas modalidades garantiriam as condições de reprodução social do grupo.

As visitas de Lourdes à comunidade são freqüentes: das três vezes em que fiz trabalhos de campo em Água Quente, ela estava lá em duas delas. Sua filha se casou e retornou à terra e muitos de seus irmãos, primos, e sobrinhos permanecem ali, com raízes fortes e visíveis ao território. A utilização comunitária da terra, antagônica à lógica particular legitimada pelo direito formal, estabelece, para além dos quintais e do entorno de cada casa, terras no bolo. A terra no bolo é uma porção indivisa no interior de uma família, funciona como uma forma de seguridade, uma vez que estabelece direitos potenciais (GALIZONI, 2007, p. 59). Ela engendra um sistema no qual "a terra pertence à família, é herança de um ascendente comum e permanece sendo utilizada por sucessivas gerações sem que seja juridicamente repartida em ações de herança" (OLIVEIRA, 2008, p. 9). Assim, há sempre a possibilidade de um herdeiro voltar e concretizar a sua herança. Em Água Quente, são todos a mesma família e, portanto, todos fazem parte da comunidade que se constituiu às margens do córrego Passa Sete e manteve vínculos tradicionais com o território. Dessa forma, como sintetiza Galizoni (2007) "o sujeito de acesso a terra não é um indivíduo, mas um grupo social representado pela família" (p. 61).

Os efeitos espaciais engendrados pela instalação do empreendimento minerário na região afetam todos os aspectos até então descritos – o sistema de produção tradicional, as relações estabelecidas intra e entre comunidades, o direito à terra, as narrativas identitárias que ligam as pessoas ao lugar. Em última instância, coloca-se em jogo a própria autonomia das famílias, estreitando os possíveis caminhos a serem percorridos e rompendo vínculos com o lugar. A discussão feita acerca das dimensões de Água Quente que pude conhecer, reproduzidas aqui a partir de um olhar localizado servirá de base para a próxima sessão, na qual tento analisar as perdas vividas pelos moradores após a chegada do empreendimento Minas-Rio. São histórias centradas na água: narrativas sobre o rio, o lazer, a memória, a barragem e sobre diálogos possíveis com a Anglo American.

Capítulo 3 – Histórias de água: analisando as perdas

Em Água Quente, assim como em outras comunidades localizadas no entorno do empreendimento Minas-Rio, os efeitos da chegada do empreendimento Minas-Rio foram sentidos antes mesmo da sua operação. Antes da mineração efetivamente ocorrer em Conceição do Mato Dentro, as obras de instalação do mega-empreendimento, a construção do mineroduto e os testes realizados para o transporte do minério trouxeram conseqüências diretas a essas comunidades. Os impactos causados à água, com suas inúmeras formas e conseqüências, a desterritorialização, a fragmentação de famílias, as precárias medidas de compensação que acabavam gerando novos problemas, os medos trazidos por estarem abaixo de uma barragem de contenção de rejeitos, as dificuldades em se comunicar com a empresa, a diminuição da produção são alguns exemplos. São processos desencadeados concomitantemente, operando em conjunto de modo a fragilizar famílias que, como discutido, ocupam o território de maneira tradicional e estabelecem relações específicas com o meio ambiente.

Os problemas centrais enfrentados pelas famílias decorrem dos impactos sobre os recursos hídricos. Além de lidarem com a progressiva seca das nascentes – em uma região conhecida pela abundância e qualidade de suas águas - os principais córregos utilizados por essas populações foram diretamente afetados pelas obras do empreendimento. Das 56 milhões de toneladas de minério de ferro previstas para serem produzidas anualmente, 25 toneladas serão rejeitos a serem depositados em uma barragem. A área total a ser ocupada pelo reservatório é de 875 hectares, algo aproximadamente 360 vezes maior do que a área da comunidade. O córrego Passa Sete, cujas margens estão próximas da maioria das casas de Água Quente, nasce exatamente onde o barramento para o reservatório foi construído. A movimentação de terra e outros processos para a sua construção levaram a um imediato assoreamento do córrego, assim como alteração na qualidade de suas águas. O córrego que era antes formado por cascalho e águas cristalinas, que podiam ser consumidas diretamente pelos moradores locais, é agora turvo e barreado. As conseqüências desse processo são vividas de forma profunda e cotidiana.

Durante as minhas conversas com os moradores da comunidade, tentei compreender quais eram as implicações materiais e simbólicas da “perda do rio”. A

lógica associada aos usos da água na comunidade é semelhante àquela analisada por Ribeiro e Galizoni (2003) em comunidades do médio, alto e baixo Jequitinhonha:

> Como água é um bem de uso cotidiano – como o ar, a comida, a roupa – a reflexão sobre ela é muito difusa, e as pessoas a percebem apenas tangencialmente: carregam-na incorporada à cultura e à vida (p. 131).

Assim, foi apenas através de perguntas específicas, de questionamentos sobre histórias relacionadas ao rio que os moradores iam expressando a centralidade do rio em seu cotidiano. Dessa forma, ouvi e participei de histórias sobre a água, em suas dimensões múltiplas: fonte de lazer, ponto de encontro, bem básico para a produção. Nesse capítulo, pretendo contar algumas dessas "histórias de água", que são também narrativas de perdas e inseguranças.

3.1. Lazer e memória

Viviane foi uma das minhas principais interlocutoras em Água Quente. Em nosso primeiro encontro, em julho de 2013, junto aos outros pesquisadores do GESTA, ela tinha 28 anos e seu filho, Artur, oito. Viviane é nascida na comunidade, filha de Fatinha e Valdete, um dos nove filhos de Seu Juca e Geralda. Há 9 anos é casada com Marcinho, cuja família é também da região. Marcinho possui um carro e há alguns anos trabalha como taxista na região. Ao contrário da prática mais usual, não foi Viviane que se mudou para as terras da família do marido, mas Marcinho que veio morar na Água Quente. Para isso, o pai de Viviane cedeu parte do seu terreno ao genro, que construiu a casa ao lado da de uma das irmãs de Viana. No geral, ela me disse, são as mulheres que se mudam e os filhos que permanecem nas terras dos pais após o casamento. Em uma de nossas conversas, contou sobre a sua trajetória. Viviane quase não morou com os pais. Desde nova, saiu para trabalhar na região: fazia serviços domésticos em fazendas nas proximidades. No tempo em que morava na comunidade, sempre trabalhou com plantio de roças e até hoje é uma das poucas mulheres que planta regularmente feijão e milho para a despesa. Além disso, ela prepara urucum das árvores de seu quintal fazendo corante para vender na região, garantindo também uma renda. Em janeiro de 2014, mostrou-me revistas de bordado, as linhas e modelos comprados para desenvolver a atividade, que aprendia por conta própria.

Quando retornei, em julho, ela havia começado a trabalhar na Anglo American, exercendo serviços de limpeza na área da mina. Seu marido havia lhe dado uma moto e

um de seus irmãos a levava e buscava no local de trabalho. Viviane me contou que já havia enfrentado muitas dificuldades. Repetia com freqüência que "a vida era assim, fazer o quê?" e que hoje tudo estava melhor. Assim como nas falas dos moradores mais velhos da comunidade, Viviane também contrabalanceia os sofrimentos do passado com a nostalgia dos outros tempos: as brincadeiras do tempo de solteira, o reconhecimento dado por seus patrões, os momentos passados no rio. Para além do primeiro encontro junto de outros pesquisadores do GESTA e das conversas informais que tivemos na minha visita em janeiro de 2014, conduzi uma entrevista semi-estruturada com Viviane e sua cunhada, Luciana. Viana e Ciana permitiram que eu gravasse a conversa e me contaram sobre sua relação com o rio, hoje não mais existente, e sobre as dificuldades de comunicação com a empresa.

> **Viana*:*** *Ali, minha filha! Ali embaixo ali ficava tudo cheio, né Ciana? Domingo, dia de semana... dia de semana era nós – ia tudo pro rio. Eu, a mamãe, Ciana, aquela meninada tudo pro rio tomar banho porque não tinha água na época. A gente tomava banho no rio porque usava a água do rio.*
>
> **Ciana***: Mas era bem melhor do que hoje.*
>
> **Viana***: Era dez vezes melhor! Porque chegava lá e nós brincava todo mundo. Os grandes viravam criança. Os grandes viravam criança, minha filha! Brincavam de pega-pega. Nó, era bom demais!*
>
> **Ciana***: Nós lavava roupa no rio vazio era muito melhor!*
>
> **Viana***: Fazia tudo no rio, minha filha.*
>
> **Ciana***: Hoje não tem nem mais rio.*
>
> **Viana***: Cada lavada era uma mergulhada no rio. Cada lavada uma mergulhada - mais ficava no rio do que dentro de casa mesmo.*

O relato das duas deixa evidente a centralidade do córrego para as atividades diárias. Conforme aponta Escobar (2001), o lugar é constituído por estruturas sociais sedimentadas e práticas culturais, integrando corpo e ambiente. Para o antropólogo, "a duradoura conexidade das pessoas com a terra resulta de um engajamento ativo com ela" (p. 146) e os lugares são construídos por pessoas através de processos ativos de trabalho, narrativas e movimento. As mulheres "mais ficavam no rio do que dentro de casa" e a disponibilidade de água em abundância era exaltada. Ao contrário do que uma cultura urbana pode sugerir, a utilização do rio para lavar roupas e tomar banho é vista como sendo "muito melhor". Em outro momento, Viviane também afirmou: "nós ia

mais era pro rio. Tudo nosso era rio, rio, rio...". O rio era um lugar: lugar de encontro, lugar de lazer, lugar de histórias. A ele se ligam experiências, memórias e narrativas e a sua perda altera o próprio sentimento de pertencimento ao lugar.

Aparecida também me contou sobre os encontros dos moradores da comunidade e de outras localidades próximas no rio durante os finais de semana. O lugar onde se reuniam é conhecido como Lapa e possui uma pequena queda d'água e um grande poço. A mata ao redor era bem cuidada e crianças e adultos iam para lá, principalmente aos finais de semana, para comer carne assada e farofa, ouvir música e nadar. As falas sobre a perda do rio foram recorrentes desde as entrevistas conduzidas pelo GESTA em julho de 2013. Nivaldo, primo de Viviane, afirmou que antes da chegada da empresa, brincava muito no rio limpo e que nadava nos poços. Contou que o rio ficou muito raso, que só havia mato e que não era mais possível utilizá-lo para lazer. Os moradores contam que vinham pessoas de vários lugares na região. As descrições de José Lúcio e Cida também mostram a preocupação do casal com os processos desencadeados após a chegada da empresa. Perguntei a eles sobre a Lapa:

> **José Lúcio:** *De primeira lá era lugar bom. Na lapa ali na cachoeira era lugar que nós mais divertia, lugar de divertir era ali! Hoje acabou tudo. Hoje não tem nada de divertir ali. Depois que acabou. Cê vê hoje ela virou até mato porque ninguém.... Porque quando cê mexe no lugar, o lugar fica vivo. Cê despreza o lugar que não nem jeito do cê ficar mais, finda tudo né? O lugar onde nós pode brincar hoje, aproveitar a vida e distrair é no córrego dos Teodoro. Cabou pra nós lugar pra nós. Brincar aqui mais não.*

Assim, desde o início das atividades da Anglo American na região, em 2008, os moradores deixaram de ir até lá. O lugar, antes bem cuidado e freqüentado constantemente, é agora cercado por mato e as águas são barrentas. Não há mais peixes. Não podem mais se banhar ali e, muito menos, beber da água.

Foi apenas na minha terceira ida à comunidade que fui conhecer o local. Aparecida, Totó, Mateus e Leo me acompanharam no caminho pelo terreno de João Generoso e pela trilha dentro da mata. Aparecida levava uma foice, para limpar o percurso – havia muito não iam ali e não sabiam do estado da trilha. De fato, conforme descreveu José Lúcio, o mato era muito presente e Aparecida ia limpando as galhas e folhas que atrapalhavam nossa passagem enquanto caminhávamos. Ela também me alertou para a possibilidade de pegarmos carrapatos, já que o local não tinha mais o cuidado de antes.

Figura 27 - Lapa, jul. 2014.

Lapa e Teodoro

Dois momentos durante os meus trabalhos de campo foram essenciais para uma compreensão mínima do significado das palavras, tão freqüentes, ouvidas em campo de que haviam perdido o rio: a ida à Lapa e o banho no córrego Teodoro. Quando cheguei à Lapa, fiquei estarrecida: era um local maravilhoso. Mais uma vez, os efeitos de ter nascido e crescido em uma metrópole potencializavam o meu encanto por aquele lugar. Pensar que Totó, Mateus, Leo e as outras crianças podiam ir ali, todos os dias, parecia de um valor incalculável. E realmente era. E não apenas os mais jovens – como Viviane destacou, quando iam ali, os "adultos viravam criança". Em uma região com forte incidência de alcoolismo, de escasso acesso a serviços públicos cujo povo carrega um histórico de imenso sofrimento – o acesso àquela área era uma compensação mínima. Perdê-la, um dano irreparável.

Esse sentimento foi aprofundado quando tive a oportunidade de me banhar no córrego Teodoro. Era inverno e as manhãs eram bem frias. No entanto, o sol aparecia durante as tardes de modo que decidi, outra vez acompanhada pelas crianças, tomar banho no córrego. A diferença entre os dois rios era evidente. O córrego Teodoro era ainda composto pela areia branca, cascalho visível através das águas cristalinas. Ali, dona Leonora, uma das filha de Saninha, ainda pode lavar suas roupas, utilizar a água para cuidar de suas criações e hortas. Apesar de não ser tempo de calor, Totó, Léo e Mateus nadavam animados, mergulhando, brincando na areia. E eu fiz jus à descrição de Viviane – virei criança.

Figura 28 - Lapa, jul. 2014.

Figura 29 - Léo e Totó no Teodoro, jul. 2014.

A distância do Teodoro a Água Quente impôs uma mudança permanente nos hábitos das crianças e jovens da comunidade. Essa diferença foi também apontada por Nayara, filha mais velha de Anísio, irmão de José Lúcio:

Eu: *E o córrego lá? Quando tinha mais água, cês ia muito lá?*

> **Nayara***: Ia. Época de calor nós ia todo dia. Todo dia nós ia pro rio. Apesar de mãe ficar xingando nós. Ia eu, os meninos de Aparecida, os menino de Fatinha, os meninos de Cida – ia tudo pro rio!*

Nayara tem 20 anos e é casada com Marcílio, irmão do marido de Viviane, e não tem filhos. Morou na comunidade desde que nasceu e sempre foi muito próxima das filhas de Aparecida. Apesar de ter sempre me recebido abertamente, seu jeito era mais tímido e contido. No entanto, nesse momento da entrevista, falava com a alegria e entusiasmo na voz, divertindo-se ao lembrar da repreensão dos pais e da insistência dos filhos em irem para o rio todos os dias:

> **Nayara:** *Nós estudava e despistava um tiquinho e tava no rio! Aí elas via e saía gritando e xingando nós. Pra nós sair de lá. Sábado e domingo elas deixava. Aí nós ficava o dia inteiro.*
>
> **Eu:** *Aí que que cês fazia lá?*
>
> **Nayara:** *Nós ficava nadando, brincando de pega dentro d'água. Depois saía de novo, secava, depois voltava de novo. Só vinha pra casa pra comer, voltava pro rio de novo.*
>
> *Até mesmo nos Teodoro, depois que eles, a firma, começou a mexer aqui, a água do rio diminuiu - nós ia pro Teodoro. Nós estudava, chegava da escola, arrumava casa e ia pro rio. Eu arrumava a casa correndo, os menino ia de moto, nós montava na garupa deles e ia. Não tava nem aí.*
>
> **Eu:** *Hoje não vai mais não?*
>
> **Nayara:** *Agora eu não vou mais não. Lá nos Teodoro tem o morro pra subir – o rio lá é muito longe. Antes eu animava, agora não animo mais não. ô dó pra eu andar a pé agora! Não ando mesmo.*

A fala de Nayara também deixa evidente o significado do rio quando era mais nova. Era lá o local de encontro, o espaço de sociabilidade e diversão central para os moradores, principalmente os mais jovens. A atividade de lazer era tão incorporada às práticas dos moradores que passaram a ir ao Córrego Teodoro quando o Passa Sete não mais podia ser utilizado. Para eles, era inconcebível o fim da atividade. No entanto, a distância entre o Teodoro e Água Quente não permitiu que a prática se tornasse um hábito. Nayara conta que andava muito a pé quando era mais nova e que hoje não se dispõe mais a percorrer longas distâncias. Ao mesmo tempo, não se sente confortável em ir de moto, por depender de algum rapaz para fazer a condução. O banho no rio passou de rotina e prática central a atividade esporádica.

Além do lazer, tarefas domésticas eram realizadas tendo o rio como referência. A poluição do córrego Passa Sete inviabilizou que roupas fossem lavadas no rio, uma atividade central para a sociabilidade das mulheres da comunidade. Em uma visita à casa de Lodi, na minha segunda ida a campo, ela estava curvada sobre uma pequena torneira, no quintal de sua casa. Uma tábua de madeira havia sido colocada embaixo da mangueira onde a água descia. Ao lado, havia um balde com as roupas, de onde ela as tirava para lavar sobre a madeira. Perguntei a ela se sentia falta de lavar roupas no rio. Imediatamente, ela disse que sim - "era mais água". A abundância da água do rio fazia com que a atividade fosse realizada com muito mais agilidade. Além disso, era possível estender as roupas nas pedras que ficavam às margens do córrego, o que fazia com que secassem mais rápido. Finalmente, Lodi disse que era bom, porque sempre encontrava com Aparecida e Dadá e elas podiam conversar enquanto lavavam as roupas. Assim, em um outro dia, pedi para que ela e Aparecida me levassem ao local onde se encontravam. Elas ficaram surpresas com o descuido: como ninguém mais ia ali, havia muito mato às margens do córrego. A pedra grande que havia sido colocada naquele ponto para que pudessem lavar e estender as roupas não estava mais ali. E, desde muito tempo, não havia mais areia ou águas cristalinas, mas turbidez e barro:

Figura 30 - Córrego Passa Sete, ponto em que Aparecida, Lodi e Dadá lavavam roupa, jan. 2014.

Essa preferência não era apenas da geração de Lodi e Aparecida. Também Nayara, Pedrolina e Vaniele lamentaram a perda do rio e a impossibilidade de lavar roupas no córrego. Em uma das visitas à casa de Nayara, encontrei-a também enquanto lavava roupas. Na realidade, lavava com capricho e grande esforço um tênis branco de Marcílio, seu marido. A poeira na região era intensa e era impressionante ver como o sapato recuperava toda a sua cor. Falando sobre o córrego, perguntei:

Eu: *Antes lavava roupa era lá, né?*

Nayara: *Era, nós lavava no rio ali. tinha até uma pedra lá, mas agora eles tiraram ela.*

Eu: *Mas lavava não era no mesmo lugar que nadava não.*

Nayara: *Não. Ali era muito raso pra nadar né. Aí nós nadava ali no fundo da casa de Fatinha. Tinha um poço lá aí os menino ia lá e empoçava ele mais ainda. Enchia a parte onde era mais estreita, aí colocava pau e jogava no canto pra estanca o rio pra ele ficar mais fundo. Ali nós nadava não, só lavava roupa, porque é muito raso.*

Eu: *E ocê lavava roupa ali também?*

Nayara: *Lavava. Nós ia pro rio e ficava o dia inteiro no rio lavando.*

Eu: *Eu fico tentando entender assim: era melhor quando tinha que lavar lá embaixo no córrego ou lavando aqui no quintal é melhor?*

Ela respondeu imediatamente:

Nayara: *Lavar no rio é melhor. Lavava mais rápido, tinha mais água. Rapidão a gente lavava. E na bica demora muito. É pouca água.*

Eu: *Mas o rio pra chegar lá não era longe?*

Nayara: *Pra mim não era não. Pra mim era pertinho (...). Ia eu e a filha mais velha de Zé Lúcio que mora em Belo Horizonte. Aí a gente ia no mesmo dia. Deixava juntar muita, né. Aí nós ia pro rio as duas junta e ficava o dia inteiro no rio.*

A perda do rio se materializava de inúmeras formas no cotidiano das famílias. Se antes moradores de Água Quente e de outras comunidades se reuniam aos finais de semana para nadar, agora tinham que reinventar o seu lazer, reconstruir suas relações com o lugar, deixar a Lapa para a memória. Se antes vizinhas e parentes se encontravam em diversos pontos do córrego para lavar roupa, fazendo com que uma das inúmeras e cansativas tarefas do dia pudesse ser também um momento de encontro e conversa, hoje cada uma lavava suas roupas sozinhas em seus quintais. Se antes tinham muita água, podendo realizar a tarefa com rapidez, hoje dependiam de uma pequena bica, em alguns casos partilhada, frequentemente com água em falta, o que demandava ainda mais tempo.

3.2. O sistema de abastecimento

O assoreamento e a poluição dos córregos trazem um prejuízo ainda maior aos moradores, uma vez que eles vivenciam um processo de escassez na disponibilidade hídrica da região.

> **José Lúcio:** *Hoje as águas não é muito boa. Os nascedouros que nunca secou tá secando tudo. Os brejo que tinha. Nunca faltou água, agora tá faltando água.*
>
> **Eu:** *Mas tinha muito brejo por aqui?*
>
> **José Lúcio:** *Tinha muito, hoje acabou tudo. Inclusive, hoje tá seco. Pra quem lembra uns anos atrás, quem vê de primeira pra ver hoje... Tinha água (...). Era muita água. Era água que... Secou toda.*

Ainda que os períodos de secas e a diminuição das nascentes não possam ser diretamente associadas à presença da empresa é surpreendente que a outorga de água seja concedida para um empreendimento que utiliza grandes volumes de um recurso que começa a ficar escasso aos moradores que tradicionalmente ocupam a região. Segundo o jornal O Tempo,

> Para funcionar, o empreendimento vai precisar de 2,5 milhões de litros de água por hora (...) A água sairá do rio do Peixe e é suficiente para abastecer cerca de 393 mil pessoas, o equivalente à população de Montes Claros, no Norte de Minas. O cálculo leva em consideração o consumo de 152,6 litros por dia para cada habitante. Esse foi o consumo médio do país nos últimos três anos, de acordo com o Sistema Nacional de Informações sobre o Saneamento (Snis), publicado pelo Ministério das Cidades (O TEMPO, 2014).

As incertezas quanto ao futuro do abastecimento de água da comunidade transparecem nas falas de José Lúcio e Cida que, fez sua primeira intervenção na entrevista para afirmar que a escassez de água estava relacionada à chegada da empresa:

> **Eu:** *Mas cês acha que secou foi por causa da firma mesmo? Ou foi porque não chove mais, porque tá secando tudo por toda parte.*
>
> **Cida:** *Ah, eu acho que por causa da firma mesmo. O minério.*
>
> **Zé Lúcio:** *Cê sabe porquê, menina. Ó pro cê ver. Depois que eles fundou lá em cima: cê cava no nascedouro da água, afunda o lençol da água. A água tem é que acabar mesmo!*
>
> **José Lúcio:** *Eles cavaram o poço pra nós. Ali não tem água pra nós, né. Água aqui falta é por isso. Eles ficam abastecendo água aqui com caminhão. E vai ficar daí pra pior porque na hora que eles começarem a lavagem aí nós vai ficar mais sem água. Nós vão ficar aqui sequinho, sequinho. Por enquanto eles ainda tá pondo e depois que o minério começar a ir embora? Nós vão fica*

abandonado, esquecido aqui pra baixo. Esse daí eu falo com ele direto e ele fala que não é a empresa que tá prejudicando nós aqui, mas é sim.

Eu: *Como?*

José Lúcio: *Eles falam que não atrapalha nada pra nós não, mas atrapalha, sim, olha pro cê ver. Essa água aí é água cara pro mineroduto.*

Eu: *Eles falam que a água tá assim, mas não é por causa deles não?*

José Lúcio: *Não. Eles falam que não, porque a água tá acabando, mas não é eles que tá acabando com a água.*

Cida: *Mas é sim.*

A falta de perspectiva de José Lúcio de que a situação vá melhorar é agravada pelos problemas de comunicação com os funcionários da Anglo American. Os problemas apontados desde 2010 através de ofícios, denúncias e boletins de ocorrência às autoridades resultaram na instalação de um sistema ineficiente, em 2011. Desde a sua instalação, foram relatadas inúmeras ocasiões de falta de água, algumas vezes, durante vários dias consecutivos. Como evidenciado na fala de José Lúcio, freqüentemente os moradores avistam caminhões pipa que, segundo eles, não são propriamente fiscalizados quanto à qualidade da água transportada, abastecendo as caixas. Assim, é notável que o poço tubular e as caixas d'água não atendem às demandas por água dos moradores. Fere-se, portanto, um direito básico das populações locais e sua própria autonomia na utilização do recurso. São freqüentes as visitas de funcionários da empresa que acusam os moradores de desperdício de água, vazamento nos canos ou má utilização dos recursos. Essas falas geram desentendimentos entre vizinhos e rompimento de elos familiares. Além disso, os moradores reclamam que não são ouvidos pelos funcionários da empresa e que suas demandas não são atendidas.

A precariedade do sistema vai além da insuficiência para o abastecimento de água. As fossas sépticas e os banheiros não foram bem projetados e os moradores afirmam que, além de atrair insetos, exalam mau cheiro. O problema com a fossa foi relatado desde a primeira visita à comunidade, em julho de 2013. Estudantes e professores do GESTA conduziram entrevistas com vários moradores que denunciavam a questão. Nivaldo disse que, com o mau cheiro da fossa construída para a casa de seu pai, ao lado da sua, dava até "vontade de sair de lá". Além disso, o sistema atrai pernilongos e moradores afirmam que têm dificuldades de dormir à noite devido à

proliferação do inseto. Os moradores também denunciavam eventos de vazamentos no sistema, o que agravava o problema de mau cheiro.

Além disso, os moradores se vêem refém de um sistema cuja permanência é incerta. A autonomia dos moradores deu lugar a uma situação de dependência do sistema de abastecimento instalado e gerido pela empresa mineradora. A mineração na região ocorrerá até que o minério se esgote, o que faz a presença da Anglo American temporária. Assim, os moradores temem sobre o futuro do abastecimento de água – quando a empresa for embora, como ficarão? Se a gestão do sistema for transferida para o governo local, os moradores terão novas despesas com um recurso que sempre tiveram em abundância. Aos moradores é imposta uma lógica que equipara o que antes era um direito natural, um bem comum, a um recurso escasso que deve ser mercantilizado. Como destacam Ribeiro e Galizoni, ao estudar os usos da água em comunidades no Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, "o acesso à água corrente e nascente está associado à própria idéia de direito, um direito natural e comum a todas as pessoas" (RIBEIRO e GALIZONI, 2003, p. 139).

As conseqüências dessa dependência já são sentidas pelos casais mais novos da comunidade. Como o sistema foi instalado em 2011, as casas construídas após essa data não foram contempladas pelo abastecimento. No entanto, as novas famílias também necessitam de água para exercer suas atividades básicas e o córrego permanece inutilizável. Se muitos moradores temem sobre o abastecimento do recurso na quantidade e qualidade necessárias após o início das atividades da Anglo, alguns já sentem a perda de sua autonomia de maneira direta. É o caso de Nayara e Nivaldo, sobrinhos de José Lúcio que vivem na parte do terreno próxima ao córrego. Os dois irmãos se casaram após a instalação do sistema e construíram suas casas próximas à casa do pai, Anísio. Como a Anglo não instalou a caixa d'água conectada ao sistema em suas casas, eles utilizavam a água que ia para a casa do pai. Entretanto, Nayara conta que a partilha de água por três casas não era permitido, segundo a empresa. Da mesma forma, o banheiro de sua casa e da de seu irmão foram construídos pelos próprios moradores, mas não possuem fossas: a empresa não implementou o sistema para eles e também não permitiu que os moradores fizessem sua própria fossa.

Interessada em entender melhor as relações entre os moradores e os funcionários da empresa, perguntei a Nayara sobre as reuniões organizadas pela Anglo American na comunidade:

Eu: *Essas reuniões que ficavam fazendo vocês ia?*

Nayara: *De vez em quando eu ia. Né todas vezes não.*

Eu: *E como é que era?*

Nayara*: Ah, sempre a mesma coisa – ficava falando da água. Eu mesma não falava nada, não. Só ficava escutando.*

Eu: *Por que você não falava?*

Nayara: *Ah, eu não falava nada, não. Os povo só ficava falando, falando, falando. E sempre a mesma coisa era a água. Falava da água, que eles tinha que limpar a água, porque a água tava fazendo muita falta, que a água deles falta muito. Aí acabava que a reunião terminava o mesmo assunto era a água. Não acabava o assunto da água. Talvez eles ia fazer reunião pra outra coisa e o povo só falava de água.*

A fala de Nayara me pareceu uma crítica. Essa entrevista foi conduzida em julho de 2014. Em janeiro do mesmo ano eu havia conversado com ela e seu marido, Marcílio, e eles haviam feito um relato semelhante. Marcílio, conhecido como Neguim, havia demonstrado insatisfação com as reuniões feitas para tratar dos problemas trazidos com a chegada da mineradora. Para ele, muitos assuntos poderiam ser abordados, mas os moradores insistiam em tratar apenas da questão da água. Pensei que Nayara fazia a mesma crítica e perguntei, em seguida:

Eu: *Se você pudesse falar alguma coisa nessa reunião, que que você ia querer falar?*

Nayara: *Ah, eu se eu fosse falar eu ia falar é da água, porque quando eles colocaram água aqui eu não tinha casa né. Aí uma vez eu falei com... era... Rafael que trabalhava na época que tava olhando. Aí eu tinha que falar com ele da água pra colocar aqui pra nós, que ele falou que não podia uma casa ter três mangueira, né. Aí ele falou que ia colocar pra nós. É três anos já e eles não colocaram pra nós ainda e nem eles fizeram o banheiro. Que eles falam que a gente não pode furar. Se eles vão furar a fossa eles falam que não pode. Aí até hoje eles não colocaram. Só que nós cobramos, mas não dá em nada não. Eu nem gosto de ir nessa reunião.*

Eu: *Mas você conversa com Beatriz* [funcionária da Anglo American] *quando ela vem aqui?*

Nayara: *Já falei com ela, já. Tio Zé Lúcio já falou, pai já falou, Cida já falou. Mas não resolveu nada. Que nós usa a água de pai. Aí quando – se eu tiver lavando roupa, Marileide tiver lavando roupa e Isabelle tiver lavando nenhuma*

faz nada. Porque a água tá muito pouco. Aí não dá nem pra lavar. Aí tem que ser um dia que uma não tá lavando pra outra lavar. (...)

Falou que ia fazer banheiro pra nós, falou que ia fazer fossa e até hoje. Aí Neguim falou que não vai esperar eles mais não. Ele mesmo vai furar fossa dele. (...) Porque nós vai fazer 3 anos já, esperando a fossa deles e eles não vem fazer.

Sua resposta mostrou que não criticava os outros moradores por sempre abordarem a questão da água nas reuniões: esse era, de fato, o tema crítico. A perda do rio e a instalação do sistema de abastecimento pela Anglo American afeta a própria possibilidade dos herdeiros permanecerem no lugar e constituírem suas famílias dentro da comunidade. Altera, potanto, o "horizonte de gerações", ou seja, a "manutenção da família e do seu patrimônio através das gerações" (OLIVEIRA, 2008).

O relato de Nayara mostra ainda que o diálogo entre os atingidos e empresa se mostra falho e meramente formal: as demandas se prolongam por três anos, sem que o retorno da empresa seja satisfatório. Nesse contexto, a credibilidade da Anglo American perante os moradores diminui e as esperanças de que seus problemas serão resolvidos se evadem. Ainda assim, em suas publicações a empresa reproduz um discurso de transparência e desenvolvimento local, invisibilizando a situação dos atingidos.

3.3. Diálogo (ou a falta dele)

"Diálogo" é o título de uma série de publicações feitas pela Anglo American para informar a população local sobre o andamento do empreendimento e dos programas realizados nas comunidades. São cadernos informativos, em formato de revista, distribuídos para as populações nos municípios onde a empresa opera. Em Água Quente, os moradores tinham pouco acesso à revista, tendo as crianças recebido algumas de seus volumes nas escolas. A primeira edição do caderno "Diálogo – Mina e Beneficiamento"[8] foi publicada em março de 2009 e o seu editorial define a publicação como

> um canal de conversa com os moradores que desejam conhecer a Anglo Ferrous[9]. Teremos o máximo prazer de mostrar como nos relacionamos com as

[8] Há também cadernos "Diálogo Mineroduto" e "Diálogo Mineroduto e Porto" e "Diálogo Linha de Transmissão". Disponíveis em: http://www.angloamerican.com.br/media/publicacoes/minerio-de-ferro/programas-de-radio-mina-e-beneficiamento.aspx?sc_lang=pt-PT . Acesso em 21/10/2014.

[9] Denominação da empresa, em 2009.

> comunidades e que retorno elas recebem da mineração (ANGLO AMERICAN, 2009).

No entanto, não foram as falas de Nayara, José Lúcio e Viviane que apareceram nos cadernos "Diálogo" sobre a comunidade. Dentre os 21 números publicados, entre março de 2009 e julho de 2013, apenas *dois* mencionam Água Quente. Se o objetivo da publicação era mostrar o retorno que as comunidades recebem da mineração, houve uma seleção de qual "retorno" seria divulgado. Muitos dos cadernos trazem jovens uniformizados dos núcleos urbanos de Conceição do Mato Dentro, Alvorada de Minas e Dom Joaquim e seus relatos sobre a criação de empregos na região. No entanto, a situação das famílias que residem nas proximidades do empreendimento, das comunidades que tradicionalmente ocupavam aquele território é reiteradamente invisibilizada.

O primeiro caderno publicado após a instalação do sistema de abastecimento de água em Água Quente foi o de número 10, referente aos meses de março, abril e maio de 2011, intitulado: "Parceria que gera resultado – Anglo American dá continuidade a seus Programas e cumpre Licenciamento Ambiental". O editorial, com o título de "Trabalho em Conjunto" era seguido do texto "Nosso compromisso com a sociedade":

> Em todos os seus empreendimentos, a Anglo American propõe um diálogo franco e permanente com as pessoas. Nossas atividades movimentam a economia e geram benefícios para a sociedade, porque são conduzidas de forma integrada e participativa (ANGLO AMERICAN, 2011, p. 3).

Já no 14º número do caderno "Diálogo Mina e Beneficiamento", referente aos meses de janeiro e fevereiro de 2012, Água Quente é pela primeira vez mencionada. A primeira matéria da edição anuncia: "Comunicação olho no olho" – "Anglo American retoma reuniões com comunidades em Conceição do Mato Dentro", em referência aos encontros também mencionados por Nayara e outros moradores durante meus trabalhos de campo. Há uma foto de um dos fóruns, realizado em Água Quente, no qual foram discutidas "soluções", conforme título da matéria, para problemas não mencionados em qualquer edição anterior da publicação:

> A repercussão positiva do encontro chegou rapidamente às redes sociais (...). Para Wesliane Lima (Lili CMD), do Grupo Conceição Pede Socorro, o fórum foi uma oportunidade de estabelecer um canal entre a Empresa e a comunidade. "Foi muito produtivo, as conversas saíram dos gabinetes e foram abertas à população. Ficamos cientes de muitas ações realizadas ou que estão em andamento", ressaltou.
>
> O tema sugerido para a próxima edição do Fórum é meio ambiente e turismo. Um segundo Fórum, realizado em 26 de janeiro, reuniu cerca de 70 moradores

> de Água Quente para discutir soluções para o abastecimento de água na comunidade (ANGLO AMERICAN, 2012, p. 3).

A fala de Nayara, assim como a de muitos outros com quem conversei, no entanto, contradiz ao que é publicado nos cadernos. Nada era resolvido nas reuniões; a empresa fazia promessas que nunca eram cumpridas; os problemas permaneciam por mais de ano – não havia, portanto, "diálogo real". A constatação de que o subalterno "não pode falar", no texto clássico de Gayatri Spivak (2010) diz respeito justamente à ausência do caráter dialógico na fala do sujeito subalterno, ou seja – ele não é de fato ouvido. As reuniões com os moradores, as constantes visitas dos funcionários à comunidade, a Rede de Acompanhamento Socioambiental (REASA)[10] acabaram se constituindo em canais de reprodução e reforço da condição subalterna daqueles que viam seu modo de vida alterado. Se ao falar do rio e lembrar dos momentos de lazer vividos ali Nayara sorria e se entusiasmava, as falas traziam o inconformismo apenas nas entrelinhas – o tom era de resignação. Afinal, três anos de espera haviam tirado qualquer confiança de que a empresa pudesse, de fato, cumprir com seus compromissos.

O final o caderno Diálogo Mina e Beneficiamento número 10 traz uma entrevista com o então diretor de Operações da Anglo American, que ressalta a transparência da empresa e a importância da atividade para o desenvolvimento regional:

> **Como a empresa vem estabelecendo seu relacionamento com as comunidades?**
>
> A forma encontrada para estabelecer esse relacionamento foi a transparência. É o melhor caminho. O início do projeto foi um pouco difícil. Elaboramos o estudo de impacto ambiental do empreendimento e, antes de dar entrada oficial nos órgãos governamentais, submetemos o estudo para avaliação da sociedade. Isso significou um ano de atraso no início do projeto, mas foi muito benéfico para o empreendimento como um todo. Quando a sociedade aceita discutir, é porque ela realmente reconhece a importância da mineração para o desenvolvimento regional (ANGLO AMERICAN, 2011, p. 24).

Segundo o caderno, portanto, os encontros tiveram uma repercussão positiva. A fala selecionada para comentar o fórum menciona um encontro produtivo, com conversas abertas à população. Novamente, percebe-se uma imensa contradição entre o que a empresa registra e divulga e o que as comunidades de fato vivem. A breve menção ao encontro realizado em Água Quente se refere a discussões acerca de soluções para o abastecimento de água na comunidade. Não são feitas explicações quaisquer sobre o porquê da comunidade necessitar de abastecimento. Assim, cria-se uma imagem

[10] Os alcances e limites da REASA enquanto instância de resolução de conflitos decorrentes do empreendimento Minas-Rio foram discutidos por Prates (2014).

inverídica sobre a relação estabelecida entre a empresa e as comunidades prejudicadas pelo projeto. O diálogo pretendido pela empresa não se concretiza nos encontros com os moradores e, além de suprimir informações sobre problemas e danos decorrentes do projeto, um dos seus canais de comunicação afirma o oposto, veiculando a idéia de que a empresa é aberta e transparente.

O sistema de abastecimento foi feito após inúmeras denúncias dos atingidos nas reuniões da Unidade Regional Colegiada do Jequitinhonha, órgão deliberativo responsável pelo licenciamento da mina e suas estruturas adjacentes do projeto Minas-Rio. Assim, na 49ª reunião da URC Jequitinhonha, realizada em dezembro de 2010, a Licença de Instalação – Fase II do empreendimento foi aprovada com 107 condicionantes. Destaca-se a condicionante de número 87, conforme registrado na ata da reunião mencionada:

> Apresentar complementação do cadastro sócio-econômico da comunidade de Água Quente, contendo diagnóstico de usos d'água prejudicados ou potencialmente prejudicados pelo empreendimento, bem como propostas para solução efetiva de abastecimento regular e retomada dos *usos tradicionalmente desenvolvidos* (SEMAD, 2010, grifos acrescidos).

A "solução efetiva de abastecimento regular e retomada dos usos tradicionalmente desenvolvidos" se tornou, portanto, uma condicionante para que o empreendimento pudesse continuar sendo instalado.

No entanto, o sistema instalado falhou em atender às suas necessidades, configurando descumprimento da condicionante exigida pelo órgão ambiental. Ao contrário do que o representante da empresa afirma no caderno Diálogo, as medidas tomadas não foram feitas de forma participativa, ou seja, incorporando a perspectiva e os saberes daqueles que mais seriam afetados por elas. Ao contrário, foram impostas soluções de base "urbana, técnica e científica – em consonância com a modernização ecológica, a qual tem como ponto de partida não um ambiente habitado, mas a paisagem como objeto de avaliação, gestão ou contemplação separado e exterior ao sujeito" (ZHOURI e OLIVEIRA, 2012, p. 208). De maneira cúmplice, os órgãos ambientais se recusaram a reconhecer a insuficiência da solução apresentada, concedendo as licenças necessárias ao empreendimento e legitimando a ideia de que a Anglo "cumpre o licenciamento", conforme divulga também em sua publicação. A desqualificação da fala dos atingidos, os sujeitos subalternizados na dinâmica do licenciamento, fez com que a situação precária do abastecimento de água se estendesse por vários meses, deixando-os novamente desamparados. No final de semana anterior à minha última visita à

comunidade os moradores haviam ficado novamente sem água. *Sem água*. Três anos após a instalação do sistema.

3.4. Produção e as perdas em cadeia

Os impactos sobre os recursos hídricos incidem diretamente sobre o sistema produtivo das famílias, uma vez que a impossibilidade de utilização do córrego prejudicou o plantio das hortas e o cuidado com a criação. Nos períodos de seca, as hortas precisam ser aguadas diariamente e era o rio que garantia a disponibilidade de água para que essa tarefa fosse assegurada. Da mesma forma, as águas do córrego eram utilizadas para a dessedentação dos animais. Vários moradores relataram que, em conseqüência da instalação do empreendimento minerário, seus animais se recusavam a beber as águas do rio. Muitos dos moradores foram prejudicados com a contaminação e morte de seus animais. Outros deixaram de comprar porcos para a engorda, uma vez que o cultivo suíno demanda também grandes volumes de água. A produção de quitandas também é intimamente ligada à disponibilidade hídrica.

Zhouri et al (2010) analisam o processo de perda das vazantes por comunidades rurais no município de Coronel Murta e Virgem da Lapa, na região do Médio Jequitinhonha. A produção das famílias era assegurada mesmo nos períodos de estiagem, com o plantio sendo realizado nas vazantes dos rios Salinas e Jequitinhonha. No entanto, a instalação da Usina Hidrelétrica de Irapé, a qual as comunidades se localizam a jusante, teve como conseqüência alterações nos regimes hidrológicos desses cursos d'água, inviabilizando o plantio nas vazantes. O trabalho etnográfico nas comunidades mostrou alterações no modo de vida das famílias semelhantes aos que vivenciam os moradores em Água Quente:

> A criação funciona como complemento alimentar na dieta das famílias e constitui uma reserva de valor, permitindo às mulheres a apuração de renda proveniente da alternatividade dos seus produtos. Nessa medida, a eliminação das vazantes impõe um quadro de privação, pois limita a terra disponível para trabalhar, extingue um domínio de lavoura que prescinde das chuvas, restringe os meios de produção e reflete a perda do controle sobre a força de trabalho familiar (ZHOURI et al, 2010, p. 40).

Os autores avaliam que, em decorrência do empreendimento, opera-se uma inversão: da fartura à privação. No contexto do médio Jequitinhonha, a dinâmica produtiva da economia familiar e a fluência das águas constituíam um panorama previsível devido ao engajamento histórico com o ambiente. Essa articulação era também parte das relações

estabelecidas em Água Quente, inviabilizada após o início das atividades da mineradora. Assim, os efeitos do empreendimento, também levam à "ruptura dessa articulação [que] desorganiza, por conseguinte, todo o sistema produtivo das famílias, resultando na ineficácia das tradicionais formas de gestão do seu patrimônio" (idem, p. 42). Nos dois contextos, aumenta-se a despesa das famílias e os gastos são multiplicados, privando as mulheres da possibilidade de realizar plantios.

O estudo das comunidades a jusante da barragem de Irapé é também relevante, pois explicita os limites do processo de licenciamento, uma vez que essas famílias não fazem parte dos programas de negociação ou compensação dos impactos do empreendimento. Conforme colocam os autores, na ótica da empresa e dos técnicos do sistema ambiental, a situação nas comunidades é a mesma que se passava antes da inserção da hidrelétrica, tendo essas condições anteriores sido restauradas. Essa lógica aparece também na trajetória de Água Quente, cujos problemas são desconsiderados após a instalação do sistema de abastecimento pela Anglo American. No contexto do médio Jequitinhonha, as famílias afirmam que

> trata-se de uma mudança de regime e não de um estado temporário, pois não há um retorno às condições iniciais de produção e trabalho que antecederam a intervenção do empreendimento. A paisagem com que agora se defrontam é completamente diversa, o que os leva a revisar compulsoriamente seu esquema de organização do trabalho familiar. No lugar do "horizonte de gerações", o que predomina nos relatos é a referência a um passado de abundância que não retorna, a um presente de privação e a um futuro indefinido (idem, p. 43).

Assim, os problemas vivenciados pelas famílias de Água Quente se inserem em um contexto mais amplo, que revela o *modus operandi* das empresas responsáveis pela expansão de setores como mineração e energia, assim como dos órgãos ambientais, que calcam suas análises em diretrizes gerais e homogeinizadoras da realidade social, baseadas no paradigma da adequação ambiental (ZHOURI, 2008).

O impacto sobre o sistema produtivo, portanto, é generalizado. A complementaridade entre essas atividades de produção é fundamental para a manutenção do sistema, garantindo a sua reprodução. A pequena criação de gado garante o esterco que é utilizado para plantar as hortas; muitos das folhas e legumes plantados na horta são utilizados para o trato de galinhas e porcos; a gordura do porco é utilizada primariamente no preparo da comida; a venda do porco após sua engorda permite a compra de alimentos não produzidos e sementes para o plantio das roças; as roças fornecem os alimentos base das refeições familiares, além de mantimentos também utilizados para o trato com as criações. Se uma dessas atividades é

inviabilizada, todas as outras são afetadas, o que aumenta as despesas da família consideravelmente e, consequentemente, a sua dependência do mercado. Assim, ao prejudicar atividades tradicionais de produção, o impacto sobre as águas compromete, em última instância, a própria autonomia dessas famílias.

Os processos desencadeados mostram que a falta de água afeta a vida em vários aspectos, como apontam Ribeiro e Galizoni (2003). Em primeiro lugar, compromete-se o regadio e o plantio de hortas, modificando a oferta e o consumo de alimentos e, consequentemente, a renda familiar. Os alimentos plantados, também no Jequitinhonha, serviam como fonte de renda e ocupação na estação sem chuvas. Além disso, os autores avaliam que a escassez do recurso leva à modificação de rotinas de trabalho da família, transformando instrumentos, jornadas e formas de trabalhar. Conforme avaliam, a instalação de serviços de abastecimento não compensa os efeitos sobre as comunidades, cujo "desejo é de tê-la de novo corrente". Esse desejo também transparece na fala de um dos moradores de Água Quente:

> *Antigamente aqui não tinha torneira, as pessoas eram acostumadas com água correndo o tempo todo na bica. Agora tiveram que aprender a fechar torneira.*

Operam-se, portanto, transformações nos significados mais básicos atribuídos ao recurso. Configura-se um quadro em que "a afluência e a 'fartura' são agora substituídas pelas perdas que se multiplicam, pela restrição da produção e do trabalho" (ZHOURI et al, 2010, p. 41).

Em todos os meus encontros com José Lúcio ele abordou o problema da água na comunidade. No entanto, muitos moradores apresentam uma narrativa mais conformada com a situação. Para Ribeiro e Galizoni (2003), "mesmo nas situações de escassez, a água dificilmente ganha destaque [nas falas], pois quando a ausência é freqüente ela se incorpora às rotinas e às práticas" (p. 131). Assim, apesar de lamentarem as perdas e afirmarem que muito piorou com os danos causados ao rio, as memórias dolorosas de um passado mais longínquo pareciam amenizar as dificuldades do presente. Aqueles que tinham melhores condições de vida tinham suas contestações aos problemas do momento contestadas. Moradores que frequentemente faziam reclamações à empresa, que contestavam suas promessas e reiteravam exigências foram, em várias conversas informais, chamados de "reclamões" ou interesseiros. Questionavam, por exemplo, as denúncias sobre o assoreamento e contaminação do córrego feitas por um morador da região, cujos filhos trabalhavam na empresa. "Ora, seus filhos estão muito bem

empregados e ele fica reclamando!”. Reproduzia-se, assim, um discurso maniqueísta impulsionado pela própria empresa e os órgãos ambientais: ou se é contra ou a favor da mineração. Essa operação simplista tem uma eficácia evidente no silenciamento das comunidades afetadas pelo projeto. Se as pessoas querem trabalhos e a mineração gera empregos, ela é uma atividade inerentemente benéfica, a despeito dos possíveis prejuízos que possa causar. Da mesma forma, de uma forma individualizada, se alguém se beneficia, direta ou indiretamente, pela chegada do empreendimento, logo não se está apto a fazer críticas ou apontar irregularidades do projeto.

Água Quente, como um todo, passou a ser alvo dessa lógica. Com a instalação do sistema de abastecimento de água e de banheiros e fossas sépticas nas casas, os moradores se tornaram beneficiários das ações da empresa. Aos olhos estrangeiros dos técnicos urbanos, a Anglo havia, novamente, cumprindo com responsabilidade o seu papel de promover o desenvolvimento local: famílias que antes nem banheiro tinham, agora têm, graças à empresa! Durante uma das entrevistas conduzidas em julho de 2013, um morador da região avaliou a situação:

> *O pessoal de Água Quente foi muito ‘bobo’ de ter aceitado aqueles banheiros, todo mundo fala. Agora eles perderam o direito deles, se eu tivesse aceitado o tanque de água limpa para meus bois beber, eu tinha perdido o direito de pedir que limpassem a água do Rio.*

Também durante as entrevistas de 2013, uma moradora de Água Quente comentou que “não estava a fim da firma”. Para ela, se ficassem aceitando coisas da empresa, depois “poderia ser tarde demais, porque a firma compra na conversa”. Ao se verem “encurralados” (SANTOS, 2014), os moradores da comunidade tiveram que aceitar o sistema oferecido pela empresa. No entanto, na visão de muitos, perderam o direito de contestar medidas que de fato resolvessem o seu problema. Qualquer denúncia de que as condições de vida continuavam precárias, de que o sistema se mostrava insuficiente, de que a insegurança perturbava o cotidiano foram jogadas para escanteio – eram oportunistas querendo sempre mais. E a lógica era perpetuada dentro da própria comunidade – quem estava “bem” não podia reclamar. Como conseqüência, conflitos entre parentes e vizinhos se perpetuavam.

3.5. Inseguranças: vivendo à sombra da barragem

Os problemas relacionados à água na comunidade, portanto, são inúmeros e se sobrepõem. A perda do principal lazer e de um lugar central na memória dos moradores; a dependência externa e novos problemas decorrentes da instalação do sistema de abastecimento; a insuficiência do recurso para execução de tarefas tradicionais e a possibilidade de passarem vários dias completamente sem água fazem parte desse panorama. José Lúcio expressa a sua preocupação e pessimismo em relação ao futuro:

> **José Lúcio:** *E vai ficar bem pra pior. Nós aqui não tem melhora mais não (...) Nós não tem esperança de mais nada mais não. Eu mesmo não tenho não, só os outros que tem. Outro dia mesmo tinha uma menina aqui conversando comigo sobre a água faltando pra nós aqui. Eu falei: que engraçado, menina, ocês, até o final do mês, cês põem o do cês no bolso. Nós fica aqui sem água! Não sei quantas vezes eu já falei sobre um negócio da troca de uns cano podre aí. Até hoje aí. Conversa com um, conversa com outro, nunca põe.*

Mas a água não era o único fator de desarticulação dos modos de vida nas comunidades ao entorno do empreendimento. À jusante da barragem de rejeitos, os moradores locais temem o seu rompimento, que teria conseqüências drásticas e imediatas. Os moradores comentam que bastariam 6 minutos após o rompimento para que a comunidade fosse atingida.

Ainda que funcionários da empresa afirmem que a estrutura é segura, as famílias são fortemente afetadas pelo medo - as luzes da barragem ocupam o topo da serra e, incorporada à paisagem local, a estrutura se faz presente a todo momento sobre a comunidade. O medo quanto à barragem foi expresso por inúmeros moradores. Nenhum parecia satisfeito com as explicações dadas pela empresa. Viviane contou que questionou um funcionário da empresa sobre o risco de rompimento da barragem, ao que responderam: “e você, pode me garantir que o telhado dessa garagem não vai cair?”. No entanto, a revista “Diálogo Mina e Beneficiamento” retrata uma outra realidade:

> Por meio do diálogo aberto, a Anglo American vem estabelecendo relacionamentos de confiança e construindo conhecimento em conjunto, melhorando assim o entendimento sobre suas atividades e seus respectivos impactos socioeconômicos”. Quem comenta é Luciana Teixeira, gerente de Comunicação Empresarial da Anglo American, que acredita na realização dos Fóruns com Comunidades como um momento de diálogo a respeito das atividades desenvolvidas no Projeto Minas-Rio (ANGLO AMERICAN, 2012b, p. 11).

Ao contrário do que traz a revista, as entrevistas em campo evidenciaram que pouco tinha sido esclarecido aos moradores sobre as implicações do empreendimento, as condições às quais teriam que se submeter ao permanecerem em suas comunidades e, obviamente, a ninguém havia sido dada a possibilidade de *não lidar* com esses problemas.

Conforme descreve Scott (2006), "em termos de vulnerabilidade, a clareza das ameaças imediatas à segurança cria tanto uma intensificação de preocupações, que já eram latentes, quanto introduz preocupações novas (p. 78). Configura-se um quadro de "insegurança administrada", ou seja, aquela decorrente da concretização de eventos inesperados ou inusitados (SCOTT, 2006). Assim, o medo quanto ao rompimento da barragem aparece com freqüência nas falas dos moradores, que convivem com as incertezas quanto à sua permanência no local. Além disso, problemas vividos em comunidades vizinhas rapidamente se transfiguram enquanto medo e incerteza aos moradores de outras comunidades, que temem que o mesmo possa ocorrer com eles a partir da expansão do empreendimento. Assim, Dona Leonora, filha de Saninha, mora no Teodoro, onde a água do rio é ainda limpa. No entanto, ela afirma que a "empesa vai caminhando ao redor da serra com o trabalho deles" e que, portanto, também o Teodoro será atingida. Sua perspectiva é de que a água que utiliza também será prejudicada. Da mesma forma, em uma das minhas visitas a Dona Maria das Graças, ela afirmou que teria que fazer um "puxadinho" para construir outro fogão de lenha na parte externa da casa. O fogão que utiliza fica dentro da cozinha e é responsável pelo aquecimento da água do banheiro através de sistema de serpentina. Ela conta:

> *Quando não tem água eu não posso cozinhar, se não os canos derretem. E já pensou cozinhar só no gás? Com tanta lenha para queimar? Quer dizer, muita lenha por enquanto, né. Porque a gente não sabe até quando eles vão deixar a gente pegar lenha. Que nem lá no Jassém...*

Os problemas vividos pelos moradores do Jassém, que viram o acesso à lenha reduzido com a compra de propriedades vizinhas pela Anglo American são temidos por Das Graças, que rejeita a perspectiva de cozinhar apenas no fogão a gás.

A insegurança também aparece nos relatos sobre as estradas e os alojamentos. O grande contingente de trabalhadores que foram à região para a instalação do empreendimento tem trazido transtornos e incômodos aos moradores de uma região antes, segundo eles, segura e tranqüila. Nivaldo e Pedrolina menciona medo do

acampamento que fica à beira da MG-010, Viviane comenta que as mulheres não podem ir mais sozinhas aos pontos de ônibus e que tem medo até de buscar lenha nas redondezas. As estradas são movimentadas e veículos credenciados da empresa circulam constantemente e existem vários relatos de acidentes nos locais. Tanto José Lúcio como Cida já sofreram acidentes, do qual questionam o não amparo da empresa e os prejuízos causados por não poder trabalhar devido às lesões.

No domingo anterior à minha ida a campo em janeiro de 2014, Marcinho, taxista da comunidade, voltava da cidade à noite, quando três homens bloquearam a estrada, forçando-o a parar. Segundo o seu relato, ele já levava um passageiro, mas foi coagido a transportar também os outros homens, que pareciam embriagados, voltando de um bar. Marcinho conta que os homens começaram a provocá-los, dando empurrões no motorista, pegando no volante, fazendo ameaças. Incomodado com a situação, mas também com receio de que algo grave pudesse acontecer, o taxista não reagiu. No entanto, no que avalia ter sido sua sorte, o passageiro que estava no táxi anteriormente, também trabalhador da empresa, foi quem "assumiu a briga" com os rapazes que entraram depois. Ele pediu para o taxista parar o carro e fez com que os três homens saíssem do veículo, terminando o trajeto a pé. Casos do tipo parecem recorrentes na região: trabalhadores bebem e fecham a pista para entrar em carros que passam à noite nas estradas. Em seu relato, ele compara a sensação constante de perigo, em contraste à tranqüilidade de antigamente.

Entre os mais jovens, prevalecem também as incertezas referentes ao futuro e à permanência dos empregos propiciados pela mineradora. Mesmo aqueles que trabalham na empresa, como Leandro e Cida, mencionam problemas e dificuldades em relação às oportunidades trazidas pela empresa. É importante ressaltar que a geração de empregos é um dos principais elementos utilizados no discurso da Anglo American para conquistar o apoio ao empreendimento pelos moradores da região. Os cadernos "Diálogo" da empresa ressaltam a prioridade dada pela empresa em contratação de mão de obra local, os cursos oferecidos para os moradores de Conceição do Mato Dentro, Alvorada de Minas e Dom Joaquim e as oportunidades criadas em uma região de poucos investimentos. Como destaca Bacelar (2014) em seu estudo sobre os efeitos do empreendimento Minas-Rio para os jovens da região:

> A ampliação da oferta de emprego formal, o surgimento de cursos técnicos, a ampliação de serviços, são aspectos que denotam a modernização da região. Tal processo é percebido como algo positivo para grande parte da população

> local, pois representam respostas para demandas dessa mesma população. A perspectiva de uma reversão da prática de migração dos jovens do MatoDentro para os grandes centros metropolitanos, por exemplo, é um dos grandes trunfos da empresa (BACELAR, 2014, p. 153).

No entanto, as valorações dadas às vagas de emprego disponibilizadas pela Anglo podem ser analisadas a partir da relação histórica entre os moradores das comunidades e os proprietários de terra da região. São os descendentes dos donos de fazendas como a Cachoeira, Empoeira e Estiva que se tornaram proprietários das terras ao redor de Água Quente e, com o passar do tempo, as relações de dominação e dependência foram reproduzidas. Os filhos, netos e sobrinhos de Saninha trabalham nas terras das fazendas, plantando roças em regimes compartilhados ou como vaqueiros e agregados. Um dos sobrinhos de José Lúcio saiu para trabalhar aos nove anos como ajudante de vaqueiro, exercendo o trabalho por mais de 10 anos em diferentes fazendas da região. Seu tio Valdete faz o mesmo trabalho na fazenda Mumbaça e o primo Milton trabalha nas terras de Bartolomeu. Apesar de receberem remuneração, muitos desses trabalhos não possuem um vínculo empregatício legal – os vaqueiros não possuem carteira assinada e não se integram aos sindicatos.

Dessa forma, os postos de trabalho oferecidos pela mineradora aparecem como atrativos para os jovens da comunidade. Para Nivaldo, por exemplo, “trabalhar na firma é bem melhor do que ser vaqueiro, porque como vaqueiro eu trabalhava de domingo a domingo, sem carteira assinada, sem férias e sem folga”. As interações com os fazendeiros interferem diretamente no imaginário dos moradores das comunidades sobre a própria empresa, uma vez que fixam relações de subordinação que se tornam naturalizadas e servem de base para a construção da percepção sobre outras relações. Assim, todas as constatações sobre as relações estabelecidas com a empresa, passam pelo viés adquirido das relações históricas de subordinação e dependência entre fazendeiros e pequenos produtores. Ainda que as condições de trabalho nas empresas ligadas à mineração possam ser precárias, elas aparecem como possivelmente mais atrativas diante da dependência e vulnerabilidade desenvolvidas historicamente na região.

Além disso, para os moradores da zona rural, o acesso às chamadas “oportunidades” trazidas pela mineradora se fazem mais limitadas. Os moradores questionam a inviabilidade de se deslocarem aos locais de trabalho – a empresa não fornece carro para buscar os moradores. Os homens que trabalham na firma geralmente fazem o trajeto de moto. As mulheres, no entanto, que não dirigem o veículo, dependem

dos homens para levá-las e buscá-las ou não podem trabalhar. Marcílio, marido de Nayara, questiona a mineração como atividade realmente capaz de manter os empregos gerados desde que chegou a Conceição do Mato Dentro:

> *Amanhã, como vai ser? A firma vai tirar o minério e sair. Ninguém pensa nisso. Como vai ser? Os fazendeiros perdem seus trabalhadores e depois não vão aceitar de volta.*

Aos jovens, as preocupações e inseguranças se inclinam para as perspectivas quanto ao futuro. Marcílio procurava entender quais as garantias teria de que a Anglo American iria, de fato, melhorar a vida dos moradores. Menos preocupado com a barragem, ele estava também à sombra dela e do empreendimento como um todo, e demonstrava como as inseguranças eram vividas de forma generalizada tanto pelos mais velhos, quanto pelos mais jovens.

Os relatos de Marcílio, Viana, José Lúcio, Aparecida e Nayara revelam vivências invisibilizadas no processo de licenciamento do Projeto Minas-Rio e as múltiplas perdas trazidas pelo empreendimento. Todos esses processos apareceram de forma manifesta e complexa no encontro relatado a seguir. As histórias de Solange e Lenita demonstraram que "ser atingido" implica em perdas profundas e complexas, que não seguem os limites geográficos de um empreendimento e que dificilmente se medem pela noção abstrata de "impactos ambientais".

3.6. Solange e Lenita - a complexidade do ser atingido

Durante o nosso primeiro trabalho de campo em Água Quente, no qual conduzimos entrevistas com Geralda, Saninha, José Lúcio, Viviane e Leonora, buscamos compreender os elos familiares entre os moradores e as histórias dos primeiros moradores da comunidade. Através dos relatos, chegamos à conclusão de que Água Quente era formada por dois troncos familiares: os descendentes de Saninha, que moravam na parte mais alta do terreno, mais próxima à estrada que vinha da MG-010 e os descendentes de José Reis, que moravam na parte chamada de grota funda, mais próxima ao córrego Passa Sete. No entanto, percebi que os moradores da comunidade tinham ainda um terceiro grupo de parentes, que também moravam nas proximidades. Com Domigos Simões, Maria de Zé Pequeno teve a filha Geralda, que se casou com José Reis e criou sua família na parte baixa do terreno da Água Quente. Dentro do seu

casamento, no entanto, ela teve três filhos, que foram, portanto, irmãos de Geralda e tios de José Lúcio, Zé Vigia, Valdete, Lourdes e seus irmãos. Foi Dona Leonora quem primeiro me contou histórias de Durinha, Cheda e Piquitito e seus pais, empregados da fazenda Cachoeira. Segundo D. Leonora, Zé Pequeno era um homem negro, alto e forte, que teria sido escravo de Domigos Simões. Ela contou também que ele morreu com mais de 100 anos, enquanto trabalhava com enxada. Segundo a sua memória, Zé Pequeno teria morrido há aproximadamente 50 anos, ou seja, na primeira metade da década de 60. Assim, o seu nascimento remete ao ano de 1864, anterior à Lei do Ventre Livre. Joel, Samuel e Rafael, netos de Durinha e, portanto, bisnetos de Zé Pequeno, faziam visitas freqüentes à casa de Aparecida, que é madrinha do irmão mais velho. Demorei a entender a relação de parentesco entre eles e os outros moradores de Água Quente e não conseguia localizar muito bem onde moravam. Não estavam exatamente no terreno chamado que recebia o nome de Água Quente, mas estavam bastante próximos e participavam ativamente das redes de interação da comunidade.

Assim, durante o período da minha segunda estadia na casa de Aparecida, pretendia visitá-los e ouvir também um pouco de suas histórias. No terceiro dia, fiz um planejamento geral de pessoas-chave com as quais queria gravar entrevistas e perguntar sobre temas específicos, como os usos e lembranças do rio, as relações com Anglo American e o contato com os produtos dos programas de comunicação social da empresa. Como a minha presença já era reconhecida pela maior parte da comunidade, passei a visitar as casas sem precisar estar acompanhada por Aparecida ou Mateus. Já havia conversado com a maioria das pessoas, que, ao me verem, cumprimentavam-me cordialmente, convidando-me a entrar em suas casas e tomar café. Para ir às casas dos filhos e netos de Durinha, no entanto, precisaria de alguém que me acompanhasse. Aparecida passaria as próximas manhãs e tardes trabalhando na casa de Flávia e Bartolomeu e, com o trabalho acumulado em sua própria casa, ficaria difícil para ela me acompanhar. Decidimos, assim, que na sexta-feira, pela manhã, Mateus iria comigo na casa de Chico de Mujico e seus irmãos. Aparecida disse que ele não se importaria, uma vez que haviam muitas crianças lá com as quais ele poderia brincar.

Naquele dia, pela manhã, Mateus e Aparecida tiveram um pequeno desentendimento. Por volta das nove horas, enquanto conversava comigo, ela realizava a limpeza da cozinha, passando pano sobre o fogão, a mesa e o banco, com o auxílio de um balde com água. Ao final do procedimento, o balde estava com a água acinzentada e

Aparecida foi esvaziá-lo jogando-a pela janela. Entretanto, ao fazê-lo, ouviu um grito do lado de fora. Mateus estava no quintal, logo abaixo da janela, e a água havia sido jogada em cima dele! Conversando comigo, Aparecida estava distraída, e não havia olhado para fora no momento em que esvaziou o balde. A situação foi engraçada e o dia já estava quente, de modo que a roupa de Mateus secaria rapidamente. Mas o menino, com razão, mostrou-se irritado, reclamando e lamentando a situação. Assim, quando Aparecida pediu que ele me acompanhasse até a casa de Chico, Elenita e Aílton, ele disse que não o faria pela estrada principal – mas sim pelo atalho. Era uma maneira de desafiar as ordens da mãe, numa tentativa de compensar a água jogada sobre ele. Não sabiam se a trilha estaria muito fechada e, nessa época, seria certo que pegaríamos muitos carrapatos. Aparecida insistia que fôssemos pela estrada para evitar os carrapatos, mas também, precisamente por saber que o filho tem medo de animais da mata. Ainda que fosse ele o mais temeroso a ir pelo atalho, ele fazia um esforço para se mostrar sua decisão de ir pelo atalho como um desafio à mãe, embora mantivesse a habitual postura gentil comigo.

E assim fomos, pelo atalho, ou seja, através de uma trilha em meio à mata, pela qual só se atravessaria à pé. Incerto da situação da trilha, Mateus levou uma foice, com a qual ia cortando galhos e ramos que se projetavam para dentro da estrada, limpando o caminho. Sua habilidade ao manejar a grande e pesada ferramenta me impressionava e fazíamos um grande esforço para evitar o contato com moitas e folhas que pudessem conter carrapatos.

Figura 31 - Mateus no caminho à casa de Chico de Mujico, jul. 2014.

Caminhamos por aproximadamente 20 minutos. Ao final, a trilha se encontrava com a estrada principal, onde vimos caminhonetes da Anglo passarem. Dali, estávamos a poucos passos de distância de uma porteira, fechada. Era possível ver um mandiocal plantado e algumas casas à frente. O lugarejo não tinha um nome, contou Mateus. Outros me disseram que ali era também Água Quente. Mateus me alertou para o grande número de cachorros na propriedade, muitos bravos. Assim, ele chamou o nome dos moradores para que pudéssemos entrar em segurança.

Dona Lenita foi quem veio nos receber. Não a conhecia e me apresentei rapidamente. Como de costume, disse que era de Belo Horizonte, que estudava na universidade e que estava passando alguns dias na casa de Aparecida. Contei que estava fazendo um trabalho sobre a vida em Água Quente e, desculpando-me pelo incômodo e por estar tomando o seu tempo, perguntei se podíamos conversar. Ao entrar na propriedade, os cachorros nos acompanhavam e latiam fortemente, fazendo com que Mateus e eu ainda estivéssemos assustados. Dona Lenita nos assegurava que não fariam nada.

O lugarejo era formado por quatro casas, mais simples e menores do que as que eu conhecia em Água Quente. O quintal partilhado contava com árvores frutíferas diversas, cana, mandioca e outras pequenas culturas. Além dos cachorros, gatos e galinhas circulavam no terreiro. O rádio tocava uma música em alto volume em uma das casas. Solange, mais nova do que Lenita, também apareceu e me cumprimentou. Ela se sentou próxima a uma bica de água com a louça para lavá-la. Algumas crianças também estavam ali e Mateus rapidamente se juntou a eles para brincar.

Dona Lenita me conduziu até a sua casa. O primeiro cômodo era uma sala pequena, com dois sofás e uma cômoda com televisão. O som alto vinha de sua casa e a música continuou tocando enquanto ficamos ali. Expliquei novamente quem eu era e o que era o trabalho que fazia. Como sempre, tive o cuidado de explicitar que não tinha relações com a empresa, ou com o Ministério Público ou outros pesquisadores que estiveram ali anteriormente. Ela permitiu que eu gravasse nossa conversa em sua sala. Conversamos brevemente sobre sua família e a de seu marido, sobre os tempos de antigamente, problemas com a água e relações com a empresa. Após a “entrevista”, pedi desculpas por estar ocupando o seu tempo, fomos para o quintal, onde ela se sentou de frente para Solange, que ainda estava lavando pratos e copos. Entre as duas, uma mangueira fina jogava água em uma caixa, que Lenita também passou a utilizar para

lavar as roupas que havia trazido para fora. Sentei-me entre as duas e continuamos conversando. Durante a conversa, Mateus e as outras crianças circulavam, brincando e pega, cortando e chupando cana, correndo pelo quintal. Foi ali que todos os problemas, os prejuízos e as inseguranças trazidos pela chegada da mineração na região pareceram se materializar de maneira mais evidente e complexa. De certa forma, todos os "impactos" do empreendimento minerário pareciam se entrelaçar ali, traduzidos nas falas de Elenita e Solange. Os impactos causados à água, com suas inúmeras formas e conseqüências, a desterritorialização, a fragmentação de famílias, as precárias medidas de compensação que acabavam gerando novos problemas, os medos trazidos por estarem abaixo de uma barragem de contenção de rejeitos, as dificuldades em se comunicar com a empresa, a diminuição da produção.

Processos desencadeados concomitantemente, operando em conjunto de modo a fragilizar famílias que ocupam o território de maneira tradicional e estabelecem relações específicas com o meio ambiente, mantendo fortes laços de parentesco.

O início da minha conversa com Dona Lenita, além de exemplificar o modo como eu tentava explicar o meu lugar de fala, deixa latente a urgência de falar sobre a água e os problemas decorrentes de sua falta:

> **Eu:** *Eu sou lá de Belo Horizonte. É que os estudos que eu faço é os estudos de conhecer os lugares diferentes, a vida. Aí eu fico seguindo a Aparecida pra cima e pra baixo, sabe? Aí ela fica me mostrando a horta dela, mostra as criação, mostra como é que é. E aí eu vou aprendendo. Porque lá na cidade é tudo diferente, né?*
>
> **D. Lenita:** *É, lá é. Aqui só a gente não tem é o porco, né? Cachorro é o que mais tem (risos).*
>
> **Eu:** *Cachorro não ta faltando, né?*
>
> **D. Lenita:** *Não tá faltando, não. Cachorro todo mundo tem. É porque a gente não tem a água, né.*
>
> **Eu:** *Ahh.*
>
> **D. Lenita:** *Não tem a água, então não tem a horta.*
>
> *Mas isso é porque aqui não passa o córrego?*
>
> **D. Lenita:** *É, passa o córrego, mas o córrego vem sujo, né.*
>
> **Eu:** *Ahh.*

D. Lenita: *Da empresa lá, né. Mas, como a água é pouca, a gente não planta horta. O menino fez uma vez lá no retiro, mas agora o tempo da horta passou. Deu pra plantar um pezinho de couve, de cebola. Porque a gente sem água não tem como, né.*

Eu: *Ah, então o córrego passa aqui, mas só que a firma...*

D. Lenita: *A firma tá, né, por cima das água, né. Aí não tem como.*

A presença da firma é associada a duas conseqüências diretas sobre as águas: a diminuição das nascentes e o assoreamento e poluição dos córregos. A impossibilidade de utilização das águas do córrego Pereira, que corre nas proximidades da casa de Dona Lenita impede que ampliem a criação e que façam o plantio tradicional das hortas. Mais tarde, Solange também comenta não poder mais plantar hortas pela falta de água, lamentando: "Eu gostava de plantar uma horta, menina". Essas falas carregam mais tristeza do que indignação. Solange e Elenita apresentavam um semblante triste e pareciam ter urgência em apontar todas as questões que afetavam de maneira direta a reprodução do seu modo de vida. No entanto, falavam de maneira pouco enfática, em um tom contido, quase como se quisessem deixar a sua indignação e a gravidade da sua situação apenas nas entrelinhas. Ainda assim, o quadro daquelas famílias me pareceu emblemático e a sua realidade crítica.

A falta de água era realmente o problema central ali. Solange e Lenita me contaram que, há poucos anos, contavam com água em abundância das nascentes. Tinha mais de uma bica de água disponível para as famílias do local. Hoje todas as casas tinham que compartilhar a água de uma mesma nascente, que corria em pouquíssima quantidade. Todas as atividades domésticas tinham que ser reguladas entre as casas, de modo que se uma delas lavava roupa pela manhã, não haveria água para a outra fazê-lo pela tarde, por exemplo. Logo pela manhã, tinham que encher uma grande caixa de água para ser utilizada nas tarefas do dia. Caso contrário, também acabariam ficando sem água.

Esses problemas foram agravados com a impossibilidade de utilizar o córrego Pereira. Fazia parte da rotina das famílias lavar as roupas e tomar banho no rio – cujas águas eram tão limpas que podiam até ser utilizadas diretamente para beber. Solange fez questão de me contar que "adorava plantar uma horta" – a perda dessa tarefa tinha certamente um significado profundo no seu cotidiano. O trabalho possui um valor central na ética local e não foram poucas as mulheres em Água Quente ou no Teodoro

que exibiram suas hortas para mim com satisfação e orgulho. Foi o oposto que Solange e Lenita demonstraram quando apontaram a parte do terreno, cercada, onde costumavam ter sua horta, hoje coberto de mato.

> **Eu:** *A água que cês usa aqui é de nascente?*
>
> **D. Lenita:** *Ela secou, no brejo não tem água, né? Tinha água, muita água aqui num tempo, minha fia. Aqui tinha água demais. Ce ia na bica com um pouquinho de roupa, com pouco tava tudo esfregada. Hoje qualquer um fiapinho de roupa a gente fica com ela o dia inteiro.*
>
> **Eu:** *Agora lavar roupa é ali no tanquinho?*
>
> **D. Lenita:** *É uma caixa né. Nós põe uma caixa.A gente esfrega numa pedra né.*
>
> *A senhora gostava de lavar mais lá no rio?*
>
> **D. Lenita:** *É, nós gostava mais era do rio que a água era maior né. Era mais grande. Num instantinho a gente esfregava lá, já trazia tudo de lá.*
>
> **Eu:** *Mas em tempo de frio não ficava muito frio, não?*
>
> **D. Lenita:** *Não ficava não, que a gente ficava na beira do rio, né? É minha filha, esfregava lá e quando já tava assim de lá a gente trazia enxuta.*

Muitas das minhas perguntas revelam uma ingenuidade em relação ao modo de vida nas comunidades da região e preconceitos de quem nasceu e cresceu no meio urbano, utilizando água tratada de torneiras e chuveiros como formas primárias para sua utilização. Para quem está inserido no universo cultural das cidades, lavar roupas no rio pode parecer um incômodo maior do que utilizar a água de uma torneira mais próxima de casa. Da mesma forma, a preocupação em não se molhar e em se manter aquecido fazia com que eu visse com estranheza o que para D. Lenita era tão natural.

A situação crítica das famílias, a preocupação com o futuro, as dificuldades de fazerem com que a Anglo se responsabilize pelos problemas trazidos aparece na continuação da conversa:

> **D. Lenita:** *Vai indo né, menina. Acaba tudo, né. Procê vê. Lá vai acabando os pouco o pouco né. Acaba tudo. É difícil. (silêncio) E cada vez vai ficando pior, né? Porque não vai consertar mais mesmo, né? É, não conserta mais, vai ficar só no que tá mesmo. Por que a gente já pediu: a água! Eles não vai por ela pra nós mais mesmo. Não tem condição nem né. Fazer o quê*
>
> **Eu:** *Então toda vida que a senhora morava aqui ia ali embaixo, lavava roupa ali... Aquela água podia até beber?*

D. Lenita: *Podia, minha filha! Era água limpa. Era água limpa... Hoje, ó! Tsc. Uma criança passa nela e não molha nem o pé. É, minha filha. A água dos rios tá difícil.*

Dona Lenita transmitia uma tristeza profunda ao dar o seu parecer: "não conserta mais, vai ficar só no que tá mesmo". A situação deles já era conhecida pela empresa, a pessoa recém contratada pela Anglo American para estabelecer o contato com as comunidades, por ser moradora da região, continuava não resolvendo os problemas graves vividos pelas famílias. Ela parecia não saber mais a quem recorrer ou como fazer para resolver as dificuldades de sua família. De certa forma, parecia que me contava sua situação numa última tentativa de que sua história se repercutisse e que seu caso fosse solucionado. Ainda que repetisse palavras de resignação, ainda que apresentasse um semblante frágil, D. Lenita não estava nada conformada com a sua situação. Provavelmente repetia essas palavras a todos aqueles "de fora" que chegavam ali em uma manifestação constante de inconformidade com aquela situação.

A Anglo American chegou a reconhecer o problema no local, construindo banheiro também naquelas casas, assim como fossas sépticas. Para auxiliar no abastecimento, instalaram uma bomba que levava a água da nascente a uma caixa d'água. Nenhuma dessas medidas pareceu resolver efetivamente o problema daquelas famílias:

Eu: *Mas aí a firma ajuda ocês com alguma coisa?*

D. Lenita: *Ajuda não. É, ajudou, né. Ajudou um pouquinho. Fez o banheiro. Colocou bomba dentro de uma caixa. Água sai e vai pro banheiro. Alguma coisa, né. Como diz a gente, não pode reclamar muito também, não né? (risos)*

Eu: *E a senhora gosta desse banheiro que eles fizeram?*

D. Lenita: *Ah! Mais ou menos, né! Porque... Que a gente mesmo que gostar fazer o da gente que a gente fazia o gosto da gente, né. A gente fazia o gosto da gente, né? E sendo de Deus, fazer o que, né? (...) Se essa água terminar de secar como é que nós arruma? Como é que vai fazer? [Pegamos água] da nascente. Pega da nascente. E pouca viu. Tem dia que manhece, tem dia que não manhece! Tem que parar pra poder encher o poço pra poder sair um pouquinho de água se não a gente fica sem ela. É porque a gente pensa assim: agora vão ver mês de agosto o que que vai acontecer né. Se ela vai aumentar ou vai diminuir. Mais fácil ela diminuir, porque nós já não tem a água mesmo né. É minha filha, não tem água mesmo... (silêncio) Já teve tempo nós teve muita água, boba. A água era mais.*

Eu: *Mas em tempo de seca aí tinha pouca.*

D. Lenita: *Não, nunca secou. Nunca secou. Agora vamos ver de agora pra frente mesmo. Quando chegar agosto, tempo do calor mesmo. Que ela nunca secou, minha filha. Que era água mesmo, era bastante.*

A escassez de água é prejudicada pelo assoreamento e poluição do córrego. Tentei recuperar o início desse processo de inviabilização das águas do rio e compreender como era a comunicação entre a empresa e os moradores afetados pelas atividade de instalação do empreendimento.

Eu: *Quando não dava mais pra lavar roupa lá, a senhora sabia por que não dava, por que tava suja a água?*

D. Lenita *É, porque eles tavam em cima da água já, né?*

Já dava pra ver que eles tava lá...

D. Lenita *Já dava, né. Porque a água tinha dia que amanhecia toda vermelha, sujeira, né.*

Eu: *E era porque a firma já tava mexendo lá.*

D. Lenita *Ah, é. Já tava, já tava. Já tava mexendo. Depois eles veio aqui e tudo, mas eles já tavam colado lá na serra mesmo, né?*

A ligação entre a situação do Córrego Pereira e as atividades de mineração são evidentes aos moradores locais. A última fala de Lenita citada acima é interessante: a firma até foi até eles, mas de que adiantaria? Já estavam "colados na serra". As atividades poluidoras e degradantes continuariam independentes de qualquer diálogo estabelecido com as comunidades. E assim foi – os problemas de Dona Lenita e sua família estão sendo sentidos há quase seis anos.

Mas a água não era o único fator de desarticulação dos modos de vida nas comunidades ao entorno do empreendimento. A conversa com Elenita e Solange revelou as formas complexas com as quais as bases das territorialidades locais vão sendo desfeitas. Para a instalação do empreendimento foi necessário desapropriar dezenas de famílias que moravam nas comunidades de Ferrugem e Água Santa. Dona Lenita nasceu na Água Santa, também referida como "a Serra", e, portanto, muitos dos seus parentes foram reassentados pela Anglo. Suas narrativas exemplificam bem as limitações e implicações do enquadramento dos atingidos em categorias como "Área Diretamente Afetada", ADA, ou "Área de Influência", AI. Enquanto as comunidades de

Ferrugem e Água Santa foram consideradas como parte da “ADA”, seus moradores foram incluídos no cadastro oficial de atingidos da empresa e, consequentemente, como beneficiários do Plano de Negociação Fundiária. No entanto, o processo de reassentamento opera segundo matrizes liberais, baseadas na propriedade privada e em valorações materiais. No entanto, sabe-se que as comunidades que ocupam a região do empreendimento são formadas por populações tradicionais, que usam o território de maneira coletiva e fazem parte de um circuito de interações que perpassa toda a região. De modo que o direito sobre aquelas terras é de quem está ali, mas também de todos os parentes que, como demonstrado no caso de Água Quente, podem voltar e se estabelecer ali novamente. Assim, mesmo que tendo se casado há 25 anos e ido morar nas proximidades da Água Quente, Dona Lenita também teria direito a ser indenizada pela desapropriação da comunidade em que nasceu. E ela tinha consciência disso. Comentou comigo que não tinha recebido nada, mas que evitou lutar pelo seu direito para não gerar brigas na família. No entanto, ficou evidente que desentendimentos já haviam sido gerados com um de seus cunhados, que teria feito acusações a ela.

Além disso, toda uma rede de trocas materiais e simbólicas existente entre as comunidades da região foi desarticulada. Como reassentamento da família, que passou a morar numa região que ela chama de Molar, Dona Lenita perdeu o contato com seus parentes, entre eles, a sua própria mãe, com quem encontrava com freqüência quando morava em Água Santa.

D. Lenita: *Eu era lá da Água Santa, né. Casei e morei aqui.*

Eu: *É onde que a firma comprou lá.*

D. Lenita: *A minha mãe tá pro lado de Conceição ali, né.*

Eu: *Ela mora lá?*

D. Lenita: *Não, não. Ela mora em... É.. É que eu nunca fui lá depois que eles mudou também não, né. Ela mora em.. Como que aquele lugar chama, gente? Molar! Eles mora tudo no Molar, perto de Conceição. Eu nunca fui lá, não.*

Eu: *Tem muito tempo que eles mudaram?*

D. Lenita: *Ah, tem. Deve ter uns dois anos, dois anos e pouco.*

Eu: *E a mãe da senhora vem aqui ver a senhora?*

D. Lenita: *Vem não. Eles também não traz ela não né.*

Eu: *Mas quando ela morava ali na Água Santa a senhora encontrava com ela?*

D. Lenita: *Eu sempre ia lá. Quase todo domingo eu ia lá.*

Eu: *É mesmo?*

D. Lenita: *É. Hoje se tornou muito difícil, né. Porque pra ir tem que se pagar um carro, né. Eles não gosta de buscar a gente aqui mais, né. Aí eu não vou não. Difícil.*

Eu: *Ô gente... Que coisa!*

D. Lenita: *É, né fácil não, né.*

Eu: *Então a família da senhora é toda de lá.*

D. Lenita: *Toda de lá.*

O desentendimento com os parentes fica evidente quando diz que "eles não gostam de buscar a gente aqui mais". Esse tipo de processo de fragmentação familiar é tipicamente desencadeado por grandes empreendimentos, o que revela a complexidade dos impactos trazidos pela mineração.

De fato, a separação entre uma Área que seria Diretamente Afetada é apenas imaginária. As dinâmicas sociais entre as comunidades estão intimamente relacionadas, de modo que os lugares são interconectados por laços de parentesco, por trocas comerciais, em tradições religiosas. As comunidades não são auto-contidas e não estão separadas umas das outras. As denominações para as localidades são flexíveis e o que ora se considera Água Quente pode ser também chamado de Cachoeira, o que se conhece como Passa Sete pode também ser chamado como Gramichá. Além de visitar sua família com freqüência em Água Santa, os filhos e sobrinhos de Dona Lenita freqüentam a escola do Jassém; as compras são feitas lá ou em Itapanhoacanga e muitas de suas interações são feitas com os moradores da Água Quente, como demonstrado em um trecho da entrevista:

Eu: *Aqui é Água Quente ainda??*

D. Lenita: *Uai, nós tá pra cima do córrego da Água Quente, ficou sendo a mesma coisa que a Água Quente, né? Nós não sabe direito o que que é!*

Eu: *Mas cês vai muito lá pro córrego, lá?*

D. Lenita: *Vou, todo domingo eu vou lá, né.*

Eu: *Vai lá encontrar o pessoal.*

D. Lenita: *É, eu vou sempre na casa de comadre Aparecida, de Lodi. Vou na igreja lá em cima mesmo, né. Saninha... Pessoal lá de baixo né. Vou pra lá todo domingo.*

Da mesma forma, era na outra comunidade considerada atingida pelo empreendimento e, portanto, cujos moradores foram reassentados, Ferrugem, que os moradores de várias outras localidades ao redor levavam o milho colhido para fazer fubá. Aparecida, Leonora, Maria das Graças foram alguns dos que comentaram que, com a chegada do empreendimento, não podiam mais ir moer o milho na Serra, fazendo com que o fubá fosse mais um item a ser comprado pelas famílias. Esse relato também foi feito por Dona Lenita, após contar que sua família morava na Serra:

Eu: *Era lá [na serra] que levava milho pra moer?*

D. Lenita: *Era lá, minha filha. Tinha moinho, né. O Pedrinho tinha moinho. Hoje tem milho e tem que comprar fubá, porque hoje não tem moinho mais, né? Planta milho, mas dá a criação o milho, né, dá a galinha. É... E quando a gente vai no Jassém e leva um fiapinho, faz um fiapinho de fubá né. Mas não sendo assim não tem mais não, né. Acabou tudo.*

Eu: *E como que era aquele moinho de Pedrinho?*

D. Lenita: *Era moinho de pedra. Tinha uma caixa por cima, punha a caixa e moía, né? O fubá saía, né?*

Eu: *E esse fubá era como?*

D. Lenita: *Era fubá de pedra. Era bom demais, menina! Nó! Que a gente não gastava com fubá não! Punha no animal ou ia a pé. Eu tantos anos que eu levei fubá a pé, gente, milho, fazia fubá. (...) Nós mesmo moía, saía cedão levando milho. Chegava ainda dava tempo de fazer comida pros meninos pequenos ainda que ficava em casa. É minha filha. Era bom né? Hoje, cadê? Hoje não tem não, ué! Não tem jeito, colhe o milho, mas tem que comprar um fiapinho de fubá pra dar pras galinhas. Vai dar só farelo de farinha não tem condição não.*

Não existem fronteiras geográficas fixas e as comunidades existem em relação umas com as outras, de modo que o “deslocamento” de uma comunidade traz implicações diretas a todas as outras.

A água, a perda de direitos fundiários, a desintegração familiar, o fubá. Cada momento da conversa ia revelando as implicações cotidianas e concretas da mineração àquelas famílias. Sentada ao lado de fora com Dona Lenita e Solange, não mais gravando a conversa, outras questões eram ainda evidenciadas. Os problemas com os banheiros instalados pela Anglo não se limitavam a “não ser do jeito que queriam”,

como relatou Dona Lenita anteriormente. Ela contou depois que estavam com problemas na fossa feita pela firma. O mau cheiro constante, a presença de insetos e outras evidências de mau funcionamento faziam a família de Chico e Lenita questionar se a fossa já estava cheia – na iminência de transbordar e trazer ainda mais transtornos. Ela disse ter levantado esses questionamentos aos técnicos da Anglo, mas suas preocupações eram sempre negligenciadas. As deficiências na comunicação entre os técnicos da empresa e os moradores ficaram evidentes na pergunta aflita de Dona Lenita a mim: "Eles fala que é um ano pra [fossa] encher – é verdade?". Respondi insatisfeita que eu não saberia dizer, enquanto Lenita explicava que ela e seu marido desconfiavam de que a capacidade da fossa era de poucos meses. A questão parecia lhe trazer uma grande preocupação e a fossa, que deveria ter sido instalada para melhorar as condições de vida no local, acabava sendo uma fonte de novos transtornos e incertezas.

A pergunta de Dona Lenita mostrava também que eu transparecia ter um capital técnico capaz de esclarecer as questões que lhe afligiam, além de evidenciar a dificuldade dos moradores de encontrar espaços de diálogo abertos com a empresa. Lenita e Solange me contaram que a nova funcionária da Anglo, moradora da região, havia estado ali com um outro trabalhador da empresa naquele mesmo mês. Em relação aos problemas com a água, contaram que os funcionários "falam que nós conta mentira, que tem água". Também disseram que "eles só vem aqui na hora que tá chovendo", o que mostra o descaso da empresa em conhecer efetivamente os problemas nas comunidades. Ainda sobre as fossas, além de negligenciarem os problemas relatados e suas dúvidas, Solange e Lenita contaram que a funcionária da Anglo adverte que "é crima olhar as fossas". São feitas ameaças aos moradores que, além de terem que conviver com transtornos do sistema instalado pela empresa, não têm suas dúvidas devidamente esclarecidas e são acuados a aceitar a situação à qual estão submetidos.

Havia um desespero, ainda que discreto, em sua fala. Em inúmeras questões e dificuldades jogadas para mim, um alguém "de fora", com acesso aos estudos e, portanto, com alguma chance de ajudá-los. As inseguranças e incertezas pareciam permear todas as falas de Lenita e Solange. O medo do rompimento da barragem de rejeitos também apareceu em nossa conversa. Solange me disse que tinha ficado sabendo que a barragem estava com uma rachadura. Pediram para que eu confirmasse a informação – algo que, novamente, não pude fazer. Mais uma vezes, elas evidenciavam que pouco tinha sido esclarecido aos moradores sobre as implicações do

empreendimento, as condições às quais teriam que se submeter ao permanecerem em suas comunidades e, obviamente, a ninguém havia sido dada a possibilidade de *não lidar* com esses problemas. Aos moradores fora da ADA, nada. Apenas nascentes secando, córregos poluídos, hortas não plantadas, fossas mal construídas e a beira da barragem. Impactos se entrelaçando de forma incomensurável, traduzidos nas falas tímidas, mas desoladas, de Solange e Lenita.

Figura 32 - Solange lavando a louça, jul. 2014.

Considerações Finais

A situação de D. Lenita, Solange e suas famílias me pareceu um ponto nodal, um lócus de encontro dos efeitos múltiplos e simultâneos de um empreendimento como o Minas-Rio em territórios de ocupação tradicional. Suas histórias foram também contadas por moradores do Teodoro, Jassém e Água Quente – apenas alguns exemplos de um universo de atingidos consideravelmente mais amplo, mas não identificado no processo de licenciamento ambiental. Elas transparecem a chegada abrupta de um ator abstrato, pulverizado, mas onipresente: "a firma". Uma chegada que vai, como disse dona Lenita, "os pouco os pouco", acabando com tudo. "Acabar com tudo" significa retirar as possibilidades de ser e fazer como se quer. Significa a imposição de uma lógica de mundo de forma absoluta e inescapável. Com os parentes longe, como manter os vínculos comunitários e as trocas cotidianas de solidariedade? Com a sombra de um imenso reservatório sobre suas casas, como manter a tranqüilidade necessária para a realização de qualquer tarefa? Com a destruição do rio, como manter um modo de vida que tem os recursos hídricos como elemento central?

Na perspectiva do lugar (ESCOBAR, 2001), as perdas vivenciadas pelos moradores de Água Quente desafiam as possibilidades de manutenção de um modo de vida ancorado em práticas costumeiras de transmissão do patrimônio, nos usos tradicionais da água, que tem o acesso autônomo aos recursos naturais como elemento central. A cultura se assenta no lugar e a ele estão ligadas noções de fronteiras, fundamentos e vínculos com práticas cotidianas. Portanto, fluxos globais não impedem o sentimento de enraizamento e o desejo de permanecer, mantendo a memória, a identidade e a vontade de criar raízes. Uma visão progressista do lugar não nega a sua abertura, mas o afirma enquanto lócus da vivência histórica, enquanto "espaços de reprodução social que conectam o passado ao presente, esferas de pertencimento que tornam possível a construção de identidades no presente e que projetam perspectivas futuras de autonomia" (ZHOURI e OLIVEIRA, 2010, p. 456). Assim, nas histórias de Lenita, Aparecida, Lourdes, Viviane, José Lúcio e de outros interlocutores contadas durante minhas visitas a Água Quente, revelam-se os vínculos com o lugar e as formas com as quais a memória se articula com as práticas do presente.

No entanto, a chegada do empreendimento Minas-Rio foi responsável por transformações no lugar, através de perdas materiais e simbólicas. Antes mesmo de saberem o que era Anglo American ou mineração, os moradores de Água Quente sofriam os efeitos da instalação empreendimento. A perda do córrego Passa Sete é possivelmente o maior impacto imputado a Água Quente e a razão pela qual a comunidade passou a ser central nas instâncias de negociação e luta por direitos. Com as atividades do empreendimento minerário, as águas do córrego se tornaram impróprias até mesmo para o banho, prejudicando uma simples, mas importante atividade – o lazer das crianças. A impossibilidade de lavar roupas no rio aumenta a demanda pela água da nascente – cada vez mais escassa. Torna-se impossível o plantio de hortas que se configura enquanto uma das atividades centrais no sistema produtivo das famílias. Além disso, as famílias e, em especial, as mulheres, são privadas de uma atividade tradicional que faz parte da sua identidade cultural.

A poluição e o assoreamento dos córregos Pereira e Passa Sete marcam também o início de uma luta que passa pela interlocução com "a firma" - um diálogo entre sujeitos dotados de lógicas radicalmente distintas, onde perpassam relações de poder. "Nós somos pequenos", os moradores me diziam. Se a história da comunidade revela um passado ambíguo de exploração e subordinação, o presente parece restabelecer os mesmos elementos. Moradores das comunidades rurais no entorno do empreendimento são novamente subjugados pela empresa. No entanto, acabam se tornando dependentes dos seus programas de compensação e mitigação. Direitos se tornam "favores" e exigi-los se torna oportunismo.

A perda dos rios se coloca de forma preocupante e prejudica as formas tradicionais de uso do ambiente. Ainda assim, essas famílias não são consideradas diretamente atingidas pelo empreendimento, em uma lógica tecnicista que considera que a instalação de caixas d'água na comunidade teria resolvido o "problema". São práticas que apostam na modernização ecológica (ZHOURI et al, 2005) e na crença de que medidas técnicas sejam suficientes para mitigar e compensar os impactos do empreendimento. A noção de conflitos ambientais extrapola as tentativas de resolução técnica e gerencial propostas pela concepção hegemônica e institucionalizada de desenvolvimento sustentável, evidenciando formas plurais e, muitas vezes, excludentes, de conceber e interagir com o meio ambiente. Assim, os conflitos ambientais são conflitos sobre a produção do território, disputas sobre a relação entre sociedade e

ambiente que deve prevalecer e sobre os significados que esses espaços devem ter – ou seja, sobre as próprias possibilidades dos lugares se constituírem enquanto tais. Nesse contexto, o caso do projeto Minas-Rio se mostra emblemático, tendo sido questionado pelas comunidades afetadas desde a sua concepção, que também evidenciaram falhas e irregularidades no processo de licenciamento ambiental.

O trabalho etnográfico em Água Quente deixou claras as incertezas e inseguranças aos quais estão submetidos seus moradores. À medida que inúmeras famílias vêem o acesso aos recursos hídricos inviabilizado, alteram-se as relações cotidianas no e com o ambiente, o que interfere diretamente na possibilidade de reprodução de seu modo de vida. Isso porque esse modo de produzir e de existência está fundamentado justamente na "gestão autônoma dos fatores produtivos, das condições e produtos do trabalho e da orientação produtiva" (GODOI et al, 2009, p. 14). Portanto, a perda dos córregos representa um impacto profundo nas práticas e sentidos atribuídos ao lugar nessas comunidades, não sendo mero problema técnico de abastecimento de água. O sistema produtivo, que tem o trabalho nos quintais, roças, hortas e no cuidado com a criação a sua base, vai aos poucos se tornando insustentável diante às restrições hídricas impostas pelo empreendimento. Assim, o projeto Minas-Rio acaba por impor um sentido único e excludente ao território, baseado na exploração intensiva de recursos naturais para sustentar um projeto macroeconômico de exportação de *commodities*. Os impactos em Água Quente mostram que projetos desse tipo são frequentemente incompatíveis com outras territorialidades, levando à homogeneização do espaço e das formas de conceber o mundo.

Os problemas de Água Quente e de outras comunidades da região onde se instalou o Projeto Minas-Rio se inserem em um contexto mais amplo de expansão da fronteira minerária em Minas Gerais, estado marcado historicamente pela exploração de minérios. Esse movimento revela escolhas econômicas que historicamente vêm privilegiando a exportação de *commodities*, em detrimento dos lugares e dos modos de vida diversos presentes nos territórios. O modelo econômico em curso no Brasil, chamado de novo desenvolvimentismo leva a uma reprimarização da economia que o assemelha às estratégias neo-extrativistas adotadas em outros países da América Latina. Desde a segunda metade da década de 1990, a crescente demanda por minério de ferro pelas indústrias siderúrgicas no sudeste asiático, em especial na China, tem tornado atrativa a mineração de itabiritos de baixo teor, como o encontrado na região de

Conceição do Mato Dentro. Há uma crescente liberalização do setor, que opera através de mecanismos extrajurídicos inseridos nos processos de concessão de licenças. Quando as regulamentações vigentes não são suficientes para viabilizar os empreendimentos, mecanismos *ad hoc* são acionados de modo a permitir a entrada dos projetos. Assim, o licenciamento do empreendimento vem sendo amplamente questionado, evidenciando uma hierarquia de direitos que faz da territorialidade mineira uma prioridade em detrimento das populações locais.

Esses processos são legitimados através das promessas do desenvolvimento econômico que faz da mega-mineração um dispositivo que articula discursos, relações do capital transnacional, em redes de operadores e mediadores, como o Estado, e por meio das quais institucionaliza o paradigma extrativista. Para as autoridades locais, a Anglo American passa a representar o crescimento econômico, uma maior arrecadação de impostos e a geração de empregos. A realidade dos moradores de Água Quente e de outras comunidades da região se choca "com a recusa veemente da empresa em se responsabilizar pelos problemas que ela causa" (BACELAR, 2014, p. 221). Assim:

> Os descontentes carregam em suas experiências mais do que apenas sofrimento, denunciam a falácia de um desenvolvimento que não chegará, mostram a farsa de uma empresa que afirma estar resolvendo os problemas que gera, mas que protela o encontro e em seu lugar produz relatórios, mais projetos e divulga belas imagens da região. Aquilo que seria mais simples, ou seja, entender as causas dos problemas, conversar com os sujeitos e resolver tais situações parece menos importante (id. ibid).

As idéias de desenvolvimento e progresso se baseiam na idéia-força da inexorabilidade, levando ao encurralamento daqueles que passam a habitar "zonas de sombra".

Um empreendimento como o Minas-Rio, que capta recursos de incontáveis investidores, com capital globalizado, é imediatamente decretado como sendo de interesse público pelo Estado, apoiado pelas instâncias de poder e considerado desejável, independente das consequências que possa trazer para o território. Em uma lógica liberal, a chegada de uma corporação multinacional, que trará recursos para uma região de economia debilitada, movimentando setores econômicos e atraindo mais investimentos, só pode ser boa – gera renda e trabalho para uma população classificada como pobre e carente. Nesse fator inicial reside a violência da chegada de um empreendimento assim.

Entretanto, mudanças drásticas são engendradas no modo de ser de centenas de famílias sem que a elas seja dada qualquer possibilidade de escolha sobre essas transformações. As histórias dos moradores e seus lugares são sistematicamente

subsumidas das instâncias oficiais, sendo essa a lacuna que esse trabalho pretendeu preencher. Compreender as dinâmicas socioambientais em Água Quente, sob a perspectiva do lugar, implicou em ouvir e contar algumas das histórias que fazem parte das vivências desses sujeitos. Sistematicamente silenciados, suas palavras desafiam as pretensões analíticas que perpassam a noção abstrata de “impactos” no contexto do licenciamento ambiental. Assim, o fazer antropológico se coloca enquanto potencialidade, capaz de lançar luz sobre os efeitos complexos e sobrepostos de empreendimentos minerários e resgatar as histórias e os saberes que se perdem no lugar.

Referências Bibliográficas

ACSELRAD, H. “Justiça ambiental - ação coletiva e estratégias argumentativas”. In: _____, HERCULANO, S.; PÁDUA, J. A. (orgs). Justiça Ambiental e Cidadania. Rio de Janeiro: Relume Demará, 2004.

ALMEIDA, S. Prefácio – Apresentando Spivak. In: SPIVAK, G. *Pode o Subalterno Falar?* Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

ALMEIDA, S. Quando o sujeito subalterno fala: especulações sobre a razão pós-colonial. In: ALMEIDA, A.; MIGLIEVICH-RIBEIRO, A.; GOMES, H. *Crítica Pós-Colonial: panorama de leituras contemporâneas*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.

ANGLO AMERICAN. Diálogo Mina e Beneficiamento. Ano 1, nº 1, 2009. Disponível em: <http://www.angloamerican.com.br/media/publicacoes/minerio-de-ferro/dialogo-mina-e-beneficiamento.aspx?sc_lang=pt-PT>. Acesso em: 15/10/2014.

ANGLO AMERICAN. Diálogo Mina e Beneficiamento. Ano 3, nº 10, 2011.Disponível em: <http://www.angloamerican.com.br/media/publicacoes/minerio-de-ferro/dialogo-mina-e-beneficiamento.aspx?sc_lang=pt-PT>. Acesso em: 15/10/2014.

ANGLO AMERICAN. Diálogo Mina e Beneficiamento. Ano 3, nº 14, 2012. Disponível em: <http://www.angloamerican.com.br/media/publicacoes/minerio-de-ferro/dialogo-mina-e-beneficiamento.aspx?sc_lang=pt-PT>. Acesso em: 15/10/2014.

ANGLO AMERICAN. Ofício AFB-EXT 139-2010. Superintendência Regional de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável SUPRAM Jequitinhonha. Minas Gerais, 2010.

ANGLO AMERICAN. Relatório à sociedade 2012. 2012. Disponível em: <http://relatoriosociedade.angloamerican.com.br/2012/perfil-quem-somos.php>. Acesso em: 01/05/2014.

ANGLO AMERICAN. Site Institucional, 2014. Disponível em: <http://angloamerican.com/>. Acesso em: 05/09/2014.

ANTONELLI, M. Minería transnacional y dispositivos de intervención en la cultura - La gestión del paradigma hegemónico de la "minería responsable y el desarrollo sustentable". In: SVAMPA, M.; ANTONELLI, M. (eds.). Minería transnacional, narrativas del desarrollo y resistencias sociales. Buenos Aires: Biblios, 2009.

APPADURAI, A. A Produção de Localidade. In. *Dimensões Culturais da Globalização: a modernidade sem peias*. Lisboa: Teorema, 2004, p. 237-263.

ARAÓZ, H. M. “El água vale más que el oro” – Grito de resistencia decolonial contra los nuevos dispositivos expropriatorios. In: DELGADO-RAMOS, G. C. (coord.) *Ecología Política de la Minería en América Latina – Aspectos socioeconómicos, legales y ambientales de la mega minería.* Coyoacán: Centro de Investigaciones Interdisciplinarias en Ciencias y Humanidades, 2010.

BACELAR, R. P. “Nem só de mineração vive o MatoDentro”: a experiência de jovens em território de conflito socioambiental. Tese (Doutorado em Psicologia Social), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014.

BALLARD, C.; BANKS, G. Resource Wars: The Anthropology of Mining. In: Annual Review of Anthropology, vol. 32, 2013. p. 287-313.

BARBOSA, W. A. Dicionário Histórico-geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte: Itatiaia, 1995

BARTELT, D. D. Introdução. In: *Um Campeão Visto de Perto Uma Análise do Modelo de Desenvolvimento Brasileiro*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich-Böll, 2012.

BEBBINGTON, A. e VALENCIA, L. H. Conclusiones: minería, neoliberalización y reterritorialización del desarrollo rural. In: *Minería, movimientos sociales y respuestas campesinas: una ecología política de transformaciones territoriales.* Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 2011.

BEBBINGTON, A. Minería, movimientos sociales y respuestas campesinas: una ecología política de transformaciones territoriales. Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 2011. p. 13-48.

BECKER, Luzia. C. & PEREIRA, Denise. O Projeto Minas-Rio e o desafio do desenvolvimento territorial integrado e sustentado: a grande mina em Conceição do Mato Dentro. IN: FERNANES, F. R. C, ENRIQUEZ, M. A. R. S, & ALAMINO, R. C. J. (eds). *Recursos minerais e sustentabilidade territorial*. Brasília: MCT-CETEM, 2011.

BERARDI, A. L. Resistencia en el Valle Calchaquí. Conflictos ecológicos y distributivos en torno al proyecto megaminero Agua Rica. In: DELGADO-RAMOS, G. C. (coord.). *Ecología Política del Extractivismo en América Latina: casos de resistencia y justicia socioambiental*. Buenos Aires: CLACSO, 2013.

BIEHL, J. Antropologia do devir: psicofármacos - abandono social - desejo. Revista de Antropologia, São Paulo, 51, 2008.

BÓSI, E. Memória e Sociedade – lembranças de velhos. São Paulo: T.A. Editor, 1979. p. 1-49.

BOURDIEU, P. Sobre o poder simbólico. In: *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRANDT MEIO AMBIENTE. Instalação e Operação de Mineroduto. In: *Relatório de Impacto Ambiental.* MMX - Minas Rio Mineração e Logística Ltda, 2006.

BRANDT MEIO AMBIENTE. Lavra a céu aberto para produção de 56 milhões de toneladas por ano, tratamento de minério de ferro e infra-estrutura de produção. In: *Estudo de Impacto Ambiental*. MMX - Minas Rio Mineração e Logística Ltda, 2007.

CLIFFORD, J. Sobre a autoridade etnográfica. In: José Reginaldo Santos Gonçalves (org.). *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1998.

COSTA, J. R. Conceição do Mato Dentro: fonte da saudade. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.

DELGADO-RAMOS, G. C. Presentación. In: DELGADO-RAMOS, G. C. (coord.) *Ecología Política de la Minería en América Latina – Aspectos socioeconómicos, legales y ambientales de la mega minería*. Coyoacán: Centro de Investigaciones Interdisciplinarias en Ciencias y Humanidades, 2010.

ESCOBAR, A. Culture sits in places: reflections on globalism and subaltern strategies of localization. In: Political Geography, 20, 2001. p. 139-174.

ESCOBAR, A. Encountering Development: The Making and Unmaking of the Third World. New Jersey: Princeton University Press, 1995.

ESTEVA, G. Desenvolvimento. In: SACHS, W (org.). Dicionário do Desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Ed. Vozes, 2000.

FEREGRINO, C. B. Conflictos socioambientales en San Luis Potosí. In: DELGADO-RAMOS, G. C. (coord.). *Ecología Política del Extractivismo en América Latina: casos de resistencia y justicia socioambiental*. Buenos Aires: CLACSO, 2013.

GALIZONI, F.M. A terra construída. Fortaleza: Etene/BNB, 2007.

GARCÍA, A. P. Ecología Política y minería a gran escala - Estudio del Proyecto "Mirador" en Ecuador. In: DELGADO-RAMOS, G. C. (coord.). *Ecología Política del Extractivismo en América Latina: casos de resistencia y justicia socioambiental*. Buenos Aires: CLACSO, 2013.

GESTA – Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais. Resistência à mineração da Anglo Ferrous Minas-Rio S.A. em Conceição Do Mato Dentro. In: *Observatório dos Conflitos Ambientais do Estado de Minas Gerais*, 2014 Disponível em: <http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/conflito/?id=253>. Acesso em 25/09/2014.

GLUCKMAN, M. (1987) Análise de uma situação social na Zululândia moderna. In. FELDMAN-BIANCO, B. (Org.) *Antropologia das Sociedades Contemporâneas*: métodos. São Paulo, UNESP, 2010.

GODOI, E. P.; MENEZES, M. A.; MARIN, R. A. (orgs). Diversidade do campesinato: expressões e categorias. São Paulo: Ed. UNESP, vol. 2, 2009. p. 9-36.

GONÇALVES, R. Novo desenvolvimentismo e liberalismo enraizado. In: Serviço Social & Sociedade, v.112, 2012. p. 637-671.

GUDYNAS, E. Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo. In: Extractivismo, política y sociedad. Quito: CLAES, 2009. p. 187-225.

GUDYNAS, E. Estado compensador e novos extrativismos - As ambivalências do progressismo sul-americano. In: *Nueva Sociedad especial em português*, 2013.

IBRAM – Institutuo Brasileiro de Mineração. *Relatório Anual IBRAM Julho 2011 – Junho 2012*. 2012. Disponível em: <http://www.ibram.org.br/>. Acesso em: 05/09/2014.

KUCK, P. Iron Ore Statistical Compendium (s./d.). Disponível em: <http://minerals.usgs.gov/minerals/pubs/commodity/iron_ore/stat/>. Acesso em: 05/09/2014.

LEROY. Jean P. “Justiça Ambiental”. In: *Mapa dos Conflitos Ambientais do Estado de Minas Gerais*. Belo Horizonte, 2011. Disponível em: <http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/TAMC-LEROY_Jean-Pierre__Justi%C3%A7a_Ambiental.pdf > Acesso em: 04 de maio de 2014.

MASSEY, D. Um sentido global de lugar. In: ARANTES, A. *O espaço da diferença*. Campinas: Papirus Editora, 2000.

MATTEI, L. Desenvolvimento Brasileiro no Início do Século XXI – Crescimento Econômico, Distribuição de Renda e Destruição Ambiental. In: *Um Campeão Visto de Perto Uma Análise do Modelo de Desenvolvimento Brasileiro*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich-Böll, 2012.

MENDRAS, H. Economia Camponesa. In: *Sociedades Camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

MIGNOLO, W. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. In: Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade, nº 34, 2008.

MILANEZ, B. ; SANTOS, R. S. P. . Neodesenvolvimentismo e neoextrativismo: duas faces da mesma moeda?. In: 37º. Encontro Anual da ANPOCS, 2013, Águas de Lindóia. Anais do 37º. Encontro Anual da ANPOCS, 2013a.

MILANEZ, B. ; SANTOS, R. S. P. . A Rede Global de Produção (RPG) do minério de ferro: empresas, Estado e agentes de contestação. In: XVI Congresso Brasileiro de Sociologia, 2013, Salvador. Anais do XVI Congresso Brasileiro de Sociologia, 2013b.

MORAIS, G. História da Conceição do Mato Dentro. Belo Horizonte: Biblioteca Mineira de Cultura, 1942.

MOURA, M. M. Os Deserdados da Terra: a lógica costumeira e judicial dos processos de expulsão e invasão da terra camponesa no sertão de Minas Gerais. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

O GLOBO. Anglo American admite falhas que atrasaram projeto Minas-Rio, 01/04/2013. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/economia/anglo-american-admite-falhas-que-atrasaram-projeto-minas-rio-7999359>. Acesso em: 01/05/2014.

O TEMPO. Mesmo com alertas da UFMG e MPF, Ibama libera mineroduto, 24/09/14. Disponível em: <http://www.otempo.com.br/capa/economia/mesmo-com-alertas-da-ufmg-e-mpf-ibama-libera-mineroduto-1.920839>. Acesso em: 15/10/2014.

OLIVEIRA, R. C. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir e escrever. In: *O Trabalho do Antropólogo.* Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Editora UNESP, 2000.

OLIVEIRA, R. Dividir em Comum: práticas costumeiras de transmissão do patrimônio familiar no Médio Jequitinhonha – MG. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2008.

PEREIRA, D.; BECKER, L.; WILDHAGEN, R. Comunidades atingidas por mineração e violação dos direitos humanos: cenários em Conceição do Mato Dentro. Revista Ética e Filosofia Política, Nº 16, V. 1. Juiz de Fora, 2013.

PORTELLI, A. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: FERREIRA, M.; AMADO, J. Usos e abusos da História Oral. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998.

PRATES, C. G. Mineração em Conceição do Mato Dentro: uma análise da REASA como instância de 'resolução' de conflito. Monografia. Colegiado de Ciências Socioambientais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2014.

RESENDE, M. E. F.; VILLALTA, L. C. As Minas setecentistas. Belo Horizonte: Companhia do tempo: Autêntica, 2007.

RIBEIRO, E; GALIZONI, F. M, Água, população rural e políticas de gestão: o caso do vale do Jequitinhonha, Minas Gerais. In: *Ambiente & Sociedade*, *5*(2), 2003.

SACHS, W. Introdução. In: SACHS, W (org.). Dicionário do Desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Ed. Vozes, 2000.

SACHS, W. Preface to the New Edition. In: *The Development Dicionary - A guide to knowledge as power*. Londres: Zed Books, 2010.

SÁNCHEZ-ALBAVERA, F; LARDÉ, J. Minería e Competitividade internacional na América Latina. In: *Recursos Naturales e Infraestructura*. Santiago: CEPAL, 2006.

SANTOS, A. F. M. Não se pode proibir comprar e vender terra – Terras de ocupação tradicional em contexto de grandes empreendimentos. In: ZHOURI, A. e VALENCIO, N. (orgs) *Formas de Matar, de Morrer e de Resistir – Limites da resolução negociada de conflitos ambientais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2014.

SANTOS, A. F. M.; FILPI, H.; PRATES, C.; FERREIRA, L.; RIBEIRO, P. Impactos da mineração na região de Conceição do Mato Dentro - Relatório Parcial. Belo Horizonte: Cidade e Alteridade, 2013. Disponível em: <http://cimos.blog.br/wp-content/uploads/2013/08/RELAT%C3%93RIO-5_CONCEI%C3%87%C3%83O-DO-MATO-DENTRO.pdf>. Acesso em: 01/05/2014.

SCOTT, P. Re-assentamento, Saúde e Insegurança em Itaparica: um modelo de vulnerabilidade em projetos de desenvolvimento. In: *Saúde e Sociedade*, v. 15, n. 3, 2006.

SEMAD - SECRETARIA DO ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSNTENTÁVEL. Ata da 49ª reunião da URC Jequitinhonha. Reunião do dia 09/12/2010. Disponível em: <www.semad.mg.gov.br/copam/urcs/Jequitinhonha>. Acesso em: 05/09/2014.

SOUZA, G. M. Mudanças sociais e trajetórias de Gênero - Etnografia do espaço e tempo na comunidade Linha da Cruz – MG. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2012.

SPIVAK, G. Pode o Subalterno Falar? Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

WOORTMANN, E. F. O saber camponês: práticas ecológicas tradicionais e inovações. In: GODOI, E. P.; MENEZES, M. A.; MARIN, R. A. (orgs). Diversidade do campesinato: expressões e categorias. São Paulo: Ed. UNESP, vol. 2, 2009.

WOORTMANN, E. F. O sítio camponês. Anuário Antropológico, 81. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983.

WOORTMANN, K. "Com Parente não se Neguceia" - O campesinato como ordem moral. In: *Anuário Antropológico/87*. Rio de Janeiro: Editora Tempo Brasileiro, 1990.

ZHOURI, A. Diversidade cultural, Justiça Ambiental e *accountability*: desafios para a governança ambiental In. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 2008.

ZHOURI, A. Mineração e desregulação ambiental: Limites do consensualismo e da mediação em situações de conflito ambiental. In: ZHOURI, A. e VALENCIO, N. (orgs) *Formas de Matar, de Morrer e de Resistir – Limites da resolução negociada de conflitos ambientais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2014.

ZHOURI, A., LASCHEFSKI, K. & PEREIRA, D. Introdução: desenvolvimento, sustentabilidade e conflitos socioambientais. In. ZHOURI, A., LASCHEFSKI, K. & PEREIRA, D. (orgs) *A Insustentável leveza da Política Ambiental. Desenvolvimento e Conflitos Socioambientais.* Belo Horizonte, Autêntica, 2005.

ZHOURI, A., LASCHEFSKI, K. Desenvolvimento e conflitos ambientais um novo campo de investigação. In: ZHOURI, A., LASCHEFSKI, K. (orgs) *Desenvolvimento e Conflitos Ambientais.* Belo Horizonte, Editora UFMG, 2010.

ZHOURI, A.; OLIVEIRA, R. Quando o lugar resiste ao espaço: colonialidade, modernidade e processos de territorialização. In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. (orgs.). *Desenvolvimento e Conflitos Ambientais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

ZHOURI, A.; OLIVEIRA, R.; LASCHEFSKI, K. A supressão da vazante e o início do vazio: água e 'insegurança administrada' no Vale do Jequitinhonha - MG. In: *Anuário Antropológico*, v. 2, 2010.

ZHOURI, A.; OLIVEIRA, R. Experiências Locais e Olhares Globais: desafios para os moradores do Vale do Jequitinhonha (MG) no campo ambiental. In: STEIL, C.; CARVALHO, I. (orgs.). *Cultura, Percepção e Ambiente: diálogos com Tim Ingold.* São Paulo: Terceiro Nome, 2012.

ANEXO

HISTÓRIAS DE ÁGUA QUENTE

À Aparecida, pelo carinho e ensinamentos.

1. Fazendo Música

Eu tava no terreiro quando vi um violão
Parecida do meu lado cuidava da criação
Pegava milho e soro para dar pros seus leitão
Que corria esperando a ração

E Mateus tava na sala vendo a televisão
E Henrique dava um jeito de ir para Conceição
O seu Milton mais Dadá tava colhendo feijão
E eu ali só olhando o violão

Decidi fazer uma canção
Gradecer do fundo do coração
Os ensino de cozinha e plantação
N'água quente chegou mineração
O rio foi embora só ficou poluição
E o jeito é tocar violão

Me emprestaram a viola do seu Expedito
Me pediram para cantar bem bonito
Mas eu não sei cantar
Só sei la rá la rá
Música boa vai ter é lá no Jassém
A Fabíola e a Mirlane vão lá pra dançar também
Mas eu não sei dançar
Só dois pra lá e pra cá

Janeiro, 2014.

Era hora do jantar. Estávamos na cozinha conversando sobre o casamento de Leandro e Ludmila, que ocorreria em abril. Seu Milton chegou e brincou com o filho, recitando os versos:

Não mexo com casamento,

Casamento é marafunda,

Sobe, sobe, desce o morro

Com a carga na cacunda.

Inspirada pelos versos, fiz alguns outros, os quais cantei para Aparecida, sua família, Lodi, Matu e Dona Leonora:

Não mexo com casamento
Casamento é marafunda
Sobe sobe desce o morro
Com a carga na cacunda

Não mexo com fogo e lenha
Fogo e lenha é coisa dura
Queima queima o meu dedo
E o meu dedo não atura

Não mexo com cavalgada
Cavalgada é ralação
Pula pula o cavalo
E agita o coração

Não mexo com tempestade
Tempestade é deus nervoso
Cai um raio cai trovão
Na cabeça do seu moço

Não mexo com os bicudo
Os bicudo olha torto
Assobia, fala feio
É melhor se não ta solto

Janeiro, 2014.

2. Aparecida

- *Arroz é difícil de plantar?*

-*Né não. Né não. Que cê planta ele em setembro, outubro, né. Outubro, novembro, dezembro. Antes, quando chovia antes, plantava em setembro, né. Aí era três meses. Tinha o arroz que dava em três meses certinho. A gente colhia ele. Quando ele tava lá no pé a gente ia lá, apanhava aí esfregava ele no pé. E punha no sol pra secar. Aí a gente ia no fogo ali, punha a panela pra esquentar, pingava água nele, torrava ele e dava um tanto de pipoquinha. A gente levava no pilão, socava, limpava ele e fazia pra comer. Com sopa de inhame. E aí ia. Na época a gente ia na venda e não dava conta de comprar um pacote de banha. Aí comprava só a metade. Da banha. É, boba. Pensar no que a gente passou, a gente não sabe nem... Tem que ser tudo por escrito, com muito tempo. Pra lembrar de tudo que a gente já passou. Hoje não, cê vê, cê vai ali na cidade, cê vê tanto mercado, tanto coisa, tanta roupa, tanta coisa que a gente não tinha antigamente. Hoje ninguém anda mal vestido, nada, né. Tudo tranqüilo.*

3. Seu Matu

Apesar de ter mais de 60 anos de idade, estar aposentado, Matu é um dos poucos, de acordo com os moradores que ainda trabalha na roça de fato. Percebi que ele tinha uma vitalidade, uma vigorosidade, uma presença marcante. Seu Matu gosta de contar histórias. Em uma de minhas visitas à sua casa, me contou o caso de um caboclo atingido por um raio. Uma história recheada de suspense. Eram dois amigos andando em uma estrada quando a tempestade caiu. Um deles ficou preocupado, quis se esconder da chuva, se proteger. Temia os relâmpagos, o vento. O outro insistiu na jornada, zombou do companheiro e disse que obviamente nada aconteceria. E o carma caiu sobre ele, quando, momentos depois, foi atingido por um raio.

Não sei qual foi o dia que aprendi que ele tocava sanfona. Uma habilidade que certamente condizia com o resto de sua personalidade. Na primeira vez que fiquei na casa de Aparecida, toquei o violão de Milton enquanto Matu tocava sanfona. Dadá, Geraldinho, Lodi, Leonora e até Saninha estavam lá para nos ouvir. Quando voltei à comunidade, logo me contaram que Matu havia comprado um violão – e que estava me esperando para tocarmos outra vez. E outra vez nos encontramos em sua casa para tocar juntos. Matu e Lodir formavam uma das famílias onde mais me sentia confortável – havia abertura e leveza.

4. Louros

Em uma tarde, fui à casa de Dona Geralda com Nonora. Sentadas na cozinha, conversávamos enquanto Geralda preparava biscoitos e doces. Ela contava histórias sobre os seus dois papagaios, cada qual em sua gaiola, dependurada na cozinha externa, ao lado de onde estávamos sentadas. Eles haviam sido da falecida esposa de Joãozinho e tinham sido treinados, tendo um amplo vocabulário. Geralda temia que Joãozinho viesse buscá-los, pois havia criado consideração por eles. Espantada com a inteligência dos bichos, começou a contar histórias de papagaio. Dona Leonora também contou as histórias de Louro que sabia. Ao todo, tinham mais de 10 casos sobre o bicho, que sempre tinham o bordão: "e o papagaio ouvindo...". Uma delas:

> *Naquela época, não tinha óleo. Só toicinho. Um homem vendia toicinho e curava com sal. Certa vez, colocou um toicinho azedado por baixo dos outros, deixando os que estavam bons e frescos por cima. Declarou o que estava fazendo em voz alta, para si mesmo. Mas o louro estava ali, só ouvindo. Chegou o cliente para comprar o toicinho e já ia levando todo ele. Quando já estava pagando pela sua compra, o louro dedurou o dono: "Toicinho azedo! Toicinho azedo!". O cliente logo percebeu o problema e foi embora. E o dono do papagaio, enfurecido, depenou o bicho. Alguns dias depois, apareceu um pintinho depenado no quintal. E dizem que o louro foi até ele e perguntou: "contou do toicinho também?".*

5. Pedrolina

Pedrolina se lembra bem da Lapa. No tempo em que podiam nadar lá ela quase se afogou. Não fosse pela filha de Lodi, Té, ela teria se afundado no sumidouro. Ela ri ao se lembrar da história:

> *Era pra cima do retiro de Joãozinho. Pra cima do ponto de escola das crianças. Tinha um poço quadrado né. Aí tinha lapa, tinha pedra, tudo. Descia água e caía assim. Os pessoal tomava banho de baixa. Aí os menino tava tudo tomando banho lá. Os menino daqui mesmo. Marlene, Té, os menino daqui mesmo. Luca, Leca, Cristina. Esse menino daqui também tava. Tem muito tempo já. A firma não mexia aqui ainda não.*
>
> *Aí eu tava lá sentada. Nós tava em cima da lapa. Aí eu resolvi entrar também, ué, todo mundo tava entrando! Tiquim de Marlene também tava... o Zico. Era um bocado de gente que tava tomando banho e eu lá sentada, olhando eles também. Aí eu resolvi entrar e quase que eu ficava lá! Só foi Té no meio da cachoeira. Eu afundava e abaixava. Afundava e abaixava. Aí Té de Tio Matu foi lá e tirou eu. Ela morava aqui ainda e também tava nadando. Ela viu que eu não conseguia lá ela foi e me tirou. Nunca mais entrei. Hoje os meninos meu tudo sabe nadar. Só eu que não sei.*

6. Saninha

Saninha tem 104 anos de idade. Lúcida, conta com detalhes histórias do passado: memórias de infância, dos pais, do nascimento dos filhos. Tem mais dificuldades para se lembrar de eventos recentes. Na minha segunda permanência na casa de Aparecida, percebi, de modo irreverente, que, apesar das dificuldades, ela também se lembrava de mim.

> - *Todo mundo aqui, até os homem, me chama de dindinha! Tudo me chama dindinha. Vai me gritando. Taí esse meu neto que tá morando aí, Geraldinho. Ele vai passando aí: "Dindinha!". Passa, aí eu mando ele chegar. Ele chega. Outra hora ele não chegan porque ele trabalha muito pros outros, né. Ele tem casa aí, né. Casa até boa. Que a mãe dele fez pra ele a casa.*
>
> *Há pouco tempo veio aí uma dona aqui que, nem sei como que ela chamava. Diz que tocava violão muito bem. E pra Matu ir lá e bater sanfona. Eu falei, eu gosto de apreciar quem bate violão e toca sanfona.*
>
> - *Uai, essa dona acho que era eu, Saninha!*
>
> - *Hein?*
>
> - *Será que não era eu essa dona?*

Naquele momento Lodi chegou e logo confirmou: foi ela que veio aqui daquela vez e tocou violão com Matu, Saninha! A Marina!

> - *Aí depois cê foi embora não ficou.. não voltou.*
>
> - *É que eu tava lá em Belo Horizonte, nos estudos.*

7. História de Mateus

Um dia, enquanto trabalhava, convidei Mateus, Totó e Leo, que entravam na cozinha, para que sentassem ao meu lado e contassem sua própria história, ao qual eu digitaria no computador. Como na história, Leo havia cortado o seu dedo e tinha um grande curativo para proteger o corte.

Era uma vez um menino chamado Mateus e seu melhor amigo chamado Arthur. Os dois iam passear no rio para nadar. Como era esse rio?

O rio era no Teodoro. Tinha uma cachoeira. Lá, Mateus e Arthur conheceram um novo amigo chamado Leonardo. Eles brincavam juntos de várias e várias coisas.

Eles subiam em muitas árvores. A árvore mais alta que subiram chamava Jotó. Quase igual Totó.

Mas, um dia, o amigo Leonardo estava brincando com uma coisa muito perigosa, uma faca. De repente, ele cortou o seu dedo e teve que ir à casa da tia Geralda para parar de sair sangue. Depois foram até o posto de saúde no Jassém para fazer curativo. Na cidade, ele deu pontos no dedo. Sentiu muita dor.

8. Nonora

Dona Leonora, ou Nonora, foi uma das minhas mais queridas interlocutoras em Água Quente. Sempre atenciosa, me contava histórias sobre o tempo dos antigos, sobre seus pais, tios e avós. Ela nos acompanhou ao Jassém, onde me levou para conhecer a venda do Seu Videlino. Convidou-me inúmeras vezes para almoçar em sua casa e nadar no córrego Teodoro. Fez almoço para mim na casa de seu filho Geraldinho e por diversas vezes nos encontramos em Água Quente e no Teodoro. Após uma das minhas visitas à sua comunidade, Nonora me acompanhou na caminhada até Água Quente. Conversávamos sobre o passado e seus familiares, quando ela parou e foi até uma das vacas que pastavam no local. Disse que sempre que passava por ali tinha que acariciar a vaca. Perguntei se a vaca era sua e ela me contou que pertencia a Joãozinho, mas que era mansa e já estava acostumada ao seu carinho. Admirada, pedi para tirar uma foto.

9. Colhendo milho

Acordei cedo, por volta das 7 da manhã. Todos já estavam de pé. Edgar havia ido fazer cerca para Bartô junto com Leandro e seu tio Valdete. Encontramos Valdete pela manhã, ele veio e tomou café. Tom casual. Muitos meninos e rapazes vieram aqui hoje. Eu e Aparecida pegamos milho na roça para fazer mingau e cozinhar para a salada e assar. Subimos um morro sob o sol alto, mas com a promessa de que em outro dia veríamos a verdadeira roça de Aparecida. Essa era apenas a pequena, próxima à sua casa. Esse foi um dos momentos em que os saberes e habilidades de Aparecida desabrochavam diante do meu desajeito. Era um ato simples: abrir as folhas da espiga, checar se a hora era certa, e retirar o milho. Um ato simples que Aparecida fazia com destreza e naturalidade. Para cada 10 espigas que ela colheu, peguei uma.

10. Chuva

Choveu bastante à tarde. Janelas fechadas, portas fechadas, velas acesas. Todos os eletrônicos foram desligados, até a geladeira. As crianças se divertiam com o clima de tensão, abriam a geladeira e arriscavam-se com os eletrônicos. Estavam agitadíssimos. Aparecida, por outro lado, estava preocupada, nervosa, apreensiva. Procurou suas orações, em papéis, para rezar. Como a casa estava escura, abriu levemente uma das portas para que a luz entrasse e minimamente iluminasse as suas orações. Dava para ver o esforço expressivo que ela fazia para conseguir completar as orações. Ao notar o divertimento dos meninos, que "faziam graça", brincando com a chuva, ela ficou extremamente irritada, repreendeu-os em tom alto até que as coisas se acalmassem na casa. Depois do sermão "brinca com a chuva mesmo, pra ver o que acontece!", sentamos na sala, no escuro. Ela sugeriu que jogássemos UNO enquanto a chuva passasse. Os maiores temores: vento e relâmpago. Relatou o episódio de uma grande chuva no passado, com um vento tão forte que fez com que o teto da casa se levantasse e ela se molhasse por completo. A princípio, pensei que o caso fosse recente, que toda essa preocupação era resultado de chuvas cada vez mais fortes que ocorriam na região. No entanto, ela esclareceu que o episódio havia ocorrido muitos anos atrás, antes de terem reformado a casa. O medo da chuva tinha sempre existido.

Esse foi o momento em que vi o maior medo em Aparecida e imaginei que o ritual deveria se repetir a cada tempestade. Janelas fechadas, vento forte, desliga o rádio, vela acesa, lembranças de uma chuva devastadora. Em momentos assim, em que a nossa pequenez diante de grandes fenômenos parece tão evidente, as diferenças entre meu mundo urbano e o mundo de Aparecida, da Água Quente, ora gritantes, parecem desaparecer. A preocupação, a apreensão, o medo do que a chuva e o vento poderiam causar eram tão prováveis de ser vistos em Aparecida, quanto na minha própria mãe. Escrevi: "O efeito da notícia dos raios no Cristo Redentor e no Guarujá (para Aparecida, era o mesmo raio, após andar 400 m) em Aparecida é o mesmo sobre minha mãe: preocupação e temor". Durante a chuva, só tínhamos uma coisa a fazer: esperar.

11. Corá

À tarde, fizemos mingau, ou, como chamam por ali, corá. Alguns comentam que há diferença entre os dois doces, mas o que toda minha vida chamei de mingau de milho verde, chamavam ali de corá. Nesses primeiros dias, era impressionante o zelo e o orgulho de Aparecida em me mostrar seus saberes, suas especialidades. Descascava o milho com destreza, ia rapidamente tirando os grãos da espiga e colocando-os no liquidificador. Eu queria acompanhar todas as suas tarefas, tentar sentir como pudesse o peso de suas atividades. Lembro que fiquei responsável por mexer o corá na panela. Mexer, mexer, mexer até que ele ficasse encorpado, ganhasse sua resistência. Aparecida às vezes olhava para mim, sorria, via o meu desajeito. Acho que o corá foi o resultado de um dos meus melhores momentos em Água Quente. Ele era a vaidade e o carinho de Aparecida por mim. Era ela entendendo que realmente tinha o que mostrar, do que se orgulhar. Fiz questão de comer esse corá sempre que tive oportunidade. No café da manhã, como sobremesa do almoço, como um pequeno lanche no meio do dia. Quis apreciar toda a dedicação de Aparecida materializada no mingau.

12. Pipa

Estávamos a caminho da Lapa, a antiga cachoeira, lugar de encontros, banhos, domingos, churrascos. Aparecida me levava para conhecer um dos lugares centrais na história de Água Quente, agora ofuscado por mato, descuidado entre as braquearas, esquecido após a chegada da lama. Como sempre, Mateus nos acompanhava, e estavam também Léo e Totó, todos três animados em rever o antigo local de lazer. Nesse dia, as crianças tinham procurado velhas sacolas, cortado varetas de bambu, emendado fios de sacos antigos e feito pipas de tamanhos e cores diferentes, com a ajuda de irmãos ou primos mais velhos. Assim, enquanto percorríamos o caminho de descida da estrada principal, ao lado da casa de Joãozinho Generoso, sobre a ponte e pela trilha na mata, ao leito do córrego, estavam atentos à possibilidade de espaço e vento que permitissem uma rápida corrida capaz de fazer suas pipas voarem.

Na volta, Totó me pede pare levar o seu papagaio. E depois me diz: "você pode ficar com ele". Mesmo feliz com a oferta, explico que era melhor ele ficar com sua pipa, pois não teria onde soltá-la em minha casa. Ele diz: "na rua!" e eu explico que a minha rua é movimentada e carros estão sempre passando. Ao que ele pergunta: "e na sua casa? Na laje!". "Na minha casa não dá". Ele me olha confuso. E questiona outra vez: "onde você mora? Não é na favela? Não tem umas casas assim uma em cima da outra?". "Não... Moro num prédio, Totó. Lá não tem como soltar pipa".

13. Construindo casas

Foram os dois filhos mais velhos de Aparecida que fizeram a construção de "uma casinha", como diziam, para o chiqueiro no quintal da propriedade. Edgar e Leandro trabalharam por dois dias para a própria família, instalando um suporte e vigas de madeira para compor o telhado para os porcos – uma proteção importante para os dias de chuva. Em dois dias a estrutura estava pronta – as telhas haviam sido fixadas com esterco colhido por Aparecida na parte do terreno onde ficavam algumas de suas vacas. Alguns dos pregos necessários para o trabalho haviam sido obtidos com vizinhos, quando eu, Aparecida e Mateus fomos fazer visitas a casas próximas. Muitos dos materiais utilizados eram reaproveitados – vigas de madeira que ficavam espalhadas no quintal, ao lado da pequena casinha onde era estocada a produção, rações, ferramentas e outros.

E muitas dessas sobras eram utilizadas por Mateus e outras crianças para a construção de brinquedos – ele, Léo e Totó ficaram uma manhã inteira construindo um pequeno carro com vigas de metal, pregos velhos, rodas antigas de bicicletas – tudo encontrado no terreiro da casa e manejado com habilidade pelo menino de 12 anos. Os irmãos mais velhos construindo o telhado enquanto o mais novo fabricava o seu brinquedo. Da mesma forma, ver os irmãos construindo a casa para os porcos inspirou Mateus a construírem sua própria casa – na árvore. Ele e Léo trabalharam para construir uma plataforma com telhado em cima de um pé de manga no fundo do quintal. E lá levavam comida, descascavam laranjas, descansavam e passavam manhãs e tardes.

14. Lapa e Teodoro

Dois momentos durante os meus trabalhos de campo foram essenciais para uma compreensão mínima do significado das palavras, tão freqüentes, ouvidas em campo de que haviam perdido o rio: a ida à Lapa e o banho no córrego Teodoro. Quando cheguei à Lapa, fiquei estarrecida: era um local maravilhoso. Mais uma vez, os efeitos de ter nascido e crescido em uma metrópole potencializavam o meu encanto por aquele lugar. Pensar que Totó, Mateus, Leo e as outras crianças podiam ir ali, todos os dias, parecia de um valor incalculável. E realmente era. E não apenas os mais jovens – como Viviane destacou, quando iam ali, os "adultos viravam criança". Em uma região com forte incidência de alcoolismo, de escasso acesso a serviços públicos cujo povo carrega um histórico de imenso sofrimento – o acesso àquela área era uma compensação mínima. Perdê-la, um dano irreparável. Esse sentimento foi aprofundado quando tive a oportunidade de me banhar no córrego Teodoro. Era inverno e as manhãs eram bem frias. No entanto, o sol aparecia durante as tardes de modo que decidi, outra vez acompanhada pelas crianças, tomar banho no córrego. A diferença entre os dois rios era evidente. O córrego Teodoro era ainda composto pela areia branca, cascalho visível através das águas cristalinas. Ali, dona Leonora, uma das filha de Saninha, ainda pode lavar suas roupas, utilizar a água para cuidar de suas criações e hortas. Apesar de não ser tempo de calor, Totó, Léo e Mateus nadavam animadosm mergulhando, brincando na areia. E eu fiz jus à descrição de Viviane – virei criança.

15. Nascente

Fui com Mateus ao sítio de Bartô levar marmita ao Milton. Mateus não iria sozinho, pois tem muito medo de bichos. Normalmente seus irmãos ou a própria Aparecida vão levar o almoço. No caminho, Mateus descreveu os problemas do rio, contou o porquê de estar sujo. "Eles precisam lavar o minério, e isso deixa muita sujeira na terra. Quando a chuva vem, a sujeira escorre e cai no rio". Em seguida, paramos para beber água de um pequeno curso d'água que passava por ali. É estranho pensar que isso podia ser feito em toda a região antes da mineração. Perguntei de onde vinha a água e ele me disse que havia um nascedouro nas proximidades. E definiu o que era uma nascente: "sabe quando você chora? É isso! Mas sem parar. A chuva cai na rachadura da terra, que filtra a água. Quando acumula muita água, ela sobe, formando tipo um "paraíso".